

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação Física**



Dissertação de Mestrado

**Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS):**  
mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e  
atividades físicas ao longo de uma década

**Matheus de Lima Weege**

Pelotas, 2024

**Matheus de Lima Weege**

**Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS):**

mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Werner de Andrade Müller

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

W394c Weege, Matheus de Lima

Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS):  
mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais  
e atividades físicas ao longo de uma década.

[recurso eletrônico] / Matheus de Lima Weege ; Inácio Crochemore  
Mohsam da Silva, orientador ; Werner de Andrade Müller, coorientador.  
— Pelotas, 2024.

152 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em  
Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia,  
Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Atividade motora. 2. Áreas verdes. 3. Atividades de lazer. 4.  
Estudo de avaliação. 5. Análise documental. I. Silva, Inácio Crochemore  
Mohsam da, orient. II. Müller, Werner de Andrade, coorient. III. Título.

CDD 796

Matheus de Lima Weege

Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS):  
mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e  
atividades físicas ao longo de uma década

Dissertação aprovada, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em  
Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior  
de Educação Física e Fisioterapia, Universidade Federal de Pelotas.

**Data da Defesa: 26 de julho de 2024**

**Banca examinadora:**

.....  
Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohsam da Silva (Orientador)  
Doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas

.....  
Prof. Dr. Adriano Akira Ferreira Hino  
Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Vilodre Goellner  
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

## **Agradecimentos**

À minha mãe Sheila, ao meu pai Bruno Edson, e às minhas irmãs Mariana e Manuella, agradeço por todo apoio e palavras de motivação, as quais foram fundamentais para chegar até aqui, obrigado por estarem sempre comigo.

Agradeço ao meu orientador Inácio e coorientador Werner, por todo ensinamento e dedicação comigo e com a minha pesquisa, pela maneira atenciosa e comprometida durante as orientações, e por contribuir com meu amadurecimento como pesquisador.

Aos meus amigos, agradeço pelas palavras de incentivo e motivação.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, por todo aprendizado e momentos compartilhados.

Agradeço também ao Professor Adriano Akira e à Professora Silvana Goellner, por aceitarem a compor minha banca de qualificação e defesa do mestrado, pelas considerações e sugestões, as quais foram de suma importância para desenvolvimento da minha pesquisa. Obrigado pela maneira atenciosa e comprometida comigo e com minha pesquisa.

Agradeço ao Professor Joseph Joe, à Rafaela, à Vivian, novamente ao Professor Inácio e ao Werner pela importante contribuição no desenvolvimento de minha pesquisa. Agradeço também aos alunos(as) Ana Vitória, Andressa, Daniel, Felipe, Marcelo, Mariana e Tales, dos cursos de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, que formaram a equipe de coleta de dados.

à Prefeitura Municipal de Pelotas e à Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, pelas informações fornecidas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

WEEGE, Matheus de Lima. **Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década.** 2024. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Os espaços públicos, através da sua ampliação e democratização, podem oportunizar o acesso ao lazer, encontro social, promoção de prática de atividade física, entre outros benefícios à população. O objetivo do estudo foi descrever a existência de espaços públicos de lazer, sua qualidade, adequação para práticas corporais e atividades físicas e distribuição no município de Pelotas (RS) em 2023, avaliando suas modificações em um período de 11 anos. A pesquisa também propôs compreender os direcionamentos do Plano Diretor Municipal relacionados aos espaços públicos de lazer. Trata-se de um estudo de métodos mistos, com abordagem quantitativa e abordagem qualitativa. No componente quantitativo, foi realizada uma auditoria dos espaços públicos de lazer na zona urbana de Pelotas, utilizando o instrumento *Physical Activity Resource Assessment*, em praças, parques e canteiros utilizáveis. No componente qualitativo, foi realizada uma análise do III Plano Diretor Municipal de Pelotas, através da análise de conteúdo de Bardin. Foi identificado um aumento no número de espaços públicos de lazer, correspondendo a 75,4% de parques e praças, assim como um aumento na presença de estruturas de conforto e estruturas para a prática de atividade física. Em parques e praças, as estruturas para a prática de atividade física mais comuns foram campo/quadra/cancha de futebol e parquinhos, já em canteiros, pista/trilha de caminhada/corrida e pista/trilha de bicicleta foram as mais observadas. No geral, a presença de estruturas para prática de atividade física com qualidade boa diminuiu entre os anos de 2012 (41,8%) e 2023 (19,7%). Foi evidenciado também a manutenção das desigualdades em termos de distribuição dos espaços públicos de lazer após uma década, constando uma correlação positiva entre o número de espaços públicos de lazer e maior média de renda domiciliar (2012  $r=0,30$ ; 2023  $r=0,26$ ) e uma correlação inversa com a densidade populacional (2012  $r=-0,34$ ; 2023  $r=-0,37$ ). No componente qualitativo, foi observado que o Plano Diretor Municipal possui o direcionamento aos espaços públicos de lazer em termos macro do modo de desenvolvimento urbano municipal, bem como em diretrizes relacionadas a distribuição, adequação e qualidade desses espaços. É necessário um maior engajamento do poder público em consolidar as políticas públicas destinadas aos espaços públicos de lazer e, assim, melhorar a distribuição e qualidade desses espaços.

**Palavras-chave:** Atividade motora, Áreas verdes, Atividades de lazer, Estudo de avaliação, Análise documental.

## Abstract

WEEGE, Matheus de Lima. **Public open spaces characteristics in Pelotas (Brazil): changes in distribution, quality, and suitability for body practices and physical activities over a decade.** 2024. 159f. Dissertation (Masters in Physical Education) - School of Physical Education and Physiotherapy, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

Public open spaces, through their expansion and democratization, can provide access to leisure, social meetings, promotion of physical activity, among other benefits for the population. The study aim was to describe the public open spaces, quality, suitability for body practices and physical activities and distribution in the city of Pelotas (Brazil) in 2023, evaluating changes over a period of 11 years. The search also aimed to understand the directions of the Municipal Master Plan related to public open spaces. A mixed methods study was conducted, incorporating quantitative and qualitative approaches. In the quantitative component, an audit of public open spaces in the urban area of Pelotas was carried out. The Physical Activity Resource Assessment was administered in squares, parks, and boulevards. In the qualitative component, an analysis of the III Municipal Master Plan of Pelotas was conducted, utilizing Bardin's content analysis. An increase in the number of public open spaces was identified, amounting to 75.4% of parks and squares, along with an increase in the presence of comfort structures and facilities for physical activity. The most common structures for physical activity in squares and parks were football pitches and playgrounds, while among boulevards was walk/run path/trail and bicycle path/trail. Overall, the presence of good-quality physical activity structures decreased from 2012 (41.8%) to 2023 (19.7%). The maintenance of inequalities in the distribution of public open spaces over the decade was also evidenced, with a positive correlation between the number of public open spaces and higher average household income in 2012 ( $r=0.30$ ) and 2023 ( $r=0.26$ ), and an inverse correlation with population density in 2012 ( $r=-0.34$ ) and 2023 ( $r=-0.37$ ). The qualitative component revealed that the Municipal Master Plan targets public open spaces in macro terms of the municipal urban development mode, as well as mentions related to the distribution, adequacy and quality of these spaces. Greater engagement by public authorities is necessary to consolidate public policies aimed at public open spaces, thereby improvement the distribution and quality of these spaces.

**Keywords:** Motor activity, Green areas, Leisure activities, Evaluation study, Document analysis.

## Lista de Figuras

### Relatório do Trabalho de Campo

- Figura 1** - Imagens de exemplos de estruturas de conforto, condições de limpeza, estética e segurança, e estruturas para a prática de atividade física.....64
- Figura 2** - Fotografia realizada durante o treinamento teórico-prático.....65
- Figura 3** - Fotografias realizadas no treinamento teórico.....66
- Figura 4** - Fotografias realizadas no treinamento prático.....67
- Figura 5** - Imagem do mapa disponibilizado no treinamento teórico-prático para realização do estudo piloto.....68
- Figura 6** - Imagem da tabela de organização do controle semanal de produtividade (semanas um e dois) .....69

### Artigo Original

- Figura 1** - Caracterização das áreas verdes avaliadas e mudanças relativas ao longo do tempo em Pelotas, RS entre 2012 e 2023.....82
- Figura 2** - Avaliação da qualidade dos atributos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer em Pelotas, RS, em 2012 e 2023.....89
- Figura 3** - Frequência de (A) parques e praças e (B) canteiros utilizáveis com atributos em diferentes padrões de qualidade para a prática de atividade física em Pelotas, RS, em 2012 e 2023.....91
- Figura 4** - Distribuição dos espaços públicos de lazer de acordo com (A) quintis de média de renda domiciliar e (B) quintis de densidade populacional dos setores censitários em Pelotas em 2023.....93
- Figura 5** - Fluxograma das categorias e unidades de análise do Plano Diretor Municipal.....94
- Figura complementar 1** - Avaliação da qualidade dos atributos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer em Pelotas, RS, em 2012 e 2023, em números absolutos.....106

## Lista de Tabelas

### Artigo Original

<b>Tabela 1</b> - Descrição das características de conforto, estética, limpeza e segurança dos espaços públicos de lazer de Pelotas, RS, em 2012 e 2023.....	84
<b>Tabela 2</b> - Descrição das estruturas para a prática de atividade física dos espaços públicos de lazer de Pelotas, RS, em 2012 e 2023.....	87
<b>Tabela suplementar 1</b> - Coeficiente de correlação de <i>Spearman</i> entre o número de espaços públicos de lazer e a média de renda domiciliar e densidade populacional dos setores censitários em Pelotas (RS), nos anos de 2012 e 2023.....	107

## Lista de Quadros

### Projeto de Pesquisa

**Quadro 1** - Previsão Orçamentária.....51

**Quadro 2** - Cronograma de atividades.....51

### Relatório do Trabalho de Campo

**Quadro 1** - Equipe de coordenação e supervisão do trabalho de campo.....62

**Quadro 2** - Coeficientes Kappa do controle de qualidade da avaliação dos espaços públicos de lazer de Pelotas-RS (n=129) .....70

**Quadro 3** - Orçamento financeiro para a coleta de dados do estudo MAPAS Pelotas.....73

### Artigo Original

**Quadro Suplementar 1** - Descrição da categoria Garantia de direitos e Gestão Municipal, unidades de análise e unidades de contexto de acordo com o Plano Diretor Municipal de Pelotas (RS)..... 107

**Quadro Suplementar 2** - Descrição da categoria Perspectivas de Distribuição, Adequação e Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer, unidades de análise e unidades de contexto de acordo com o Plano Diretor Municipal de Pelotas (RS)...111

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	10
<b>1 Projeto de Pesquisa</b> .....	11
<b>2 Relatório do Trabalho de Campo</b> .....	58
<b>3 Artigo Original</b> .....	75
<b>4 Comunicado de Imprensa</b> .....	119
<b>Anexos</b> .....	123
<b>Anexos 1 - <i>Physical Activity Resource Assessment Instrument (PARA)</i></b> - Instrumento para avaliação de estruturas para atividade física - Versão 1.2 adaptado.....	124
<b>Anexos 2 - Protocolo de utilização e definições operacionais</b> .....	125
<b>Anexos 3 - Normas de submissão de artigo da <i>Revista Ciência &amp; Saúde     Coletiva</i></b> .....	138
<b>Anexos 4 - Parecer de aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa</b> .....	148

## **Apresentação**

A presente dissertação de Mestrado atende ao regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia, da Universidade Federal de Pelotas. O volume está apresentado com as seguintes seções:

**1) Projeto de Pesquisa** – Apresentado e qualificado no dia 28 de agosto de 2023, com alterações e correções acatadas, propostas pela banca de qualificação, composta pelo Prof. Dr. Adriano Akira Ferreira Hino e pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Vilodre Goellner.

**2) Relatório do Trabalho de Campo** – Detalhamento das atividades realizadas na coleta de dados da pesquisa.

**3) Artigo Original** – Avaliação dos espaços públicos de lazer em Pelotas (RS) ao longo de uma década: um estudo de métodos mistos. O artigo será submetido à Revista Ciência & Saúde Coletiva e é apresentado conforme as normas do periódico.

**4) Comunicado de imprensa** – Comunicado a ser enviado à imprensa local.

## **1 Projeto de Pesquisa**

*(Dissertação de mestrado Matheus de Lima Weege)*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação Física**



Projeto de Mestrado

**Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS):**

mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década

**Matheus de Lima Weege**

Pelotas, 2023

**Matheus de Lima Weege**

**Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS):**

mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à qualificação para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Werner de Andrade Müller

Pelotas, 2023

Banca examinadora:

.....  
Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohsam da Silva (Orientador)  
Doutor em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas

.....  
Prof. Dr. Adriano Akira Ferreira Hino  
Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Vilodre Goellner  
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

## Resumo

WEEGE, Matheus de Lima. **Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década** 2023 60f. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Os espaços públicos de lazer, compreendidos por parques, praças, áreas verdes, entre outros, se caracterizam como um local de encontro social, de passagem ou permanência, oportunizando manifestações sociais, culturais ou políticas, se constituindo como um importante dispositivo na organização espacial de diferentes centros urbanos. Esta pesquisa tem como objetivo geral descrever a existência de espaços públicos de lazer, sua qualidade, adequação para práticas corporais e atividades físicas e distribuição no município de Pelotas (RS) em 2023, avaliando suas modificações em um período de 11 anos. Trata-se de um estudo de métodos mistos, com abordagem quantitativa e qualitativa. A etapa quantitativa consistirá no mapeamento dos espaços públicos de lazer da zona urbana do município e avaliação da qualidade e adequação, por meio do instrumento *Physical Activity Resource Assessment (PARA)*. A análise da mudança temporal será verificada a partir da comparação com a coleta realizada 11 anos atrás, com a mesma abordagem metodológica. A etapa qualitativa será composta pela análise do Plano Diretor Municipal da cidade, no que tange os espaços públicos de lazer. Nesse componente, o tratamento dos dados utilizará a técnica de análise de conteúdo de Bardin, verificando se os documentos analisados vão ao encontro as modificações temporais observadas na etapa quantitativa.

**Palavras-chave: Práticas Corporais, Áreas Verdes, Atividades de Lazer, Estudo de Avaliação, Análise Documental.**

### **Lista de Abreviaturas e Siglas Projeto de Dissertação**

<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>PNPS</b>	Política Nacional de Promoção a Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>NEWS</b>	Neighborhood Environment Walkability Scale
<b>NEWS-A</b>	Neighborhood Environment Walkability Scale abbreviated form
<b>PARA</b>	Physical Activity Resource Assessment
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>SP</b>	São Paulo
<b>IPVS</b>	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
<b>SGCMU</b>	Secretária Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana
<b>PELC</b>	Programa Esporte e Lazer na Cidade
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>BRAT-DO</b>	Bedimo-Rubg Assesment Tools-Direct Observation

## Sumário do Projeto de Pesquisa

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	23
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	24
<b>3.1 Objetivo Geral</b> .....	24
<b>3.2 Objetivos Específicos</b> .....	24
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	25
<b>4.1 Espaços Públicos de Lazer</b> .....	25
<b>4.2 Métodos de Avaliação dos Espaços Públicos de Lazer</b> .....	30
<b>4.3 Avaliação dos Espaços Públicos de Lazer</b> .....	36
<b>4.4 Monitoramento dos Espaços Públicos de Lazer</b> .....	41
<b>4.5 Avaliação e Políticas Públicas vinculadas aos Espaços Públicos de Lazer na cidade de Pelotas (RS)</b> .....	42
<b>5 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	45
<b>5.1 Delineamento</b> .....	45
<b>5.2 Caracterização da Cidade de Pelotas</b> .....	45
<b>5.3.1. Abordagem Quantitativa</b> .....	46
<b>5.3.1.1. Instrumento de pesquisa</b> .....	47
<b>5.3.1.2. Equipe de coleta de dados</b> .....	47
<b>5.3.1.3. Logística</b> .....	48
<b>5.3.1.4 Tratamento dos dados</b> .....	48
<b>5.3.2. Abordagem Qualitativa</b> .....	49
<b>5.3.2.1. Coleta dos dados</b> .....	49
<b>5.3.2.2 Tratamento dos dados</b> .....	49
<b>6 ASPECTOS ÉTICOS</b> .....	50
<b>7 FINANCIAMENTO</b> .....	50
<b>7.1 Previsão Orçamentária</b> .....	51
<b>8 CRONOGRAMA</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

Os espaços públicos se caracterizam por propriedades públicas ou de uso público, acessíveis e desfrutáveis por todos sem a necessidade de pagamento ou fins lucrativos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS, 2015). Logo, espaços públicos destinados para o lazer da população incluem praças, parques, ciclovias, outras áreas verdes ou relativas ao ambiente natural, entre outros. Assim, o acesso pleno a esses espaços, contendo equipamentos apropriados, segurança, acessibilidade e estética, significa um processo de democratização do lazer, ampliando as oportunidades de todos os indivíduos elegerem nesse âmbito o modo de vida que desejam e valorizam (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017). Nesse sentido, Gehl (2010), destaca que:

o espaço público da cidade democraticamente gerido garante acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas, enaltecendo a função social dessas localidades como local de encontro, sustentabilidade social, democrático e aberto (GEHL, 2010).

Os espaços públicos de lazer representam significação de destaque em abordagens sobre a saúde de nível individual e populacional, a partir da ampliação de sua conceituação. A concepção sobre o termo saúde, analisada numa perspectiva histórica, é relacionada com contexto cultural, social, político e econômica (SCLIAR, 2007). Desde 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS), considerou que o termo não se limitava apenas na ausência de doenças ou enfermidades e, considera em seu conceito atual como um estado de completo de bem-estar físico, mental e social. Posteriormente, junto ao processo de redemocratização do Brasil e discussões que culminaram na proposição e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Saúde, Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu Art. 3º, ampliou a perspectiva de saúde em nosso país, evoluindo ao conceito utópico da OMS, e entendendo que:

os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho,

a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990).

Nessa perspectiva de interrelação com a saúde, a Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPS), por exemplo, enfatiza entre outras questões, a necessidade de incentivar a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando diferentes práticas corporais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). A possibilidade de utilização de espaços públicos de lazer parece fomentar aspectos importantes de saúde populacional, podendo proporcionar melhora na qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, viabilizando o convívio social, o contato com o ambiente natural, a sensação de prazer, satisfação pessoal, percepção de qualidade de vida, entre outros aspectos relevantes para o ser humano (GILES-CORTI, et al., 2016; BADLAND, et al. 2014).

Tanto as discussões sobre os espaços públicos de lazer quanto sobre saúde precisam ser realizadas sob a luz das históricas e persistentes desigualdades sociais observadas no Brasil (KNUTH e ANTUNES, 2021). Mulheres possuem uma menor taxa de ocupação no mercado de trabalho (41,2%) em comparação aos homens (61,4%). Ainda, quando essas mulheres são de cor da pele preta e parda, são marcantes as maiores prevalências de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%). Em relação à residência, a parcela populacional de menor rendimento domiciliar *per capita* encontra-se com maiores índices de situação de contrato de aluguel quando comparado com indivíduos de maiores rendimentos (72,4% e 27,1%, respectivamente). Essa realidade, também é evidenciada no acesso ao serviço de saúde, a classe de rendimento até meio salário mínimo e população abaixo da linha da pobreza possui pouco acesso a planos de saúde (4,7% e 4,5%, respectivamente), direcionando a possibilidade desses serviços através do SUS, o qual possui um perfil de cidadãos atendidos de 85,5% com rendimento até meio salário mínimo e 85,4% abaixo da linha da pobreza (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

Embora a Constituição Federal, de 1988, estabeleça no Art. 6, o “lazer” como direito social, complementando no Art. 217, que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988), os espaços públicos que poderiam favorecer esses aspectos também se distribuem de forma desigual nos territórios. Existe limitação dos espaços públicos de lazer em

localidades periféricas, com maior vulnerabilidade social, privilegiando sua existência em regiões com uma população de alto poder monetário (MANTA et al., 2019; DOPP et al., 2021). Dos espaços públicos de lazer existentes, nota-se uma necessidade de melhoria em termos de acesso e adequação, com protagonismo necessário por parte do poder público, visto que a iniciativa privada, quando investidora nesses espaços isoladamente, tenderá a direcionar seus recursos com objetivos próprios e pouco equitativos.

Um dos potenciais de promoção da saúde por meio de acesso a espaços públicos de lazer está relacionado às possibilidades de práticas corporais e atividades físicas. Pessoas com moradias próximas a locais adequados e seguros para atividade física apresentam maiores níveis de prática, comparado com indivíduos que vivem em realidades distintas (BERNARDINI e DO CARMO, 2021; DOPP et al., 2021; KRETSCHMERL e DUMITHL, 2020; DOS SANTOS e ORTIGOZA, 2017).

Nesse sentido, em uma perspectiva global e considerando a promoção da prática de atividade física, a Organização Mundial da Saúde (2018) elaborou diretrizes para países, estados e municípios, um documento denominado “Plano de ação global para atividade física 2018 – 2030”, pretendendo reduzir a inatividade física em 10% até o ano de 2025, e 15% até o ano de 2030. Assim, entre suas diretrizes, destaca-se a importância do espaço público, por meio da necessidade de:

[...]criar e manter ambientes que promovam e salvaguardem os direitos de todas as pessoas, de todas as idades, permitindo o acesso equitativo a lugares e espaços seguros, nas suas cidades e comunidades, para praticar atividade física regular, de acordo com a capacidade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

Com relação a pesquisas relacionadas a espaços públicos lazer como possibilidade de proporcionar o aumento das práticas corporais ou atividade física em nível populacional, estudos vêm sendo desenvolvidos com maior frequência em cidades de médio e grande porte, utilizando métodos de avaliação baseados na percepção do ambiente construído, observação sistemática do ambiente e até mesmo dados de satélites e outras informações geoprocessadas (HINO et al., 2010). Essas abordagens de produção do conhecimento em geral contemplam a acessibilidade dos espaços públicos de lazer e disponibilidade de equipamentos para atividade física (HINO et al., 2019), a desigualdade social de sua distribuição (BOJORQUEZ et al.,

2021), o padrão de utilização (CUSTÓDIO et al., 2021) e a associação com a identificação de barreiras (ZHANG et al., 2022). Estudos de associação com a prática de atividade física também são frequentes, identificando a associação entre a distância dessas localidades, junto a aspectos socioeconômicos, e níveis de atividade física populacional (MORAIS et al., 2022), a qualidade dos espaços públicos e educação nos bairros do perímetro urbano (RADICCHI et al., 2015), a existência de parques localizados em áreas socioeconômicas distintas associado a prática de atividade física (LOPES et al., 2021), bem como, a compreensão do desenvolvimento de políticas públicas (BETTIN et al., 2018).

Tão importante como os componentes descritivos e de associação expostos nas possibilidades de produção do conhecimento mencionadas anteriormente, é o monitoramento ao longo do tempo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2022), estima-se um crescimento da população urbana global total de 56% em 2021 para 68% em 2050 (WORLD CITIES REPORT, 2022). A “Agenda de 2020 de Desenvolvimento Sustentável” desenvolvida pela ONU, fomenta uma visão comum para a humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos, através de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável vinculados nos âmbitos social, económico, ambiental, bem como, a promoção da paz, justiça e instituições eficazes. As mudanças nos contingentes populacionais, as modificações do processo de urbanização e nas formas de organização das sociedades exigem avaliação temporal relacionada também aos espaços públicos de lazer.

No contexto brasileiro, Wendt e colaboradores (2021), observaram as mudanças nas desigualdades de gênero e riqueza na AF de lazer bem como sobre a percepção individual de acesso a espaços públicos para atividade física, através da análise de dois inquéritos do Pesquisa Nacional de Saúde dos anos 2013 e 2019 com base populacional de 60.202 pessoas e 88.513 pessoas, respectivamente. Constatou-se que o acesso a espaços públicos se mostrou mais prevalente para grupos mais ricos tanto no ano de 2013 (58,5 %) quanto em 2019 (69,3%) em comparação aos mais pobres (21,7% e 36,5%, respectivamente). Ou seja, a desigualdade na disponibilidade de espaços para prática de AF diminuiu de 2013 (41,7 pontos percentuais) para 2019 (34,6 pontos percentuais) comparando indivíduos mais ricos em comparação aos mais pobres.

Assim como as evidências em nível nacional são relevantes, dados de nível local apresentam potencial de tomada de decisão em outros níveis políticos/governamentais. Um estudo realizado por Da Silva e colaboradores (2015), no município de Pelotas-RS, descreveu os espaços públicos de lazer em termos quantitativos, assim como sua adequação para a prática de atividade física e distribuição na cidade. Foram analisados 245 espaços de lazer, sendo 110 praças, 8 parques e 127 canteiros. Dos resultados encontrados, em geral, 45,7% das estruturas apresentaram qualidade boa, apresentando algum atributo para prática de atividade física em parques/praças (57,6%) e canteiros (44,8%); considerando de boa qualidade 16,1% e 29,9% nos espaços respectivamente. No entanto, destaca-se a elevada prevalência de lixos espalhados em parques/praças (60,7%), bem como em canteiros (38,6%). E relação a renda domiciliar dos setores censitários, o estudo identificou que quanto maior a média de renda domiciliar dos setores censitários, maior o número de espaços públicos de lazer ( $r= 0,31$ ). Além disso, observou a correlação inversa no que tange a densidade populacional, visto que, quanto maior a densidade populacional dos setores censitários, menor o número de espaços públicos de lazer ( $r=-0,32$ ).

Dada a disparidade desses dados, torna-se nítida também a necessidade de monitoramento das modificações ao longo do tempo dos espaços públicos de lazer no ambiente urbano do município. Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa se propõe a responder inicialmente a seguinte pergunta de pesquisa: Os espaços públicos de lazer no município de Pelotas obtiveram modificações ao longo do tempo em relação a sua qualidade, adequação e a distribuição no território estudado? Além disso, outra pergunta de pesquisa em análise inclui o quanto o Plano Diretor Municipal da cidade de Pelotas se posiciona às previsões de necessidades e a evolução temporal no que tange os espaços públicos de lazer.

## 2. JUSTIFICATIVA

Atualmente estudos relacionados ao ambiente são realizados em diferentes territórios. Logo, entende-se que é pertinente desenvolver o conhecimento sobre o tema enaltecendo o contexto local, uma vez que seu processo de urbanização e aspectos culturais poderão se distinguir de outras localidades. No município estudado, embora tenha ocorrido processos de avaliação dos espaços públicos de lazer em outros períodos (DA SILVA, 2012; DA SILVA, 2015), as evidências apresentadas foram constituídas de estudos de caráter transversal. Assim, torna-se pertinente pesquisas que fomentem esse processo de avaliação a longo prazo, fomentando dados longitudinais de nível local, podendo também auxiliar em futuras políticas públicas do município.

Tão importante quanto o processo de avaliação dos espaços mencionados, é a observação qualitativa em documentos oficiais de registro e planejamento do município relacionados com os espaços públicos de lazer. De modo que, a associação entre abordagens quantitativas e qualitativas, utilizando de uma metodologia de caráter misto poderá auxiliar numa compreensão mais abrangente do fenômeno estudado, corroborando para um potencial de informações que poderá auxiliar gestores municipais.

Ainda, estudos em relação aos espaços públicos de lazer possui entre outros aspectos uma importância social. Uma vez que, historicamente, essas localidades dentro da organização espacial de centros urbanos, se constituíram como locais de encontro, sustentabilidade social, socialização, de acesso ilimitado, para passeio ou permanência (Gehl, 2010; Jacobs, 2011); principalmente para indivíduos de maior vulnerabilidade social, onde a melhoria e acesso desta realidade ambiental passa pelo fomento da garantia de direitos e equidade social.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1 Objetivo geral:**

Descrever a existência de espaços públicos de lazer, sua qualidade, adequação para práticas corporais e atividades físicas e distribuição no município de Pelotas (RS) em 2023, avaliando suas modificações em um período de 11 anos.

#### **3.2 Objetivos específicos:**

- Comparar os períodos de avaliação (2012 e 2023) dos espaços públicos de lazer, em relação a sua qualidade, adequação e distribuição;
- Avaliar se a correlação entre a qualidade, adequação e distribuição dos espaços públicos de lazer de acordo com o nível socioeconômico e a densidade populacional mudou após o período de avaliação;
- Verificar o posicionamento do Plano Diretor Municipal em relação aos espaços públicos de lazer.

## 4. REVISÃO DA LITERATURA

A presente revisão é abordada em quatro seções que contemplam o aporte teórico sobre o tema e uma revisão de estudos que avaliaram os espaços públicos de lazer. Primeiramente são apresentados conceitos sobre os espaços públicos de lazer e, em seguida, como os estudos têm avaliado esses espaços. Após, são apresentados estudos que avaliaram os espaços públicos de lazer no mundo e no Brasil e, também os estudos de monitoramento. Para a revisão de literatura desses tópicos, foram pesquisados por estudos que avaliaram os espaços públicos de lazer em termos de adequação, qualidade e distribuição, realizados em zonas urbanas; em bases de dados científicas, como Pubmed, Scielo e Lilacs, utilizando os descritores de atividades de lazer; ambiente construído; áreas verdes e ambiente, nos idiomas de Português e Inglês. Por fim, a última seção trata-se das políticas públicas e avaliações dos espaços públicos de lazer em Pelotas (RS).

### 4.1. Espaços Públicos e de Lazer

Em uma concepção mais abrangente o espaço urbano, segundo Corrêa (1995), é definido como um “[...] conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1995, p.1). Para o autor, a organização espacial de centros urbanos, seja fragmentado e/ou articulado, é a forma materializada das relações sociais existentes, sendo o reflexo e condicionantes sociais, um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 1995). Lamas (2000) enaltece que a cidade se encontra em constante modificação, de modo que o entendimento sobre os espaços urbano é oriundo de múltiplas formas de leituras e de concepções vinculadas a inúmeras áreas do saber. Logo, torna-se pertinente a compreensão da alteridade entre o público e o privado, de modo que, segundo Indovina (2002), sua diferenciação ocorre pelo fato de que:

[...] à característica público a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público. Ao contrário, um espaço de propriedade privada, com limites de uso, de acesso pago, com fortes condicionamentos de utilização, constitui, relativamente ao primeiro, um limite oposto (um espaço de tipo privado) (INDOVINA, 2002; p.120).

Assim, o entendimento sobre o espaço público é difundido nas diferentes concepções de múltiplas áreas do conhecimento, de maneira abrangente, essas localidades podem ser consideradas como “[...] um espaço em que as pessoas se movimentam livremente, por livre escolha, no percurso de um lugar a outro” (JACOBS,

2011, p.180). Além disso, o espaço público é considerado um importante lugar da organização espacial urbana, uma vez que possui como tradicional característica, ser um local de “[...] socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticas” (INDOVIA, 2002, p.119). Para Indovina (2002), os espaços públicos contribuem para o funcionamento das cidades, e até mesmo, passam a ser compreendidos como um “símbolo”, uma vez que “[...] constitui um fator importante de identificação (e também de identidade), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa” (INDOVINA, 2002, p.119).

Quando vinculados a prática de lazer, os espaços públicos podem ser compreendidos de forma substancial como infraestruturas urbana, sendo caracterizado por: parques, praças, largos, áreas verdes, campos esportivos, ciclovias, entre outros (INDOVINA, 2002).

Logo, no processo de urbanização de diferentes territórios, se percebe a necessidade de compreender a relação entre o indivíduo e o ambiente no qual ele está inserido, bem como a função social dos espaços públicos. Gehl (2010) chama a atenção para a importância da dimensão humana dentro do planejamento urbano, uma vez que, segundo o autor: “[...] a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada” (GEHL, 2010). No Brasil, o processo de melhoria de diferentes centros urbanos carece de maior compreensão, entre outros fatores, pelos vieses das desigualdades sociais no decorrer da história, os quais persistem nas relações sociais contemporâneas destacando, assim, que:

[...] pressupõe reconhecer essas desigualdades e o modo como se configuram no espaço urbano. Por isso, faz-se necessário o estabelecimento de diretrizes claras de uso e ocupação do solo, que garantam a redução das desigualdades sociais e, consequentemente, a justiça social (GESTÃO PÚBLICA SUSTENTAVEL: GUIA DE INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO URBANO, 2020; p. 31).

Numa perspectiva arquitetônica e urbanística, os espaços públicos de lazer podem ser compreendidos como uma importante área da organização espacial de centros urbanos, apresentando diversos atributos com nomenclaturas e especificidades. Um dos atributos são as praças, as quais são consideradas como “[...] um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados -

pela organização espacial e intencionalidade de desenho [...]” (LAMAS, 2000, p.100). Com uma variedade de dimensões geométricas, sua área corresponde à uma quadra, “[...] geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos” (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.29). Na cidade tradicional, a compreensão de praça implica “[...] a estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas” (LAMAS, 2000, p.102).

Outra possibilidade de lazer é encontrada na utilização de parques, os quais podendo apresentar componentes naturais em sua paisagem, e têm como dimensão espacial “[...] uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana [...]” (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.28). Ressalta-se ainda, que a utilização dos parques pode estar vinculada a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas (CARNEIRO e MESQUITA, 2000). Em relação à vegetação, que comumente está presente nas praças e nos parques, Lamas (2000) destaca a importância desse elemento na composição do desenho urbano, possuindo características próprias sua funcionalidade contribui para organizar, definir e conter espaços, bem como controlar o clima e melhorar a qualificação da cidade (LAMAS, 2000). Ademais, as chamadas quadras polivalentes, têm sua finalidade a prática de jogos esportivos, possuem “[...]o revestimento de piso e quase sempre dispendo de área circundante” (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.29).

No que tange o lazer nesse contexto, cabe ressaltar que termo ele pode ser compreendido através de diferentes abordagens, e que seu entendimento se modifica ao longo de tempo, decorrente de acontecimentos que vão alterando as relações sociais entre indivíduos. Numa perspectiva etimológica, a origem do termo lazer vem do latim *licere*, que significa ser permitido, poder, ter o direito. Historicamente, discussões sobre o lazer emergem em meados do século XX, estando associadas ao tempo fora do trabalho, na época, construídas por valores capitalistas em desenvolvimento (GOMES e PINTO, 2009). Atualmente, o termo passa por inúmeras interpretações. Gomes e Pinto (2009) refletem sobre o lazer como:

[...] em nossa realidade, os sentidos hoje atribuídos ao lazer no nível do senso comum são variados: descanso, folga, férias, repouso, desocupação, distração, passatempo, hobby, diversão, entretenimento, tempo livre. Além disso, algumas pessoas associam o lazer a determinadas práticas culturais, tomando-o como sinônimo, por exemplo, de esporte, cinema, música etc.

Outras vinculam o lazer a ações como dançar, assistir TV e viajar, entre outras (GOMES e PINTO, 2009; p.69).

Assim, a melhor compreensão sobre o desenvolvimento territorial de diferentes centros urbanos corrobora que o planejamento urbano, bem como a relação dos indivíduos e ambiente passem a ser pauta de diferentes agendas governamentais. Nesse processo, o espaço público de lazer surge em destaque, onde a perspectiva de melhorias passa por diretrizes e/ou legislações específicas.

Do ponto de vista da garantia de direitos, a prática do lazer é fomentada em diferentes documentos governamentais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, por exemplo, determina entre suas atribuições, o lazer como direito de todo ser humano, incluindo seu vínculo com práticas trabalhistas (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948). No Brasil, essa prática é assegurada através da Constituição Federal de 1988, sendo um direito social e trabalhista (art. 6º e art. 7º, respectivamente), bem como enaltece o dever do estado em proporcionar essa prática a nível populacional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Sob o olhar da equidade social, as políticas públicas surgem como uma importante iniciativa por parte do Estado na intenção de modificação de realidades que se constituem com viés de desigualdade. Nesse sentido, cabe destacar que a concepção sobre o termo política pública pode ser compreendida, segundo Dias e Matos (2015), como:

ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria de qualidade de vida compatível com a dignidade humana (DIAS e MATOS, 2015; p.12).

Ainda nesse contexto, a administração pública, por meio de gestores e governantes, segundo Dias e Matos (2015):

surgiu como instrumento do Estado para defender os interesses públicos ao invés dos interesses privados. Enquanto há aqueles que acham que somente os mercados podem equilibrar os interesses públicos e privados, outros entendem que a administração pública é o meio mais racional de promover o interesse público (DIAS e MATOS, 2015; p.11).

Um estudo desenvolvido em 19 países, por Giles-Corti e colaboradores (2022), avaliou a presença e qualidade de políticas de planejamento urbano atrelados a oito perspectivas de intervenções no desenho urbano, bem como o fomento de indicadores espaciais para medir o acesso ao desenho urbano e recursos vinculados ao transporte que apoiam estilos de vida saudáveis e sustentáveis. Foi constatado que, apesar de

diferentes localidades possuem políticas bem intencionadas, uma parcela considerável das políticas voltadas ao planejamento urbano possui como fragilidade a falta de padrões de mensuração e metas para alcançar uma cidade sustentável e saudável. Além disso, quando as políticas contemplavam determinadas metas, pareciam não ser suficientes para proporcionar melhorias numa perspectiva de saúde e bem-estar, bem como recursos de design urbano e de transporte.

Diante dos achados, o estudo de Giles-Corti e colaboradores (2022) trouxe alternativas de ações que colaboram com possibilidades de cidade saudável e sustentável, enaltecendo, entre outras diretrizes, a importância de “monitorar a implementação de políticas”, buscando:

responsabilizar a tomada de decisões do planejamento da cidade, conduzindo experimentos naturais de intervenções políticas em parceria com universidades; tais experimentos devem avaliar e rastrear a implementação de políticas e os resultados de saúde, sociais, ambientais e de equidade (GILES-CORTI et al., 2022; p.924).

No cenário mundial, a Nova Agenda Urbana (2017), realizada pela ONU, enaltesse a falta de equidade em diferentes territórios, destacando que índices elevados de pobreza, crescimento de desigualdade e degradação do ambiente urbano se configuram como desafios persistentes a serem erradicados em diferentes países. Logo, o documento frisa a garantia de direitos, nos quais os contextos territoriais possam cumprir suas funções sociais, de forma que compartilhem “[...] uma visão de cidades para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.5).

Ao considerar o desenvolvimento urbano, os espaços públicos de lazer são destacados entre as diretrizes propostas pelo documento, uma vez que os princípios de equidade em termos de acesso, bem como melhorias dessas localidades, são descritas através da necessidade do comprometimento a:

promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, trocas econômicas, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas, e que sejam desenhados e geridos para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão social (NOVA AGENDA URBANA, 2017; p.13)

No território brasileiro, o desenvolvimento de diferentes centros urbanos, bem como a garantia de direitos fundamentais dentro do processo de urbanização, pode ser compreendido à luz de uma perspectiva histórica, através da implementação de legislações vinculadas a esse processo. Assim, o Estatuto da Cidade, através da Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, torna-se um marco histórico importante, tendo como princípios uma política pública que utiliza de instrumentos de reforma urbana voltados para promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras. No estatuto, o Plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, é um instrumento básico da política de desenvolvimento e extensão urbana, no qual gestores públicos, juntamente com a população, estabelecem propostas de melhoria do município para que a cidade cumpra devidamente sua função social (BRASIL, 2001). A implementação dessa legislação e dos planos diretores necessita ser foco de produção do conhecimento.

#### **4.2. Métodos de Avaliação dos Espaços Públicos de Lazer**

Nas últimas décadas, o conhecimento sobre a interação do indivíduo com o ambiente no contexto das práticas corporais e atividades físicas se desenvolveu com a perspectiva de modelos ecológicos, os quais destacam que o comportamento humano é influenciado por diferentes níveis psicossociais, sendo eles: o intrapessoal, que se refere a aspectos biológicos e psicológicos; o interpessoal/cultural, organizacional e/ou físico ambiental, que está atrelado a aspectos do ambiente construído ou natural; e nível político, responsável pelos aspectos de legislação, regras, regulamentos e códigos (SALLIS et al., 2006; BAUMAN et al., 2012). Para Lamas (2000, p.37), “[...] o meio urbano pode ser objeto de múltiplas leituras, consoante os instrumentos ou esquemas de análise utilizados”, tendo nas esferas organizacional e/ou físico ambiental, bem como política a possibilidade de modificação de suas respectivas realidades. Logo, no processo de compreensão da urbanização em diferentes territórios os espaços públicos de lazer passam a ser objeto de estudo de inúmeras áreas do conhecimento, tendo entre suas possibilidades de abordagens os métodos de avaliação desses ambientes.

Entre as alternativas de avaliação, do ponto de vista urbanístico a morfologia urbana, compreendida como “[...] o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no

tempo” (LAMAS, 2000, p.38), caracteriza-se como uma possibilidade. Essa concepção possui como interesse de observação dos “[...] lugares que constitui o espaço urbano”, de modo que aspectos do processo de urbanização, como fenômenos sociais, econômicos, motores, e entre outros, não sejam abordados nessa perspectiva (LAMAS, 2000).

À luz das ciências sociais, outra forma de avaliação corrobora o entendimento sobre a organização espacial de centros urbanos no que tange os espaços públicos de lazer, bem como as relações sociais envolvidas nesse processo de urbanização. Corrêa (1995), ao analisar os processos e formas espaciais das cidades, destaca que se torna pertinente a observação dos aspectos de segregação e as áreas sociais, uma vez que as cidades que possuem seu processo de urbanização com vieses capitalistas, se constituem como:

[...] lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1995; p.5).

Ademais, a avaliação dos espaços públicos pode ter como possibilidades a construção coletiva entre o pesquisador e a comunidade pertencente ao local estudado. Metodologias baseadas em parcerias com “cientistas cidadãos” consistem na averiguação e documentação dos ambientes das comunidades através da participação popular por meio de aplicativos móveis, tornando-se uma possibilidade colaborativa. Uma das possibilidades é apresentada em uma proposta que fomenta a avaliação do ambiente estudado usando um aplicativo móvel, denominada *Our Voice Discovery Tool*. Nessa abordagem indivíduos documentam recursos de suas comunidades que afetam sua capacidade de levar uma vida saudável, através de fotografias, realizando comentários de maneira escrita ou gravação de voz, podendo ser classificada como positiva, negativa ou ambas. A implementação desse método em projetos e pesquisas nas diferentes culturas, é possibilitado através da “*Our Voice Global Research Network*”, constituída por ser uma rede global de pesquisadores nos diferentes continentes. Na literatura, esta metodologia vincula-se principalmente em estudo com idosos e indivíduos de baixa renda (STANFORD MEDICINE, 2023).

Outrossim, outra possibilidade de avaliação dos espaços públicos de lazer passa pela utilização de instrumentos já consolidados na literatura. Em um estudo de revisão sistemática, Knobel e colegas investigaram as ferramentas multidimensionais para avaliar a qualidade das áreas verdes na zona urbana, em relação a validade, replicabilidade e comparabilidade. Foram analisadas 15 ferramentas de avaliação que atenderam os critérios da revisão. Os resultados mostraram uma variabilidade considerável entre as ferramentas em relação: ao foco da ferramenta, o processo de design da ferramenta, o tempo por visita e tempo de treinamento, o número de itens incluídos, definição da unidade de estudo e critérios de inclusão e a estrutura de definição e inclusão das dimensões da ferramenta. Em relação a publicação das ferramentas, o estudo mostrou um aumento no número de publicações de novas ferramentas, tendo sido influenciado pela necessidade de adaptação ou elaboração de novas ferramentas, de acordo com os problemas de pesquisas. Os resultados mostraram também que, após o ano de 2010, as ferramentas de avaliação começaram a ter um foco mais amplo em suas análises, não direcionando somente na atividade física. A diversidade entre ferramentas dificulta definições mais apuradas sobre a validade, replicabilidade e comparabilidade das ferramentas, no entanto, o estudo destaca que a validade da ferramenta é o fator mais crítico para a usabilidade, podendo ser contestado por muitos elementos diferentes; além disso, os valores de confiabilidade entre avaliadores devem ser reportados para garantir a qualidade das ferramentas (KNOBEL et al., 2019).

Em um outro estudo de revisão, conduzido por Joseph e Maddock (2016), os autores avaliaram ferramentas utilizadas para avaliar espaços abertos e estruturas de parques. Foram selecionadas cinco ferramentas, sendo elas: *Bedimo-Rung Assessment Tool–Direct Observation* (BRAT-DO), *Community Park Audit Tool* (CPAT), *Environmental Assessment of Public Recreation Spaces* (EAPRS), *Physical Activity Resource Assessment* (PARA) e *Quality of Public Open Space Tool* (POST); os quais atenderam os critérios de inclusão do estudo. Em um primeiro momento, foi avaliado as características relacionadas: ao comprimento, usuários pretendidos, método de coleta de dados, confiabilidade, qualidade e validade; logo após, foi realizado uma revisão de maneira mais detalhada de cada ferramenta com base em características específicas avaliadas. Os resultados demonstraram que, todas as ferramentas são projetadas para o uso de pesquisadores e público profissionais de

saúde, no entanto, os instrumentos CPAT e PARA também possibilita a sua utilização por membros da comunidade. Em relação a possibilidade de utilização, todos os instrumentos podem ser aplicados utilizando papel e caneta. Os achados indicaram também que todos instrumentos possuem protocolos de avaliação semelhantes, sendo os parques divididos em segmentos ou áreas, e cada segmento sendo avaliado individualmente e, dessa forma, possuindo confiabilidade considerada moderada para boa.

Em relação aos recursos de parques avaliados, todas as ferramentas tiveram pelo menos um item de avaliando áreas lúdicas, presença de campos de futebol, softbol e beisebol, bem como a presença de trilhas não pavimentadas ou caminhos para atividades de corrida e/ou caminhada. Em relação aos atributos, todas as ferramentas avaliam a existência de mesas de piqueniques, recursos paisagistas como árvores, áreas com sombra e entre outros; além da presença de banheiros, latas de lixos, fontes de água, acessibilidade aos parques, segurança, presença de incivildades, estado de manutenção (exceto a ferramenta POST) e presença de animais (exceto a ferramenta BRAT-DO). Os resultados demonstram também que somente o instrumento BRAT-DO possui validade publicada. (JOSEPH e MADDOCK, 2016).

Nesse contexto, Meng e Wang (2022), realizaram uma revisão sistemática afim de descrever os estudos que cobrem ferramentas de auditoria de parques para espaços públicos abertos voltados para atividades infantis. Inicialmente foram selecionados 25 artigos que atenderam aos critérios de inclusão da revisão, e a partir deles, foram selecionados 11 ferramentas de análise: *Assessment of Public Recreation Spaces (EAPRS)*, *Children's Public Open Space Tool (C-POST)*, *Community Park Audit Tool (CPAT)*, *Physical Activity Resource Assessment (PARA, versão adaptada)*, *Resilience for Eating and Physical Activity Despite Inequality (READI)*, *Woolley and Lowe's play space assessment tool*, *Activity and Recreation among Kids (PARK)*, *Playable Space Quality Assessment Tool (PSQAT)*, *Quality Index of Parks for Youth (QUINPY)*, *Opportunities for Children in Urban Spaces (OCUS)* e *Play Space Audit Tool (PSAT)*. Os resultados mostraram que a maioria das ferramentas (n=8) está direcionada a avaliar os espaços públicos abertos que podem influenciar na vida de crianças num contexto de problemas de saúde, como por

exemplo, falta de atividade física, obesidade e doenças cardiovasculares; bem como, relacionadas aspectos da psicologia como a ferramenta QUINPY.

Ademais, a perspectiva do lúdico, através da compreensão do apoio ambiental em espaços públicos abertos para brincadeiras infantis, também são contempladas nas ferramentas, como por exemplo, Woolley e Lowe, PSQAT e PSAT. Em relação ao modo de avaliação, foi constatado que, exceto o QUINPY, as demais ferramentas têm suas avaliações realizadas através da observação de campo (podendo utilizar lápis e formulário em papel) ou de fotografias tiradas do local pesquisado. Em relação às dimensões e itens abordados nas ferramentas, a maioria (n=9) possuiu de três a cinco dimensões, em geral, relacionadas a instalações recreativas, comodidades e características em relação a qualidade do ambiente. Os itens que as ferramentas abordam se relacionam a quatro categorias: ambiente e acessibilidade; segurança e proteção; oportunidade de esportes e brincadeiras infantis; e meio ambiente, estética mental e conforto.

O estudo mostrou também que, das 11 ferramentas analisadas, oito foram desenvolvidas especificamente para crianças, destas, cerca da metade enfatizam as atividades das crianças da escola primária. Em relação à adequação das ferramentas, exceto a ferramenta OCUS, as demais foram consideradas adequadas para pesquisadores, sendo as ferramentas CPAT e PARA (versão adaptada) também adequadas para utilização de membros de comunidades. Em termos de localidades a serem observadas, o estudo em questão evidenciou que as ferramentas EAPRS, C-POST, PARA e OCUS tem sua aplicação em parques, locais de recreação, áreas verdes, entre outro espaço públicos; ademais, as ferramentas CPAT, PARK, READI e QUINPY possuem um direcionamento voltado a avaliação de parques; e Wooley e Lowe, PAST e PSQAT são ferramentas adaptadas a avaliar áreas recreativas infantis. Em relação a confiabilidade das ferramentas analisadas, em geral, a confiabilidade da maioria das ferramentas é verificada, no entanto, a ferramenta Woolley e Lowe e OCUS ainda exigem verificação (MENG e WANG, 2022).

No campo da Educação Física e áreas afins, os estudos de avaliação dos espaços públicos de lazer têm sido relacionados com a interação dos ambientes com o comportamento de atividade física. Um estudo de revisão dessa temática destaca que os principais métodos de avaliação são baseados em medidas de percepção do

ambiente, medidas de observação sistemática e medidas baseadas em dados geoprocessados (HINO et al., 2010).

A avaliação através das medidas baseadas na percepção do ambiente é compreendida como a maneira com que as pessoas observam o espaço urbano e suas características em torno de seus domicílios, através de informações como estética e segurança pública, por exemplo, do local estudado. Apesar de apresentar uma ampla aplicabilidade, através de entrevistas face a face, por telefone ou autopreenchidas, tornando-se uma proposta simples e de menor custo, a subjetividade das informações coletadas podem se caracterizar como uma limitação por um lado, mas como uma potencialidade por outro (HINO et al., 2010). Nessa perspectiva de avaliação, o instrumento *Neighborhood Environment Walkability Scale* (NEWS) é um dos mais utilizados por estudos na área. Este instrumento avalia questões relacionadas à densidade residencial, proximidade de usos do solo não residenciais, facilidade de acesso a usos não residenciais, conectividade das ruas, instalações para caminhada/ciclismo, estética e aspectos de segurança contra crime e tráfego (CERIN et al., 2006).

Medidas baseadas na observação sistemática têm como aspecto principal a observação direta do ambiente estudado, possibilitando informações quantitativas e qualitativas do ambiente. Trata-se de um método de coleta realizado por pessoas treinadas e é caracterizado por inventários e/ou auditagem. (HINO et al., 2010). Entretanto, essa proposta de análise do ambiente requer maior logística e tempo para a pesquisa. Segundo Hino e colaboradores (2010), esse método é mais usual em avaliação de bairros ou comunidades de menor tamanhos. O instrumento *Physical Activity Resource Assessment* (PARA) é utilizado com frequência por pesquisadores, uma vez que se caracteriza por ser prático e de fácil compreensão, possibilitando a avaliação quantitativa e qualitativa do espaço público e estruturas presentes para atividade física, além do conforto do usuário, condições de limpeza, estética, segurança, acessibilidade e serviços prestados no local (LEE et al., 2005).

As medidas baseadas em dados de geoprocessamento utilizam o Sistema de Informação Geográfica (SIG), compreendido como “[...] um conjunto de ferramentas que permite a obtenção, armazenamento, análise e apresentação de dados baseados em informações identificadas espacialmente”, tendo a obtenção de imagens por

satélite ou por fotografias aéreas (HINO et al., 2010, p.390). A utilização dessa metodologia tem como característica compreender a sobreposição dos atributos do ambiente com os individuais (HINO et al., 2010). Logo, em relação a possibilidade de avaliação descrita, Hino e colaboradores (2010) relatam que “dentre as medidas existentes, é a única que permite determinar objetivamente, por exemplo, distâncias entre o domicílio e destinos específicos como parques, lojas, academias, etc” (HINO et al., 2010, p.390). No entanto, aspectos como dissociação temporal entres os dados coletados, bem como a inexistência de informação qualitativas das localidades observadas, tornam-se fatores limitantes para utilização de dados geoprocessados.

Portanto, compreende-se que as possibilidades de avaliação do espaço público de lazer são oriundas de uma diversidade de métodos das múltiplas áreas do conhecimento que se dedicam a compreender e explorar a temática. Logo, o entendimento sobre essas localidades, através de pesquisas voltadas a essa compreensão, serão realizadas nas mais diversas perspectivas, enaltecendo o conhecimento sobre as realidades urbanas estudadas.

#### **4.3. Estudos de Avaliação do Espaços Públicos de Lazer**

Na Europa, Hoffiman e colaboradores (2017), em um estudo que investigou a adequação dos espaços públicos de lazer em Porto, Portugal, constataram a necessidade de melhorias, bem como a falta de equidade de acesso aos espaços com áreas verdes. No estudo, as localidades foram identificadas através de SIG e mensuradas através de auditagem com a ferramenta *Public Open Space Tool*. Embora tenha sido observada a alta prevalência de áreas verde nos bairros da cidade (80,2%), verificou-se uma discrepância entre bairros de maior vulnerabilidade (90,0%) em comparação aos bairros de menor vulnerabilidade (75,8%). Em relação à acessibilidade, bairros considerados de maior vulnerabilidade tiveram menores índices de acesso, bem como maior distância a ser percorrida pelos moradores para acessar os espaços. Referente a adequação, a qualidade do espaço verde, atributos (equipamentos de recreação, estacionamento, banheiros, assentos, bebedouros) e segurança, apresentaram associação negativa com a privação socioeconômica, indicando que a qualidade dos espaços verdes é inferior nos bairros de maior vulnerabilidade da cidade.

Em um estudo conduzido na Austrália, Jayasinghe e colaboradores (2022) observaram que melhores adequações do espaço público e seus atributos, parecem ser um facilitador a utilização dessas localidades pelos indivíduos que residem próximo a esses locais. Utilizando o instrumento *PARA*, os autores constataram que a maioria dos espaços estudados foram classificadas com índices altos de adequação (intervalo 2 - 3). No entanto, as incivildades obtiveram índices baixos em sua classificação (intervalo de 0 - 1,5), com incômodo auditivo (40%), enxerto ou marcação (17%), e o lixo (17%) caracterizado como o tipo de incivildade de maior ocorrência observada.

No México, o estudo realizado nas cidades de Tijuana (1,6 milhão de habitantes) e Ciudad Juarez (1,4 milhão habitantes) por Bojorquez e colaboradores (2021), constatou a importância da melhor adequação de espaços públicos de lazer visando aumentar o potencial de benefícios a população através dessas localidades. Para observação das características dos espaços públicos e seus atributos foi também utilizado o instrumento *PARA*; além disso, a quantidade e a área dos espaços públicos de lazer existentes foram mensuradas em buffers de 400, 800, 1.200 e 1.600 metros ao redor dos quarteirões onde participantes entrevistados na pesquisa residiram. Entre os resultados encontrados, os bairros de menor acessibilidade estavam localizados em regiões periféricas, e apresentaram adequação e conservação ruins, com vegetação escassa, além do acúmulo de lixo, falta de instalações para a prática de atividade física, bem como insegurança relatada por parte dos indivíduos que frequentam os espaços.

No Brasil, o estudo de Lopes e colaboradores (2021) associou as condições ambientais de dois parques em localidades socioeconomicamente distintas e sua utilização para atividade física e atividades afins em Londrina (PR). A adequação também foi medida através do instrumento *PARA*. Observou-se que ambas as localidades apresentavam equipamentos com condições medianas de (79% e 61%, respectivamente). Ao avaliar atributos como bancos, bebedouros, iluminação, arborização, mesas, lixeiras e pontos de acesso, um dos parques apresentou um índice considerado “ruim”, enquanto o outro parque foi caracterizado com índices de “média” e “boa” adequação. Ainda, em ambas as localidades foram identificados atributos como barulho, pichação, lixo, áreas sem coberturas vegetais, áreas

gramadas sem manutenção e vandalismo. No primeiro parque avaliado, instalações como academia ao ar livre, arquibancada, pista de caminhada, junto às condições de acessibilidade foram associadas a maior chance de prática de atividade física entre usuários do parque ( $p < 0,001$ ). Já no segundo parque avaliado, a maior chance de prática de atividade física foi relacionada a instalações como campo esportivo, área de piquenique, trilha de caminhada, junto às condições de acessibilidade ( $p < 0,001$ ).

No estudo de Manta e colaboradores (2018), realizado em Florianópolis (SC), os autores mensuraram a quantidade e qualidade de 214 espaços públicos de lazer. Para verificar a qualidade dos espaços estudados foi utilizado o instrumento *PARA* e a estimativa do número de espaços públicos de lazer por setores censitários foi realizada através do SIG. Os autores identificaram a existência de parques infantis (29,4%), ginásios ao ar livre (15,9%), campos/quadras de futebol (14,9%) e instalações de atividade física (36,9%) nos espaços estudados. Em relação à qualidade, 53,6% e 32,6% dos espaços apresentaram qualidade boa e média, respectivamente. Quadras de basquetebol, futebol e handebol apresentam maiores proporções de instalações de qualidade ruim (33,3%, 25% e 23,1%, respectivamente). Referente aos aspectos de conforto dos usuários, mais de 80% dos espaços públicos de lazer analisados tinham banheiros (83,2%), vestiários (95,8%) e bebedouros (98,1%), entretanto, apenas os bebedouros tinham maior proporção em boa qualidade (4,2%). Itens como iluminação (54,7%), lixeiras (45,8%) e bancos (55,1%) estiveram presentes em maior proporção com boa qualidade.

Em outro estudo, realizado também em Florianópolis (SC), utilizando o mesmo instrumento de análise, Manta e colaboradores (2019) analisaram a associação entre as características sociodemográficas dos setores censitários e a presença e qualidade de espaços públicos e instalações de atividade física. No estudo, os espaços públicos estavam presentes em apenas 22,1% ( $n = 142$ ) dos setores avaliados. Referente a qualidade, 43% ( $n = 61$ ) dos setores censitários possuíam pelo menos um espaço público de alta qualidade, contudo, setores censitários de média e alta renda foram mais propensos a possuir um espaço público (OR = 1,8; IC 95% 1,1–3,0,; OR = 2,4; IC 95% 1,4–4,0, respectivamente), bem como, maiores chances de possuir mais de duas instalações para atividade física (OR = 4,0; IC95% 1,4–11,3; OR=3,6; IC95% 1,2–10,2, respectivamente) em comparação com setores de baixa renda.

Corroborando esses achados, o estudo realizado em Parintins, no Amazonas, constatou a ineficiência em relação a quantidades de espaços esportivos de lazer, bem como, a necessidade de melhores condições em termos de qualidade dos locais observados. Para observação das localidades, foi utilizado um roteiro de observação, sendo elaborado com base no instrumento utilizado no Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Verificou-se que seis dos 20 bairros da cidade não possuíam espaços públicos para a prática esportiva, mesmo um deles ser caracterizado como quarto bairro de maior população da cidade. Em termos de adequação, apenas duas localidades estudadas foram consideradas com índice bom, sendo verificada uma prevalência considerável de acúmulo de lixo (espaços improvisados 54,1%, públicos 21,1% e privado 7,7%) e existência de mato alto (espaços improvisados 48,6% e públicos 21%) (RADICCHI et al., 2015).

No estudo de Dopp e colaboradores (2021), realizado em Rio Claro (SP), os autores buscaram descrever os espaços públicos de lazer associados à distribuição, quantidade e qualidade de atributos ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). A qualidade dos espaços estudados foi verificada através do *PARA*. No município paulista, foram analisadas 132 praças e dois parques, sendo que 101 espaços públicos (71,1%) estão em uma área com índice de vulnerabilidade muito baixo, e somente três localidades (2,1%) encontram-se em áreas consideradas de alta vulnerabilidade. Referente aos atributos de maior prevalência identificados nos espaços públicos, estações de exercícios (13,8%) e parques infantis (8,3%) foram as estruturas de maior frequência. Além disso, observou-se que 80,6% das praças possuíam acesso ao transporte público, bem como, amplo acesso a ciclovias. Atributos de conforto, limpeza, estética, segurança e acessibilidade foram apresentados em áreas de baixa vulnerabilidade em comparação com as áreas de maior vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de investimentos em diferentes atributos dos espaços avaliados, visando entre outras questões a diminuição da disparidade existente em relação aos espaços públicos de lazer no território estudado.

No estudo de Bernardini e Carmo (2021), em Campinas (SP), os autores avaliaram as condições dos espaços públicos de lazer em duas regiões periféricas do município, bem como projetos de loteamento, criadas entre os anos de 1970 e 2010. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento e análise documental em 130 plantas de loteamentos aprovados em duas localidades da cidade, assim,

utilizando determinados critérios, foram selecionadas 67 plantas de loteamentos para o estudo. Para classificar os espaços públicos, foi utilizado uma análise de fotointerpretação, onde os polígonos definidos no projeto foram comparados com a situação real presente na imagem de satélite; assim, classificados como:

“[...] espaços livres de uso público contendo intervenções do governo, com tratamento paisagístico e/ou implantação de equipamentos de lazer, portanto convertidos em áreas de lazer; - espaços abertos de uso público sem qualquer tipo de intervenção do poder público; espaços abertos construídos para uso público, transformados em equipamentos institucionais públicos; e espaços para uso público ocupado para fins habitacionais e/ou comerciais pela população residente na região” (BERNADINI e CARMO, 2021, p.247) .

Para verificar a qualidade das localidades estudadas, foi elaborado um instrumento com base em literaturas validadas com ênfase na área de Arquitetura e Urbanismo, visando mensurar os seguintes atributos: acessibilidade, desenho do espaço, coesão, localização e arredores do território, vegetação, mobiliário e iluminação. Numa perspectiva socioeconômica, em localidade com residentes com maior poder aquisitivo, foram encontrados diversos espaços recreacionais equipados, no entanto, muitos espaços se configuravam como lotes privados e não como áreas públicas. Além disso, na região, a maioria dos espaços foram considerados espaços livres de uso público sem intervenção do poder público (91%) e sem qualquer tipo de equipamento, tornando-as inaptas para as atividades de lazer e recreação. Na região sudoeste, caracterizada com a ausência de loteamento fechados, foi possível observar a forte presença de ocupações para fins de habitacionais nos espaços livres de uso público, que estariam destinados ao lazer em sua origem de acordo com as plantas de loteamento. Ainda na região, se constatou que os espaços livres de uso público na região encontram-se sem uso ou abandonados (65%), sem nenhum amparo de gestão pública para modificar a realidade desses espaços. Se observou ainda que, os espaços públicos de lazer encontrados com maior prevalência na região são campos de futebol/várzea contendo equipamento de lazer (BERNADINI e CARMO, 2021).

Grande parte dos estudos que verificaram a quantidade e qualidade dos espaços públicos de lazer apresentaram disparidades de acordo com as características dos espaços estudados. A necessidade de investimentos a fim de

diminuir iniquidades nos atributos dos espaços públicos é evidenciada nos estudos, entretanto, outro fator de importância ao avaliar os espaços públicos é considerar mudanças que podem ocorrer devido a esses investimentos em períodos de tempo.

#### **4.4. Monitoramento das mudanças nos espaços públicos de lazer**

Embora estudos de caráter longitudinal sejam escassos na literatura disponível sobre a avaliação dos espaços públicos de lazer, alguns pesquisadores repetiram coletas de dados ao longo do tempo a fim de compreender os espaços públicos de lazer por meio de um processo de observação temporal. Esse tipo de abordagem apresenta um potencial de monitorar e fomentar políticas públicas que visam melhorias a essas localidades. Como já mencionado na abordagem introdutória, no cenário nacional, Wendt e colaboradores (2021), analisaram dois inquéritos da Pesquisa Nacional de Saúde dos anos de 2013 e 2019, constatando as modificações em termos de desigualdades de na percepção individual de acesso a espaços públicos para AF. Foi evidenciado que fatores socioeconômicos estão atrelados ao acesso a espaços públicos, uma vez que ao observar o fenômeno, grupos mais ricos tanto em 2013 (58,5%) quanto em 2019 (69,3%) obtiveram maiores prevalência comparados aos mais pobres (21,7% e 36,5%, respectivamente). (WENDT et al., 2021).

Um outro estudo, na cidade de São Paulo (SP), Teixeira e colaboradores (2022), descreveram as mudanças no ambiente construído relevantes à atividade física de lazer e viagens ativas na cidade, entre 2015 e 2020, bem como as mudanças vistas através diferentes regiões da cidade, grupos de renda e densidades populacionais. No estudo, foram coletados dados quantitativos sobre os atributos do ambiente construído como praças públicas, parques, instalações, clubes comunitários, academias ao ar livre, ciclovias, estações de trem e metrô e terminais de ônibus e unidades básicas de saúde. As análises descritivas dos atributos do ambiente construído constituíram quatro níveis: cidade; área administrativa (sul, leste, norte, sudeste, centro e oeste) – não ajustado e ajustado por habitantes; quartis de renda dos setores censitários; e buffers (radial e rede de 500m e 1.000m) em torno das residências de participantes de um estudo de coorte, além de analisar a presença ou ausência do atributo no ambiente construído, categorizado como: “[...] manutenção negativa = ausência de atributo para ambos anos (2015 e 2020); variação negativa=

presente em 2015 e ausente em 2020; mudança positiva = ausente em 2015 e presente em 2020; manutenção positiva = presente nos dois anos”(TEXEIRA et al., 2022, p.4).

Os resultados mostraram que os elementos do ambiente construído aumentaram entre 2015 e 2020, com academias ao ar livre (109,6%) e ciclovias (67,7%), trens, estações de metrô e terminais de ônibus (15,4%) e instalações esportivas (12%). No entanto, os resultados demonstram que as modificações de algumas infraestruturas do ambiente construído foram menores do que o aumento populacional durante o período analisado. Além disso, observou-se que, embora os atributos do ambiente construído aumentaram em maior proporção em praças públicas e ciclovias nas regiões mais pobres do que nas mais ricas regiões, esses atributos somados às academias ao ar livre e grandes estações de transporte são mais abundantes nas regiões mais ricas da cidade.

#### **4.5. Avaliação e Políticas Públicas vinculadas os espaços públicos de lazer na cidade de Pelotas (RS)**

No município de Pelotas, o desenvolvimento territorial e princípios da utilização do solo são pautados por diretrizes estabelecidas através do Plano Diretor Municipal. Tendo esse processo de expansão vinculado entre outros aspectos na garantia de direito a cidade, compreendido no art. 6 inciso VII, fomentando direitos sociais, entre outros, o acesso ao lazer e serviços públicos. Ainda no documento, se observa diretrizes vinculadas aos espaços públicos de lazer, corroborando com a melhoria da adequação dessas localidades, “[...] através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário e equipamento urbano, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer, gerando condições de conforto e permanência para as pessoas” (PELOTAS; LEI Nº 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008, p.23). Ainda, na gestão municipal, as atribuições de planejamento urbano, organização do espaço público, entre outras especificidades é articulada através da Secretária Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana (SGCMU) (PELOTAS, 2023). Além disso, numa prerrogativa de promoção a saúde, o município estabeleceu seu Plano Municipal de Saúde 2022 - 2025, onde os espaços públicos de lazer também são enaltecidos nas diretrizes do documento, idealizando “melhorar, ampliar e qualificar

os espaços públicos de esporte e lazer [...]” (PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022 - 2025; 2022, p.10).

A Lei Orgânica Nº 1, de 3 de abril de 1990, em sua seção IV, é destinada a legislações vinculadas ao desporto e lazer. Logo, através do art. 214, é fomentado o dever do município em proporcionar e amparar o desporto, o lazer e a recreação como um direito de todos. Ainda, referente as localidades que fomentam esses direitos sociais, no art. 222, é contemplado que “o município assegurará, no mínimo, uma área física de lazer em cada bairro, dotada com equipamentos para prática de esportes, lazer e recreação” (PELOTAS, 1990).

Com relação a produção do conhecimento sobre os espaços públicos de lazer desenvolvidos na cidade, que objetivaram compreender a distribuição de espaços públicos de lazer, bem como atribuição de qualidade e adequação dessas localidades e seus respectivos atributos, vem constatando insuficiência de ações por parte do poder público em proporcionar melhores espaços de maneira equitativa.

Em Pelotas, dois estudos foram realizados com metodologias semelhantes. Um deles, já apresentado anteriormente, utilizou o PARA e identificou que 45,7% dos espaços, em geral, apresentaram qualidade boa, tendo algum atributo para prática de atividade física em parques/praças (57,6%) e canteiros (44,8%); no entanto, destaca-se a prevalência de lixos espalhados em parques/praças (60,7%), bem como, em canteiros (38,6%). Constatou-se ainda que, quanto maior a média de renda domiciliar dos setores censitários, maior o número de espaços públicos de lazer ( $r= 0,31$ ); e uma correlação inversa em relação a densidade populacional dos setores censitários ( $r=-0,32$ ). No entanto, o estudo em questão também apresentou algumas limitações, como o fato de muitos itens contidos no instrumento de avaliação não terem sido encontrados nos espaços públicos de lazer avaliados, mesmo sendo uma versão adaptada para a realidade brasileira. Ademais, em relação aos canteiros, os autores destacam a necessidade de cuidados no que tange a interpretação dessas localidades, uma vez que, aspectos como bancos e outras estruturas de conforto dos usuários nos canteiros, muitas vezes, não são encontradas em virtude do pouco espaço físico disponível, sendo essas localidades, em alguns casos, destinados somente para as trilhas/pistas de caminhada ou bicicleta, assim não contemplando outros tipos de instalações (DA SILVA et al., 2015). O outro estudo, realizado por Da Silva e

colaboradores (2012), investigou as condições de parques e praças do município para prática de lazer e atividades físicas em Pelotas (RS) por meio de uma versão adaptada do instrumento *Bedimo-Rubg Assessment Tools-Direct Observation* (BRAT-DO), contemplando a observação no que tange aos domínios: (aspectos, condições, acesso, estética, segurança e política do parque). Foram avaliados, 63 praças/parques em seis bairros do município. Dos achados, as áreas de maior frequência foram espaços verdes (85,7%) e campos de futebol (47,6%). No entanto, nessas localidades, 95,2% não possuíam quadras esportivas, nem mesmo trilhas ou pistas de caminhada. Em termos de adequação, foi constatado alguma/muita deterioração (65%), sendo que em 35% faltavam ou existiam materiais quebrados. Apesar da existência de traves de futebol na totalidade dos campos, em 40% deles essas estruturas encontravam-se quebradas. Em relação à segurança, 43,3% não apresentavam iluminação, sendo consideradas muito inseguro/inseguro 66,7% das praças/parques.

Em consonância, Bettin e colaboradores (2018), verificaram a existência e a situação da infraestrutura dos espaços públicos municipais para a prática dos esportes e do lazer na cidade de Pelotas (RS), através da análise da atuação da Prefeitura Municipal durante a gestão de 2009 – 2012 na manutenção e na conversação desses equipamentos. Assim, se realizou um levantamento documental utilizando o Mapa temático de áreas especiais de interesse do ambiente natural, da área urbana da cidade elaborado no ano de 2008, bem como o Plano Diretor da cidade, salientando que a tentativa de contato inicial com as secretarias municipais não teve retorno afim de informações. Para o mapeamento, foi realizado uma filtragem em terrenos e vegetações, identificando a possibilidade de atributos para práticas esportivas e de lazer, através de imagens de satélite na plataforma Google Maps. Para análise da qualidade das localidades selecionadas, foi realizado uma observação *in loco*, utilizando uma ficha de observação, mensurando atributos como: assentos, iluminação, bebedouros, lixeiras, policiamento, entre outros, e observando aspectos pontuais sobre a estrutura física encontrada (tipos de equipamento) e conservação (estado geral da praça, manutenção e limpeza). Em relação as estruturas, foi observado o total de 53 locais, contendo 79 equipamentos para prática de esporte e de lazer (campos, canchas, quadras, mesas e/ou pistas). Assim, no que tange os equipamentos esportivos, uma parcela considerável tem suas estruturas incompletas,

necessitando de redes para balizas\goleiras, contendo apenas uma trave para prática de futebol, ou até mesmo tabelas para prática de basquetebol; além disso, apenas 10 dessas estruturas observadas contavam com cerca de proteção. Ademais, dos espaços públicos observados, 37 apresentaram possuir assentos, no entanto, esse número não garante a funcionalidade desse equipamento, visto que em 11 desses locais os assentos estão distantes dos equipamentos esportivos. Verificou-se também, a existência de equipamentos de iluminação (n=28), no entanto, sem sua funcionalidade não foi testada; bem como lixeiras (n=15), que em alguns casos estavam em péssimas condições, além de apenas 4 banheiros nos locais observadas.

Diante do exposto, observa-se a relevância de estudos que fomentem o processo de avaliação dos espaços públicos de lazer a longo prazo, enaltecendo informações longitudinais de nível local. O monitoramento do fenômeno estudado além de pertinente para o conhecimento científico, é também relevante para auxiliar gestores municipais em futuras políticas públicas.

## **5. MATERIAIS E MÉTODOS:**

### **5.1. Delineamento**

Trata-se de um estudo com implementação de métodos mistos, com abordagem quantitativa e qualitativa. O componente quantitativo contemplará a identificação dos espaços públicos de lazer no perímetro urbano do município de Pelotas-RS, e posteriormente, será aplicado um instrumento para avaliar a qualidade desses ambientes e adequação para prática de esportes e atividades físicas. Trata-se da repetição dos métodos aplicados por estudo realizado em 2012 (DA SILVA, 2015), visando a comparação de dados para avaliação das mudanças ao longo de uma década. O componente qualitativo envolverá uma pesquisa documental. Os procedimentos metodológicos dos dois componentes serão apresentados em itens específicos no presente projeto de pesquisa

### **5.2. Caracterização da Cidade de Pelotas**

Pertencente ao sistema costeiro marinho do estado de Rio Grande do Sul, o município de Pelotas é considerado uma cidade de médio porte, com predominância de ruas planas, em toda sua extensão urbana, e traçados urbanos ortogonais. Pelotas é a quarta maior cidade do estado em taxa populacional, possuindo 325.689

habitantes. No município, encontra-se distintas instituições de ensino superior, promovendo uma movimentação de indivíduos de localidades próximas para a cidade de Pelotas. Em relação à economia, segundo o Censo Demográfico de 2010, a média mensal dos trabalhadores formais é 2,8 salários mínimos, de modo que 32% os indivíduos possuem um rendimento nominal mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Além disso, a taxa de escolarização municipal, de 6 a 14 anos de idade, é de 96,9% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

Dados sociodemográficos e urbanísticos do município podem ser acessados através da plataforma digital denominada “GEOPELOTAS” ([geopelotas-mpmel.hub.arcgis.com](http://geopelotas-mpmel.hub.arcgis.com)) a qual disponibiliza diversas informações do mapeamento digital da cidade. De acordo com informações institucionais da Prefeitura Municipal de Pelotas, o processo de levantamento, organização e disponibilização desses dados teve seu início no ano 2000, através de uma restituição digital de um aerolevante realizado no ano de 1995. A partir dessa data, outras ações foram elaboradas para melhoria desses dados, como por exemplo, um novo aerolevante no ano de 2011 de altíssima resolução, sendo atualizada as imagens em 2015. Além disso, com o auxílio de funcionários da Secretaria de Gestão e Mobilidade Urbana (SGCMU) e acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo das instituições de ensino Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas, bem como do curso de Técnico em Edificações do Instituto Federal Sul-rio-grandense, foi possível, de 2015 a 2018, desenhar os perímetros de toda as edificações urbanas do município, elevando ainda mais a qualidade e precisão das informações urbanas encontradas na plataforma digital (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2022).

### **5.3.1. Abordagem quantitativa**

Será realizado o mapeamento dos espaços públicos de lazer da zona urbana no município. Para isso, será contatado a Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana para obtenção de informações atualizadas do município, bem como, se necessário, será extraídas informações complementares de plataformas governamentais. Além disso, será utilizado o software AcrGIS para visualizar e numerar os espaços públicos de lazer da cidade localizados no processo de mapeamento. Num segundo momento, em posse dos espaços públicos de lazer

atuais da cidade, será aplicado um instrumento de avaliação da qualidade e adequação para a prática de atividade física, denominado *Physical Activity Resource Assessment (PARA)* (LEE et al., 2005).

#### **5.3.1.1. Instrumento de pesquisa**

Para a verificação da qualidade do espaço público de lazer será utilizada a versão adaptada do instrumento *Physical Activity Resource Assessment (PARA)* (LEE et al., 2005), o qual possibilita avaliar uma grande quantidade de locais, podendo ser realizada de maneira fácil e rápida (aproximadamente 10 minutos), necessitando poucos recursos (apenas um papel e uma caneta). O instrumento, contém questões referentes ao modelo de espaço público, estruturas presentes para atividade física; conforto do usuário, relacionado a existência de banheiros, vestiários, lixeiras, bancos, entre outros atributos; condições de limpeza estética e segurança, referente a existência ou não cacos de vidros, sujeiras de animais, pichações, lixo espalhado, entre outras questões; acessibilidade, sobre a existência ou não de ciclovias, pontos de ônibus, rampas de acessibilidade, sinalização tátil no piso, parque infantil adaptado, faixa de segurança; e serviços prestados no local, relacionado a vendedor ambulante, aulas de atividade física gratuitas e pagas, empréstimo de materiais para AF, Locação de materiais para atividade física, entre outros serviços.

Para cada um dos atributos, o local será classificado de maneira quantitativa e qualitativa de acordo com aos escores, sendo: 0 – ausência do atributo; 1- presença do atributo com qualidade ruim; 2- presença do atributo com qualidade média; 3- presença do atributo com qualidade boa. Além disso, os critérios gerais para avaliação da qualidade nos atributos existentes serão relacionados às condições de uso e falta de equipamentos, classificando os atributos entre aqueles: (a) sem condições de uso (qualidade ruim), (b) com condições de uso, mas com falta de alguma estrutura/equipamento e (c) com condições de uso e com todas as estruturas/equipamentos presentes de forma adequada.

#### **5.3.1.2. Equipe da coleta de dados**

Planeja-se formar uma equipe de aproximadamente seis auxiliares de pesquisa. Os auxiliares de pesquisa passarão por um treinamento teórico-prático de aproximadamente 20 horas, a fim de capacitá-los para utilização do instrumento de

pesquisa, sendo estes capazes de diferenciar os diferentes tipos de espaços públicos de lazer, bem como as inúmeras atribuições de qualidade mensuradas pelo instrumento durante a coleta dos dados. Além disso, será realizada uma parte prática no treinamento, em um local selecionado, visando a melhoria da capacitação e padronização dos pesquisadores. Este treinamento será embasado nas mesmas orientações metodológicas implementadas no estudo realizados em 2012, buscando comparabilidade na avaliação.

#### **5.3.1.3. Logística**

Será montada uma equipe de auxiliares de pesquisa que será supervisionada pelo mestrando e coorientador do estudo. Todas as áreas verdes da zona urbana do município serão identificadas e distribuídas aos auxiliares de pesquisa. Cada auxiliar de pesquisa será responsável por diferentes setores da cidade, onde aplicará o instrumento de avaliação nas áreas verdes existentes pertencentes aos setores. Para avaliação, os pesquisadores utilizarão o instrumento de maneira impressa, devendo percorrer toda a localidade das áreas de avaliação, realizando os registros conforme orientação do instrumento.

#### **5.3.1.4. Tratamento dos dados**

A análise dos dados da pesquisa será realizada em dois momentos distintos. Primeiro, será descrito o cenário atual dos espaços públicos de lazer no município, referente a sua distribuição, durante o processo de mapeamento dessas localidades e adequação, através das informações obtidas pelos pesquisadores no trabalho de campo, mensurados de maneira estatística utilizando o programa Stata 16. Logo após o processo descrito anteriormente, os resultados do cenário atual dos espaços públicos de lazer serão comparados com os achados do estudo de Da Silva (2015), o qual contém dados mensurados em um período de avaliação anterior. Para análise da correlação entre a qualidade, adequação e distribuição destas localidades de acordo com o nível socioeconômico e a densidade populacional dos setores censitários, serão utilizados dados do Censo 2010 caso não sejam disponibilizadas informações atualizadas referentes ao Censo 2022. Nesse sentido, as análises descritivas serão predominantes, avaliando a mudança temporal por meio de cálculo de frequência, proporções e intervalos de confiança.

### **5.3.2. Abordagem qualitativa**

Será realizado uma pesquisa em documental no Plano Diretor Municipal da cidade de Pelotas (RS), bem como eventuais documentos oficiais de registro e planejamento do município relacionados ao Plano Diretor Municipal, referente a contemplação dos espaços públicos de lazer. O Plano Diretor Municipal é compreendido por um documento obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, sua elaboração ocorre através da atuação de gestores públicos em consonância com a população local (BRASIL, 2001); logo a escolha da analisar este documento dar-se ao fato de que, a nível local, o Plano Diretor Municipal é entendido como:

O Plano Diretor Municipal de Pelotas é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, abrangendo os aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos do crescimento da cidade, visando a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento das necessidades da comunidade, sendo a principal referência normativa para as relações entre o cidadão, as instituições e o espaço físico municipal (PELOTAS; LEI Nº 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008, p.1).

Para obtenção do documento, será realizado uma pesquisa em plataformas digitais oficiais do município, bem como, se necessário informações complementares, será feito o contato com a Secretária Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade. Logo após, será utilizado a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) para verificar as informações e a objetividade do Plano Diretor Municipal em relação aos espaços públicos de lazer.

#### **5.3.2.1. Coleta de dados**

A busca pelo Plano Diretor Municipal da cidade de Pelotas (RS), bem como eventuais documentos oficiais de registro e planejamento do município vinculados ao Plano Diretor Municipal será realizado pelo pesquisador. Para isso, será realizado ocorrerá exploração de informações em plataformas digitais oficiais do município, e se necessário, o contato com secretárias do município.

#### **5.3.2.2 Tratamento dos dados**

Para análise dos dados será utilizado a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Esta proposta organiza-se cronologicamente em três fases fundamentais, denominadas como: pré-análise (organização), exploração do material (codificação e categorização) e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

Segundo Bardin (1977), a fase de pré-análise consiste na organização prévia, caracteriza-se por ser flexível, permite a introdução de novos procedimentos no decurso da análise. Ainda, nesta fase é destinada a operacionalizar e sistematizar ideias iniciais, realizando uma leitura superficial dos dados coletados, bem como a elaboração de um esquema preciso de desenvolvimento da pesquisa. Já na fase de exploração o material, corresponde à análise propriamente dita, sendo necessário disponibilizar um tempo mais longo para os procedimentos em questão. Logo, o pesquisador deverá determinar as unidades de registro, escolher das regras de contagem e definir as categorias de análise. Ainda, poderá ser realizado uma categorização dos dados analisados, através da classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. Em seguida a este procedimento, será realizado uma comparação e discussão dos dados obtidos nesse processo com os resultados quantitativos da avaliação dos espaços públicos de lazer do município, objetivando compreender a similaridade entre a adequação e distribuição dessas localidades com a elaboração de políticas públicas destinadas para tal (BARDIN, 1997; RICHARDSON et al., 2015). Em seguida, utilização da técnica de análise de conteúdo dos dados será utilizado o software Microsoft Office Word 2010.

## **6 ASPECTOS ETÍCOS**

Em virtude de o estudo não envolver a participação de seres humanos, esse projeto em específico não será submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, como utilizará recursos financeiros e faz parte de um projeto mais abrangente, que irá utilizar os dados da avaliação das áreas verdes, os aspectos éticos serão contemplados também pela submissão do projeto maior que será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas.

## **7 FINANCIAMENTO**

O presente estudo contará com recursos provenientes do projeto “Associação prospectiva entre o ambiente construído e a prática de atividade física ao longo de uma década em adultos pertencentes a uma coorte de nascimentos de uma cidade de médio porte do sul do Brasil”, aprovado no Edital FAPERGS/CNPq 07/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil, protocolo número

68784.737.20202.25112022.Serão destinados recursos para o pagamento dos auxiliares de pesquisa e confecção de parte dos materiais gráficos.

### 7.1 Previsão Orçamentária

Os recursos financeiros necessários para o estudo estão dispostos no quadro a seguir (Quadro 1).

**Quadro1.** Previsão Orçamentaria

<b>MATERIAL</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
Impressão de materiais gráficos	R\$ 500,00
6 Bolsas para auxiliares de pesquisa por 3 meses	R\$ 21.600,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 22.100,00</b>

**8 CRONOGRAMA** O cronograma de atividades do estudo está disposto a seguir (Quadro 2)

**Quadro 2.** Cronograma de atividades

ATIVIDADES	2022					2023											2024							
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A		M	J
Revisão de Literatura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do Projeto de Pesquisa						X	X	X	X	X	X	X												
Agendamento da Qualificação											X	X												
Envio Projeto para Banca											X	X												
Qualificação												X	X											
Ajustes sugeridos p/ banca												X	X									X		
Submissão ao comitê													X	X										
Coleta de dados														X	X	X								
Análise dos dados																X	X	X	X	X				
Elaboração do artigo																		X	X	X	X			
Defesa																						X	X	
Ajustes sugeridos p/ banca																						X	X	

## REFERÊNCIAS

Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília: PNUD, 2017. 392 p.3

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. 2º ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2013.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Rev. Saúde Coletiva**, v.17, n.1, p. 29-41, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 19 de junho, 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS**. Brasília, 2018.

GILES-CORTI, B. et al. City planning and population health: a global challenge. **The lancet**, p. 1-13, 2016.

Badland, H. et al. Urban liveability: Emerging lessons from Australia for exploring the potential for indicators to measure the social determinants of health. **Social Science & Medicine**, v.111, p.64–73, 2014.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 154 p.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BERNARDINI, S. P.; CARMO, C. G. C. do. A qualidade dos espaços públicos de lazer na urbanização contemporânea: o caso das periferias do município de Campinas. **Ambiente Construído**, v. 21, n. 2, p. 243-262, 2021.

DOPP, E.V.O. et al. Public spaces leisure in Rio Claro - SP (Brazil): quality, distribution, and social vulnerability. **Motriz**, v. 27, 2021.

DOS SANTOS, L.P.; ORTIGOZA, S.A.G. Dinâmica locacional dos espaços públicos de lazer na cidade de Teresina-PI. **Caderno de Geografia**, v.27, n. 1, 2017.

World Health Organization. Global action plan on physical activity 2018-2030: more active people for a healthier world. Geneva: World Health Organization; 2018.

HINO, A.A.F.; REIS, R.S.; FLORINDO, A.A. Ambiente construído e atividade física: uma breve revisão dos métodos de avaliação. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 12, n. 5, p.387-394, 2010.

HINO, A.A.F. et al. Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v.35, n.12, p. 3-11, 2019.

CUSTÓDIO, I.G. et al. Padrão de utilização de espaços públicos abertos e nível de atividade física em São José dos Pinhais, Paraná. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.43, p. 2-10, 2021.

BOJORQUEZ, I. et al. Public spaces and physical activity in adults: insights from a mixed-methods study. **Caderno de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, p. 2-14, 2021.

ZHANG, T. et al. Built Environment and Physical Activity among Adults in Hong Kong: Role of Public Leisure Facilities and Street Centrality. **Land**, v.11, 2022.

KRETSCHMER, A.C.; DUMITH, S.C. Prática de atividade física no lazer e ambiente percebido: um estudo de base populacional com adultos e idosos do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.23, p. 2-13, 2020.

MORAIS, G.L. et al. Nível de atividade física de adultos: associação com escolaridade, renda e distância dos espaços públicos abertos em Criciúma, Santa Catarina. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, p. 2-10, 2022.

RADICCHI, M.R. et al. Descrição dos espaços esportivos de lazer e educação na cidade de Parintins, Amazonas. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 20, n. 6, p. 626-637, 2015.

LOPES, G. T. A.; URBANO, M. R.; HINO, A. A. F.; KANASHIRO, M. Avaliação de uso de parques por meio de protocolos da saúde pública: um estudo comparativo. **Ambiente Construído**, v. 21, n. 2, p. 225-241, 2021.

BETTIN, E.B.; PEIL, L.M.N.; MELO, M.P. Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas – RS na gestão de 2009 – 2012. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, 2018.

World Cities Report. Envisaging the Future of Cities. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat); 2022.

WENDT, A. et al. Socioeconomic and Gender Inequalities in Leisure-Time Physical Activity and Access to Public Policies in Brazil From 2013 to 2019. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 18, n.12, p. 1503-1510, 2021.

DA SILVA, I.C.M. et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.20, n.1, p. 82-92, 2015.

DA SILVA, M.C.; DA SILVA, A.B.; AMORIM, T.E.C. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades Físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.17, n.1, p. 28-32, 2012.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, série princípios, 1995.

CARNEIRO, A.R.S.; MESQUISTA, L.B. Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da cidade de Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. 1 ed. Editora Atlas, 2015.

GILES-CORTI, B. et al. What next? Expanding our view of city planning and global health, and implementing and monitoring evidenceinformed policy. **The lancet**, v. 10, p. e919-e925, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 20 de junho de 2023.

PINTO, L.; GOMES, C.s O lazer no Brasil. **Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas**. p. 67-180, 2009.

SALLIS, J.F. Uma abordagem ecológica para criar comunidades de vida ativa. **Rev. Public Health**, v.27, p. 297–322, 2006.

CERIN, E. et al. Neighborhood Environment Walkability Scale: Validity and Development of a Short Form. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, p. 1682-1691, 2006.

LEE, R. et al. The physical activity resource assessment instrument: Evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v.2, n. 13, p. 1-9, 2005.

HOFFMANN, E.; BARROS, H.; RIBEIRO, A.I. Socioeconomic Inequalities in Green Space Quality and Accessibility—Evidence from a Southern European City. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.14, n.916, p. 2-16, 2017.

JAYASINGHE, S. et al. Why some do but too many don't? Barriers and enablers to physical activity in regional Tasmania – an exploratory, mixed-methods study. **BMC Public Health**, v.22, n. 627, p. 2-12, 2022.

MANTA, S.W. et al. Espaços públicos abertos e instalações de atividade física: estudo de observação sistemática do ambiente. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 20, n. 5, p. 445-455, 2018.

MANTA, S.W. et al. Public open spaces and physical activity: disparities of resources in Florianópolis. **Revista de Saúde Pública**, v.53:112, p.1-11, 2019.

TEIXEIRA, I.P. et al. Built environments for physical activity: a longitudinal descriptive analysis of Sao Paulo city, Brazil. **Cities & Health**, p. 2-11 2022.

PELOTAS. Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/551/5502/lei-ordinaria-n-5502-2008>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

PELOTAS. Secretaria Municipal de Saúde. Plano municipal de saúde 2022 – 2025. Pelotas, 2022. Disponível em:

[https://www.pelotas.com.br/storage/saude/arquivos/plano\\_municipal\\_saude.pdf](https://www.pelotas.com.br/storage/saude/arquivos/plano_municipal_saude.pdf).

Acessado em: 20 de junho de 2023.

PELOTAS. Lei Orgânica nº 1, de 3 de abril de 1990. Nós, Vereadores da Câmara Municipal de Pelotas, representantes do povo, firmando o propósito de assegurar, na plenitude do Estado democrático, a autonomia municipal e os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, pelo povo e com o povo deste Município, promulgamos esta Lei Orgânica Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-pelotas-rs>. Acessado em: 20 de junho de 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

Richardson, Roberto Jarry et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Portal de Informações Geográfica da Cidade de Pelotas**. Geopelotas, 2023. Disponível em: <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com/>. Acessado em: 20 de junho de 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Conheça cidades e estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em: 20 de junho de 2023.

LAMAS, Jose M.R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 590 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. SECRETARIADO DA HABITAT III. Nova Agenda Urbana. Organização das Nações Unidas, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. BRASIL. ministério da ciência, tecnologia e inovação. Programa cidades sustentáveis. Planejamento integrado e tecnologias para cidades sustentáveis. **Guia de introdução ao planejamento urbano integrado**. Brasil; ministério da ciência, tecnologia e inovação; 2020.

INDOVINA, F. O espaço público-tópicos sobre a sua mudança. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p. 119-123, 2002.

KNUTH, A.G.; ANTUNES, P.C. Práticas corporais/atividades físicas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades sociais brasileiras. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.30, n.2, p. 1-11, 2021.

BAUMAN, A.E. et al. Correlates of physical activity: why are some people physically active and others not? **The Lancet**, v. 380, p. 259 - 271, 2012.

OUR VOICE: CITIZEN SCIENCE FOR HEALTH EQUITY. **Stanford Medicine**, 2023. Disponível em: <https://med.stanford.edu/ourvoice/the-our-voice-model-page-2/OV-values1.html>. Acessado em: 24 de julho de 2023.

MENG, X.; WANG, M. Comparative Review of Environmental Audit Tools for Public Open Spaces from the Perspective of Children's Activity. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.19, n.13514, p. 2-16, 2022.

JOSEPH, R.P.; MADDOCK, J.E. Comparative Analysis of Five Observational Audit Tools to Assess the Physical Environment of Parks for Physical Activity, 2016. **Centers for Disease Control and Prevention**, v.13, n. 166, p. 1 - 8, 2016.

KNOBEL, P.; DADVAND, P.; MANEJA-ZARAGOZA, R. A systematic review of multi-dimensional quality assessment tools for urban green Spaces. **Health and Place**, v. 59, p. 2-7, 2019.

**2 RELATÓRIO DE TRABALHO DE CAMPO**  
*(Dissertação de mestrado Matheus de Lima Weege)*

## Sumário Relatório de Trabalho de Campo

<b>1. Apresentação</b> .....	60
<b>2. Metodologia</b> .....	60
<b>2.1. Procedimentos éticos</b> .....	60
<b>2.2. Critérios de elegibilidade e amostragem</b> .....	60
<b>3. Coleta de dados</b> .....	61
<b>3.1. Coordenação e supervisão do trabalho de campo</b> .....	61
<b>3.2. Elaboração do projeto de pesquisa</b> .....	62
<b>3.3. Elaboração do relatório do trabalho de campo</b> .....	62
<b>3.4. Instrumento de pesquisa</b> .....	63
<b>3.5. Materiais para coleta de dados</b> .....	64
<b>3.6. Seleção e treinamento de pessoal</b> .....	65
<b>3.7. Estudo piloto</b> .....	67
<b>3.8. Logística</b> .....	68
<b>3.9. Checagem de inconsistências e produtividade</b> .....	69
<b>3.10. Controle de Qualidade</b> .....	70
<b>3.11. Correção de inconsistência e reavaliação</b> .....	72
<b>3.12. Gestão do banco de dados</b> .....	72
<b>3.13. Gestão financeira</b> .....	72
<b>4. Orçamento financeiro</b> .....	73
<b>5. Referências</b> .....	74

## **1. Apresentação**

O presente relatório apresenta o detalhamento da coleta de dados realizada para a elaboração da dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. Nesta etapa, a pesquisa nominada de “MAPAS Pelotas – Estudo de Monitoramento do Ambiente para Atividade Física e Segurança em Pelotas” objetivou descrever a existência de espaços públicos de lazer, bem como sua qualidade, adequação para práticas corporais e atividades físicas e distribuição no município de Pelotas-RS em 2023.

## **2. Metodologia**

A pesquisa utiliza-se da abordagem quantitativa, de desenho metodológico transversal. Trata-se da repetição dos métodos aplicados por Da Silva (2015), em 2012, em que foi realizada uma auditoria de avaliação dos espaços públicos de lazer de Pelotas-RS.

### **2.1. Procedimentos éticos**

Em virtude do estudo não envolver a participação de seres humanos, a submissão do projeto para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa não foi obrigatória. Todavia, como fez-se parte de um projeto maior, que consentiu às normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional do Ministério da Saúde, todos os procedimentos éticos foram atendidos através da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Educação Física, da Universidade Federal de Pelotas, sob protocolo CAAE 74383523.0.0000.5313 (Anexo 4).

### **2.2. Critérios de elegibilidade e amostragem**

Embora o estudo de avaliação tenha sido restrito aos espaços públicos de lazer da cidade, todas as áreas verdes da zona urbana do município foram consideradas elegíveis para o estudo. Foram excluídas da auditoria as áreas que não estavam no registro oficial de áreas verdes do município, mesmo que houvesse algum atributo de praça, canteiro ou jardim, ou mesmo que se tratasse de uma área aberta, mas de domínio privado.

Por se tratar de um estudo com todas as áreas verdes do município, a amostra do estudo foi a totalidade de áreas verdes disponibilizada pela secretaria do município. A informação de áreas verdes foi disponibilizada pela Secretaria Municipal de Gestão

da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Pelotas. Os dados foram referentes às áreas verdes sob uma perspectiva urbanista, visto que não existe um registro dos espaços públicos de lazer. Todavia, desde canteiros centrais de ruas e rótulas de trânsito, até os parques e praças da cidade eram considerados áreas verdes.

Dessa forma, todas as áreas verdes da cidade foram visitadas *in loco* e classificadas de acordo com sua utilização, sendo parques e praças definidas de acordo com a dimensão do espaço público. Os canteiros foram classificados considerando a possibilidade de utilização, sendo passíveis de utilização aqueles que apresentavam algum atributo como banco, pista de caminhada etc. E foram considerados não utilizáveis, os canteiros como rótulas e outros espaços que não apresentavam nenhuma forma de utilização pela população. Esses sem atributos, juntamente com áreas verdes que não existissem ou estivessem ocupadas de forma irregular eram classificadas (canteiro não utilizável e área não avaliável, respectivamente), porém, não avaliadas.

### **3. Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada no período de 17 de outubro de 2023 a 7 de fevereiro de 2024. Primeiramente, a auditoria total das áreas, iniciada em outubro, foi encerrada no dia 17 de dezembro de 2023. Posteriormente, de 9 de janeiro de 2024 até o término da coleta, foi realizada uma reavaliação em cerca de 10% do total avaliado.

#### **3.1. Coordenação e supervisão do trabalho de campo**

A equipe responsável pelo trabalho de campo da coleta de dados contou com um docente, dois bolsistas de pós-doutorado e dois discentes de mestrado, dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) e em Epidemiologia (PPGEpi) da Universidade Federal de Pelotas, conforme o Quadro 1. O docente foi responsável pela coordenação do trabalho de campo, juntamente com o pesquisador de pós-doutorado. Um discente de mestrado foi responsável pela coleta de dados e outra discente, em conjunto com a pesquisadora de pós-doutorado auxiliaram na supervisão em funções específicas.

**Quadro 1** - Equipe de coordenação e supervisão do trabalho de campo.

<b>Responsável</b>	<b>Nível acadêmico</b>	<b>Função</b>	<b>Unidade acadêmica</b>
Inácio Crochemore M. da Silva	Docente	Coordenação	PPGEF; PPGEpi
Werner de Andrade Müller	Pesquisador de pós-doutorado	Coordenação/Su pervisão	PPGEpi
Rafaela Costa Martins	Pesquisadora de pós-doutorado	Supervisão	PPGEpi
Matheus de Lima Weege	Discente de mestrado	Supervisão	PPGEF
Vivian Hernandez Botelho	Discente de mestrado	Supervisão	PPGEpi

### **3.2. Elaboração do projeto de pesquisa**

O projeto de pesquisa que o relatório atende foi elaborado para o volume da dissertação de Mestrado pelo mestrando Matheus de Lima Weege, orientado pelo professor Dr. Inácio Crochemore e coorientado pelo pesquisador Dr. Werner Müller, intitulada “Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividade física ao longo de uma década”.

A pesquisa faz parte do projeto “Associação prospectiva entre o ambiente construído e a prática de atividade física ao longo de uma década em adultos pertencentes a uma coorte de nascimentos de uma cidade de médio porte do sul do Brasil” aprovado no Edital FAPERGS/CNPq 07/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil, sob o processo nº 23/2551-0000109-8, coordenado pelo professor Dr. Inácio Corhcemore M. da Silva.

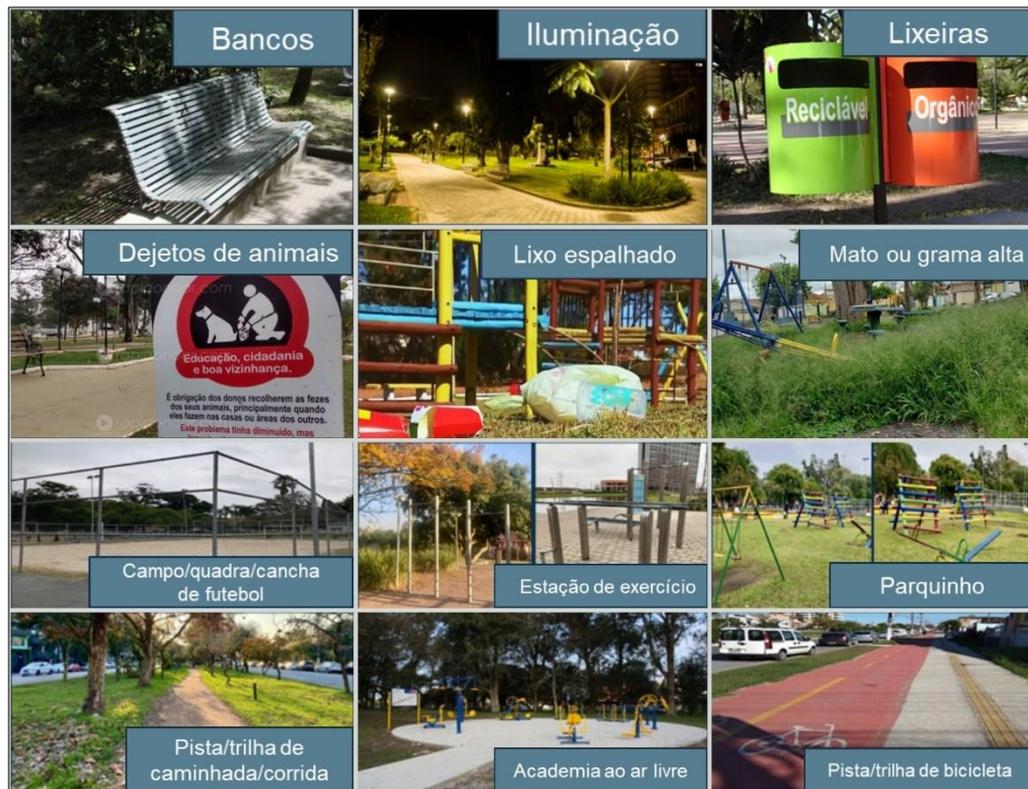
### **3.3. Elaboração do relatório de trabalho de campo**

O presente relatório foi elaborado pelo mestrando Matheus Weege e pelo pesquisador Werner Müller, e possui trechos autorais de Vivian Botelho, responsável pelo controle de qualidade do estudo. O coordenador geral do estudo, Inácio Crochemore, realizou a revisão geral.

### 3.4. Instrumento de pesquisa

O instrumento utilizado para a pesquisa foi a versão adaptada do *Physical Activity Resource Assessment (PARA)* (Lee et al., 2015), o qual possibilita a avaliação de uma grande quantidade de espaços públicos de lazer em relação a presença de atributos para prática de atividade física, permitindo quantificar, bem como, verificar a qualidade dos atributos. O instrumento PARA é composto por 17 itens, relacionados ao tipo de local, horário de funcionamento, estruturas presentes para atividade física, estruturas para conforto do usuário, condições de limpeza, estética e segurança, serviços disponíveis e acessibilidade.

Para a estudo MAPAS Pelotas, o instrumento foi adaptado, de forma a serem adicionadas outras variáveis que atendessem interesses de demais pesquisadores envolvidos na coleta de dados, como informações relacionadas a arborização, evidências de uso drogas, moradia de rua, usuários de álcool, droga e/ou pessoas em situação de rua, casas/edificações abandonadas e/ou lotes/terrenos baldios e evidência de prática sexual; em termos de acessibilidade foram incluídos as variáveis relacionadas a existência ou não, bem como suas condições em termos de qualidade, de calçadas, meio fio, faixa de segurança, sinalização tátil na calçada e/ou na área interna e parque infantil adaptado; ao final do instrumento também foram adicionados questões relacionadas a percepção de segurança dos avaliadores durante a coleta de dados. A Figura 1 mostra exemplos das estruturas avaliadas.



**Figura 1** – Imagens de exemplos de estruturas de conforto, condições de limpeza, estética e segurança, e estruturas para a prática de atividade física. Fonte: autores, agosto 2024.

### 3.5. Materiais para coleta de dados

Para a coleta de dados de avaliação dos espaços públicos de lazer foram utilizados tablets (iPad, Apple) para a utilização do instrumento no formato eletrônico, através do *software* REDCap. Além dos tablets, foram disponibilizadas cópias físicas do instrumento, bem como cópias do protocolo de utilização e definições operacionais.

Um mapa da cidade, contendo logradouros e a localização das áreas verdes, bem como seus respectivos números de identificação (IDs), foi impresso para visualização geral das áreas (em escala 1:20.000 e medidas de 120x90cm). Outros três mapas, de mesmas medidas, mas em escala maior (1:8.000) foram impressos para visualização completa de todas as áreas, logradouros de IDs que não apareciam no mapa geral, de forma seccionada. Cada mapa foi fragmentado e dividido de acordo com as áreas de avaliação dos auxiliares de pesquisa.

Demais materiais de campo que compuseram os kits individuais de pesquisa foram: prancheta, lápis, borracha, caneta, crachá de identificação, planilha para controle das avaliações, mapa com as áreas a serem avaliadas e camisetas com o

nome do estudo. Além do material físico, a equipe de avaliadores recebeu a contratação de seguro de vida pessoal.

### 3.6. Seleção e treinamento de pessoal

A equipe para avaliação dos espaços públicos de lazer foi recrutada a partir de um processo de seleção simplificado, através do envio de e-mail para acadêmicos do curso de Educação Física, de diferentes períodos, da Universidade Federal de Pelotas. Foi informada a finalidade do estudo e as atribuições dos auxiliares de pesquisa, além de informações do treinamento, carga horária semanal (aproximadamente 20 horas), tipo de vínculo (modalidade de serviços de terceiros prestados por pessoa física) e o valor de pagamento do serviço: R\$ 1.200,00 por mês, durante um período inicial de dois meses, com possibilidade de renovação por mais um mês.

Os estudantes deveriam enviar um e-mail manifestando interesse e uma breve carta de intenção com a motivação em participar do estudo. Aos acadêmicos que demonstraram interesse, foram apresentados, através de uma reunião com a coordenação, os objetivos e etapas do estudo. Previamente, havia sido planejada a contratação de seis avaliadores pelo período de três meses, entretanto, optou-se por contratar os sete inscritos e diminuir o período da coleta de dados. A Figura 2 mostra a equipe de avaliadores, juntamente com o mestrando supervisor.



**Figura 2** - Fotografia realizada durante o treinamento teórico-prático, na imagem, da direita para a esquerda: Matheus Weege, supervisor da pesquisa, e os auxiliares de pesquisa Felipe Garcia, Daniel Vianna, Mariana Bório, Tales Dias, Marcelo Pereira, Andressa Lemos e Ana Vitória Silva. Fonte: autores, outubro de 2023.

O treinamento teórico-prático de avaliação dos espaços públicos de lazer foi realizado nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2023, ministrado pelos pesquisadores Werner Müller e Rafaela Martins, e pelo mestrando Matheus Weege, na Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. O treinamento ocorreu em três etapas: primeiramente foi realizada uma apresentação do estudo e a utilização do *software* REDCap, necessário para a aplicação da auditagem de avaliação, bem como o manuseio dos tabletes e outros materiais de pesquisa; um segundo momento foi destinado para explicação teórica do instrumento de pesquisa, protocolo e sua utilização, elencando todos os itens a serem avaliados e debatendo sobre cada aspecto. Para melhor compreensão, foram ilustradas, através de fotografias e situações-problema, características importantes que seriam encontradas no trabalho de campo.

A sequência do treinamento foi direcionada para um aspecto prático, onde ocorreu a aplicação do instrumento em duas praças da cidade (Praça Dom Antônio Zattera e Praça Claudio Milar), realizando discussão em grupo sobre cada item do instrumento, a fim de conseguir uma padronização nas avaliações e esclarecer eventuais dúvidas da parte teórica do treinamento. As Figuras 3 e 4 mostram fotografias do treinamento teórico e prático.



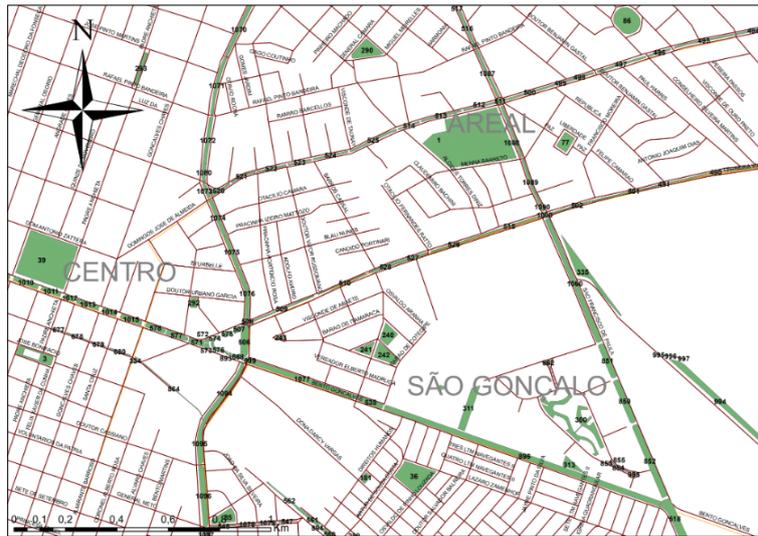
**Figura 3** - Fotografias realizadas no treinamento teórico. Fonte: autores, outubro de 2023.



**Figura 4** - Fotografias realizadas no treinamento prático. Fonte: autores, outubro de 2023.

### **3.7. Estudo piloto**

O estudo piloto foi conduzido entre os dias 11 e 13 de outubro de 2023, em sete áreas verdes, sendo as áreas de identificação 1, 77, 240, 241, 242, 290 e 300 no mapa, presente na Figura 5. Esta etapa objetivou verificar a padronização das avaliações da equipe de auxiliares de pesquisa, a fim de torna-los aptos ao início do trabalho de campo e, para isso, foi também realizada uma reunião com a equipe, em 16 de outubro de 2023, para debater inconsistências e solucionar e/ou sanar dúvidas. Após a padronização, a equipe de auxiliares de pesquisa estava apta a iniciar a coleta de dados no dia 17 de outubro de 2023.



**Figura 5** - Imagem do mapa disponibilizado no treinamento teórico-prático para realização do estudo piloto. Fonte: Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, Prefeitura Municipal de Pelotas. Adaptação: autores, outubro de 2023.

### 3.8. Logística

A operacionalização para a coleta de dados se iniciou através da divisão do mapa da cidade em sete partes semelhantes, de modo que cada auxiliar de pesquisa ficasse com um número aproximado de áreas a serem avaliadas e que fossem, preferencialmente, próximas aos bairros de residência ou, então, conglomeradas e de fácil rota para deslocamento. Para isso, foram utilizadas as seções dos três mapas de maior escala a fim de permitir melhor detalhamento das áreas a serem visitadas. Dessa forma, após a distribuição do material de campo, a equipe de avaliadores poderia gerir, conforme percepção e disponibilidade, a melhor organização das rotas para as avaliações.

Durante o trabalho de campo, diariamente, os supervisores Werner e Matheus ficavam à disposição por telefone e grupo de mensagens para sanar eventuais dúvidas ou confirmar áreas através da visualização de imagens de satélite da Terra disponíveis no serviço *Google Maps*. Como os dados eram coletados utilizando tablets, por meio do *RedCap*, os auxiliares de pesquisa faziam o envio dos dados presencialmente, no Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas, uma vez por semana, sempre nas segundas-feiras ou terças-feiras, com sob a supervisão de algum dos pesquisadores. O envio de dados precisava ser presencial em virtude da conectividade dos tablets com o servidor do *RedCap* e,

também, para verificação de inconsistências e acompanhamento do campo. Além do envio de dados ao servidor, a equipe de auxiliares entregava uma planilha física com o controle individual das avaliações realizadas ao longo da semana.

### 3.9. Checagem de inconsistências e produtividade

Para a verificação de inconsistências, os avaliadores mantinham uma planilha de produtividade, onde era anotado o ID da área realizada e, depois, o supervisor Matheus fazia a conferência com os dados enviados ao servidor. Além disso, se fazia também o controle das áreas feitas em uma planilha geral com todos os IDs a serem avaliados. Em caso de inconsistências, a supervisão fazia a conferência presencialmente com os avaliadores.

A produtividade era verificada através do controle semanal individual de avaliações, que permitia acompanhar o andamento das avaliações em percentuais e números absolutos, como pode ser observado na exemplificação das duas primeiras semanas de coleta de dados, na Figura 6.

Foi criada também, uma planilha para documentar observações de campo, feitas durante as avaliações das áreas, que necessitavam alguma alteração como, por exemplo, o surgimento de novos espaços públicos de lazer que inicialmente não estavam documentados na informação disponibilizada pela secretaria municipal. Ainda, eram anotadas outras situações, como IDs duplicados ou mesmo áreas verdes que estavam sobrepostas no mapa.

Avaliador(a)	Total distribuído	Semana 1 (17-23/OUT)					Semana 2 (24-31/OUT)				
		Total	Utilizável	Não utilizável	Não avaliável	%	Total	Utilizável	Não utilizável	Não avaliável	%
Andressa	119	23	5	17	1	19,3	40	10	30	0	33,6
Ana Vitória	120	18	5	12	1	15,0	46	9	33	4	38,3
Daniel	138	40	14	16	10	29,0	23	7	14	2	16,7
Felipe	143	26	11	15	0	18,2	31	19	11	1	21,7
Marcelo	124	12	5	6	1	9,7	19	14	0	5	15,3
Mariana	126	29	3	26	0	23,0	0	0	0	0	0,0
Tales	136	17	3	14	0	12,5	15	6	9	0	11,0
Matheus	1	0	0	0		0,0	0				0,0
Werner	94	94	4	72	19	100,0					
<b>Total Semanal</b>		259	50	178	32	22,6	174	65	97	12	15,2

**Figura 6** – Imagem da tabela de organização do controle semanal de produtividade (semanas um e dois). Fonte: autores, fevereiro 2024.

### 3.10. Controle de qualidade

A avaliação da qualidade da coleta de dados foi realizada através do sorteio de 10% das áreas avaliadas, a cada duas semanas, que resultou em três etapas do controle de qualidade. A responsável pelo sorteio das áreas foi a Rafaela, que, em cada etapa, levava em consideração a proporção dos tipos de estrutura avaliadas a fim de prevalecer àquelas em que a auditoria fosse realizada. A aplicação do instrumento para o controle de qualidade foi realizada pelo supervisor Matheus e as análises estatísticas realizadas pela supervisora Vivian.

Para a avaliação do controle de qualidade foi utilizado o instrumento reduzido, contendo os seguintes itens (atributos/variáveis): tipo de estrutura; sinalização de regras visível; campo de futebol; parquinho; trilha de caminhada/corrída; bancos; iluminação; lixeiras; arborização na calçada; pichações; sinais de vandalismo; mato ou grama alta; evidência de moradia de rua; lote vago/terreno baldio; lanchonete; ponto de ônibus; ciclovia; calçada; rampa de acessibilidade; sinalização tátil; e iluminação interna/externa.

O grau de concordância entre os avaliadores foi verificado utilizando a estatística Kappa e classificado, de acordo com Landis e Koch (1977), em baixa ( $> 0,40$ ), mediana (entre 0,40 e 0,75) e excelente ( $>0,75$ ) concordância. Foram calculados dois kappas, sendo o kappa dicotômico e o kappa ponderado, este, o programa estatístico atribui pesos diferentes conforme o nível da divergência. As análises foram realizadas utilizando o software de análises estatísticas STATA 14.0.

Ao total, foram avaliadas 129 áreas no controle de qualidade. A proporção dos tipos de estrutura reavaliadas foram 55,8% de parque/bosque, praça/jardim e canteiro utilizável, 31,8% de canteiro não utilizável e 12,4% de área não avaliável. O grau de concordância das avaliações pode ser observado no Quadro 2.

**Quadro 2** - Coeficientes Kappa do controle de qualidade da avaliação dos espaços públicos de lazer de Pelotas-RS (n=129).

Atributo/variável	Kappa ponderado	Kappa dicotomizado
Tipo de estrutura	0.86	
Sinalização de regras visível*		0.39

Continuidade do Quadro 2 - Coeficientes Kappa do controle de qualidade da avaliação dos espaços públicos de lazer de Pelotas-RS (n=129).

Campo de futebol	0.79	0.92
Parquinho	0.72	0.86
Trilha de caminhada/corrida	0.61	0.62
Bancos	0.57	0.87
Iluminação	0.58	0.69
Lixeiras	0.61	0.94
Arborização na calçada	0.57	0.55
Pichações	0.63	0.74
Sinais de vandalismo	0.13	0.12
Mato ou grama alta	0.23	0.23
Evidência de moradia de rua	0.44	0.57
Lote vago/terreno baldio	0.62	0.67
Lanchonete*		0.54
Ponto de ônibus	0.79	0.77
Ciclovía	0.77	0.89
Calçada	0.68	0.70
Rampa de acessibilidade	0.30	0.36
Sinalização tátil	0.45	0.52
Iluminação interna/externa	0.64	0.43

\* Atributo apenas com duas categorias, portanto foi realizado apenas o kappa dicotomizado.

Para cada etapa do controle de qualidade, todas as divergências e graus de concordância individuais foram sinalizadas em uma planilha, a qual foi essencial para definição da etapa seguinte do trabalho de campo.

### **3.11. Correção de inconsistências e reavaliação**

Considerando uma menor concordância observada entre avaliadores e, especialmente, na variável de estrutura, foi decidido em reunião de coordenação a reavaliação de um percentual de áreas para correção de inconsistências encontradas no controle de qualidade. Os seguintes critérios foram considerados para reavaliação: i) todos os tipos de estrutura que apresentaram divergências no controle de qualidade; ii) com base nos scores das inconsistências discrepantes, foram reavaliadas as áreas que tinham dois ou mais pontos de diferença nas opções de respostas; e iii) com base no total de inconsistências do controle de qualidade de cada avaliador (número de erros absolutos), foram distribuídas mais áreas para a avaliação do 3º avaliador.

Para a reavaliação das áreas, o auxiliar de pesquisa com maior grau de concordância com o controle de qualidade foi contratado por mais quatro semanas de trabalho. Dessa forma, foi necessária uma nova impressão dos quatro mapas, com a escala necessária para o detalhamento das áreas, logradouros e IDs, de forma a fracioná-los de acordo com as rotas do avaliador. O avaliador revisitou cerca de 10% do total avaliado de áreas verdes e o campo foi finalizado em 7 de fevereiro de 2024. Após a avaliação, todas as correções no banco de dados foram realizadas.

### **3.12. Gestão de banco de dados**

Os dados foram armazenados no servidor do *RedCap* e a gestão do banco de dados ficou ao cargo dos supervisores Werner e Rafaela. A programação do instrumento de pesquisa no *RedCap* foi realizada pela Rafaela, bem como a instalação e atualização do aplicativo nos tablets utilizados pelos avaliadores. Ainda, eram realizados ajustes técnicos, correções após checagem de inconsistências e *backup* de bancos parciais e finais.

### **3.13. Gestão financeira**

Os coordenadores Inácio e Werner ficaram encarregados do controle financeiro do estudo, que incluiu a organização de orçamentos e pagamentos dos serviços gráficos para impressão de mapas. Também, foram realizados os pagamentos dos avaliadores, referente à coleta de dados de avaliação do ambiente construído, mensalmente, no período da coleta de dados, todos constantes no orçamento do projeto aprovado pela FAPERGS.

Recursos de outras fontes, incluindo próprias, foram utilizados para o pagamento de serviço de serigrafia, para a confecção de camisetas para a equipe do projeto, e

para o pagamento de seguro de vida para os avaliadores. Como esses recursos não foram provenientes de financiamento de pesquisa, não foi necessária a realização de orçamentos prévios para contratação dos serviços.

#### 4. Orçamento financeiro

Parte dos recursos provenientes para a coleta de dados foram financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), através do edital Edital FAPERGS/CNPq 07/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil. O restante dos recursos financeiros necessários foi utilizado de fontes próprias dos pesquisadores. O detalhamento do orçamento é apresentado no Quadro 3.

Demais materiais utilizados que não constam no quadro abaixo, como tablets, pranchetas, crachás etc. foram emprestados pelo Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas para a pesquisa.

**Quadro 3** - Orçamento financeiro para a coleta de dados do estudo MAPAS Pelotas.

Descrição	Fonte	Valor unitário	Valor total
Serviços de Terceiros – custeio de pagamento para auxiliares de pesquisa para coleta de dados (15 bolsas de R\$ 1.200,00)	FAPERGS	R\$ 1.200,00	R\$ 18.000,00
Serviços de Terceiros – custeio de pagamento de serviços gráficos (impressão de 8 mapas)	FAPERGS	R\$ 15,00	R\$ 120,00
Serviços de Terceiros – custeio pagamento de serviço de serigrafia (19 camisetas)	Recursos próprios	R\$ 35,00	R\$ 665,00

Continuação Quadro 3 - Orçamento financeiro para a coleta de dados do estudo MAPAS Pelotas.

Serviços de Terceiros – custeio de pagamento de seguro de vida para auxiliares de pesquisa (7 apólices)	Recursos próprios	R\$ 72,77	R\$ 509,41
<b>Valor total do orçamento</b>			R\$ 19.294,00

## 5. Referências

Silva, I.C.M. et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.20, n.1, p. 82-92, 2015.

Landis JR, Koch GG. The measurement of observer agreement for categorical data. **Biometrics**, v. 33, p.159-175, 1977.

LEE, R. et al. The physical activity resource assessment instrument: Evaluating features, amenities, and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v.2, n. 13, p. 1-9, 2005.

**3 ARTIGO ORIGINAL**

**Artigo a ser submetido a revista *Ciência & Saúde Coletiva***

*(Dissertação de mestrado Matheus de Lima Weege)*

## **Avaliação dos espaços públicos de lazer em Pelotas (RS) ao longo de uma década: um estudo de métodos mistos**

### **Public open spaces in Pelotas (Brazil) over a decade: a mixed methods study**

#### **Resumo:**

Objetivou-se descrever a existência de espaços públicos de lazer em termos de distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas em Pelotas (RS), em uma década, bem como compreender os direcionamentos do Plano Diretor Municipal relacionados a esses espaços. Empregou-se métodos mistos: abordagem quantitativa para a auditoria das praças, parques e canteiros, utilizando o instrumento *Physical Activity Resource Assessment*, em 2012 e 2023; e abordagem qualitativa, para análise de conteúdo do Plano Diretor Municipal. Verificou-se um aumento no número de espaços públicos de lazer, em 75,4% de parques e praças, além de aumento nas estruturas de conforto e para atividade física. A qualidade das estruturas para atividade física considerada boa diminuiu de 2012 (41,8%) a 2023 (19,7%). Persistiram desigualdades na distribuição dos espaços de acordo com média de renda domiciliar e a densidade populacional de setores censitários do município. O Plano Diretor Municipal contemplou espaços públicos de lazer em direcionamentos macro do desenvolvimento urbano, bem como a distribuição, adequação e qualidade desses espaços. Apesar das diretrizes políticas, há necessidade de melhorias na qualidade e distribuição dos espaços públicos de lazer e engajamento da gestão pública.

**Palavras-chave:** Planejamento de Cidades, Áreas Verdes, Estudo de Avaliação, Análise Documental.

#### **Abstract:**

*The objective was to describe the public open spaces in terms of distribution, quality, and suitability for body practices and physical activities in Pelotas (Brazil) over a decade, as well as to understand the directions of the Municipal Master Plan related to these spaces. Mixed methods were used: a quantitative approach to audit squares, parks, and boulevards, using the Physical Activity Resource Assessment, in 2012 and 2023; and a qualitative approach, for content analysis of the Municipal Master Plan. There was an increase in the number of public open spaces, with 75.4% of parks and squares showing additions of comfort and physical activity facilities. However, the good quality physical activity facilities decreased from 41.8% in 2012 to 19.7% in 2023. Inequalities persisted in the distribution of public open spaces according to average household income and the population density of census tracts in the municipality. The Municipal Master Plan included public open spaces in macro directions of urban development, addressing their distribution, adequacy, and quality of these spaces. Despite political guidelines, there is a need for improvements in the quality and distribution of public open spaces and increased public management engagement.*

**Keywords:** City Planning, Green Areas, Evaluation Study, Document Analysis.

## INTRODUÇÃO

Os espaços públicos nos centros urbanos são compreendidos como locais de socialização, de acesso ilimitado, gratuitos e de uso universal. Quando destinados à prática do lazer, são associados a infraestruturas como praças, parques, áreas verdes ou ambientes naturais.<sup>1</sup> Nas agendas governamentais, esses espaços são planejados com a expectativa de oportunizar melhorias de centros urbanos em termos de equidade, interação social, bem-estar humano e demais benefícios para as pessoas. Ao considerar essas melhorias distantes da realidade de um grande contingente populacional, a Nova Agenda Urbana (2017), elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ressalta a necessidade de promover espaços públicos de lazer seguros, inclusos e acessíveis.<sup>2</sup>

No Brasil, o lazer é assegurado pela Constituição Federal de 1988 como um direito social e trabalhista de todos os cidadãos.<sup>3</sup> No entanto, a efetivação deste direito parece ser limitada, uma vez que, a existência de espaços públicos de lazer é mais comum em regiões onde as pessoas possuem um maior poder aquisitivo.<sup>4-5</sup> Além de ser um direito social, o acesso e a utilização dos espaços públicos de lazer pela população se configuram como uma oportunidade para promoção de saúde tanto a nível individual, quanto populacional.<sup>6</sup> No cenário brasileiro, a Política Nacional de Promoção da Saúde reitera a necessidade de incentivar a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando a possibilidade de diferentes práticas corporais e atividades físicas.<sup>7</sup>

No contexto do processo de urbanização, as mudanças ao longo do tempo, em consonância com as ações e políticas relacionadas aos espaços públicos de lazer, são aspectos pertinentes. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade se configura como um marco importante que visa propiciar a inclusão social e territorial nos municípios brasileiros, por meio de uma gestão democrática com participação popular. Este documento estabelece o Plano Diretor dos municípios como instrumento básico da política de desenvolvimento e extensão urbana, sendo

responsável, juntamente com outras esferas da sociedade, por propor melhorias nas cidades para o cumprimento de sua função social.<sup>8</sup>

Diante disso, os espaços públicos de lazer passam a ser objetivo de investigação de pesquisas sob diferentes perspectivas, sendo uma das possibilidades de avaliação a análise da distribuição espacial e a observação sistemática do ambiente.<sup>9</sup> No entanto, embora a produção do conhecimento sobre a temática tenha aumentado nos últimos anos, estudos que abordam avaliações em diferentes períodos ao longo do tempo são escassos na literatura.<sup>10</sup> Assim, o presente estudo tem como objetivo descrever a existência de espaços públicos de lazer, sua distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas no município de Pelotas (Rio Grande do Sul – RS) em 2023, avaliando suas modificações ao longo cerca de uma década. Além disso, como objetivo complementar, buscou-se compreender os direcionamentos estipulados pelo Plano Diretor Municipal no que diz respeito aos espaços públicos de lazer.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de métodos mistos, integrando abordagens quantitativa e qualitativa. O contexto do estudo é o município de Pelotas, RS. Localizada no extremo sul do Brasil, Pelotas é considerada uma cidade de médio porte, com aproximadamente 325.685 habitantes, sendo a quarta maior cidade do estado em população.<sup>11</sup> No componente quantitativo, foi realizado um estudo longitudinal descritivo de avaliação dos espaços públicos de lazer na zona urbana do município de Pelotas. Para isso, foram replicados no ano de 2023 os caminhos metodológicos de uma pesquisa conduzida em 2012.<sup>12</sup> No componente qualitativo, foi realizada uma pesquisa documental avaliando as diretrizes relacionadas aos espaços públicos de lazer presentes no III Plano Diretor Municipal de Pelotas, publicado em 2008 e atualizado em 2018.<sup>13-</sup>

### **Componente Quantitativo**

A primeira coleta dos dados ocorreu entre junho e julho de 2012, e 11 anos depois, uma segunda coleta de dados realizou a mesma avaliação dos espaços públicos de lazer entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. Em ambos os momentos, as informações dos espaços públicos foram fornecidas pela Secretária de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Pelotas, com base na listagem e georreferenciamento das áreas verdes do município.

Por se tratar de informações sob uma perspectiva urbanística, as áreas verdes contemplavam canteiros centrais de ruas, avenidas, rodovias e rótulas/rotatórias de trânsito, além de praças e parques da cidade. Assim, uma auditagem foi realizada para caracterizar as áreas verdes em áreas de interesse de avaliação, como parques, praças e canteiros utilizáveis, e, posteriormente, consideradas como espaços públicos de lazer. Áreas verdes não avaliáveis incluíram canteiros não utilizáveis pela população ou áreas que estivessem ocupadas ou inacessíveis.

Para a avaliação dos espaços públicos de lazer foi utilizada a versão adaptada do instrumento *Physical Activity Resource Assessment*<sup>15</sup>, traduzida para o idioma português por Hino e Reis (2011).<sup>16</sup> O instrumento consiste em um *checklist* de itens referentes à classificação do tipo de espaço, quantidade e qualidade das estruturas para a prática de atividade física e conforto do usuário, além de condições de estética, limpeza e segurança. A classificação quantitativa e qualitativa dos atributos avaliados foi estabelecida a partir de escores que variaram de 0 a 3, sendo 0 – ausência do atributo, 1 – presença do atributo com qualidade ruim, 2 – presença do atributo com qualidade média, e 3 – presença do atributo com qualidade boa. As condições de estética e limpeza foram avaliadas pela existência/inexistência de itens, avaliados de 0 a 3, sendo 0 – inexistência, 1- existência em pequena quantidade, 2 – existência em média quantidade e 3 – existência em grande quantidade.

A auditoria dos espaços públicos de lazer foi realizada por uma equipe de auxiliares de pesquisa vinculados aos cursos de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas: seis avaliadores em 2012 e sete em 2023. Foram realizados treinamentos teórico-práticos divididos em etapas de: (a) estudo do instrumento de pesquisa e protocolo de utilização; (b) aplicação prática e discussão do instrumento em praças da cidade; e (c) estudo piloto para padronização das avaliações, realizado em espaços públicos de lazer previamente selecionados. Detalhes da avaliação realizada em 2012 estão descritos em publicação anterior.<sup>12</sup> Em 2023, também foram realizadas instruções de utilização da ferramenta eletrônica *REDCap (Research Electronic Data Capture)* e manuseio de *tablets*, uma vez que, em 2012, foram utilizados questionários de papel, digitados no programa EpiData 3.1. Um controle de qualidade em 10% do total dos espaços avaliados foi realizado e, em casos de inconsistências, uma reavaliação era realizada.

Os resultados estão descritos em frequências absolutas e relativas dos espaços públicos de lazer, estratificadas para parques/praças e canteiros utilizáveis, de acordo com o ano de avaliação. Os dados foram analisados no programa estatístico *Stata 17.0 (StataCorp)*. Informações de média de renda domiciliar e densidade populacional por setor censitário foram utilizadas a partir do Censo Demográfico de 2010.<sup>17</sup> O programa *ArcGis Pro (Environmental Systems Research Institute, Inc.)* foi utilizado para apresentação cartográfica da distribuição dos espaços públicos de lazer em 2023, de acordo com as informações de média de renda e densidade populacional, em quintis, de 2010. Por fim, utilizando ferramentas geoespaciais foi extraída a quantidade de espaços públicos de lazer (sem, com algum atributo e com algum atributo de qualidade boa para atividade física) em 2012 e em 2023 de acordo com cada setor censitário e, posteriormente, realizada a análise de correlação de *Spearman* dessas informações com a renda e a densidade populacional.

### **Componente Qualitativo**

Nesta etapa, ocorreu a análise do III Plano Diretor Municipal de Pelotas<sup>13-14</sup> em relação aos espaços públicos de lazer. Esse documento foi selecionado por se configurar como um instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, contemplando aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos da cidade.<sup>13-14</sup> Trata-se de um documento elaborado a partir da formação do Conselho Municipal do Plano Diretor o qual através de fóruns temáticos e fóruns locais urbanos e distritais buscou possibilitar a participação de todos os setores da sociedade no processo de planejamento.

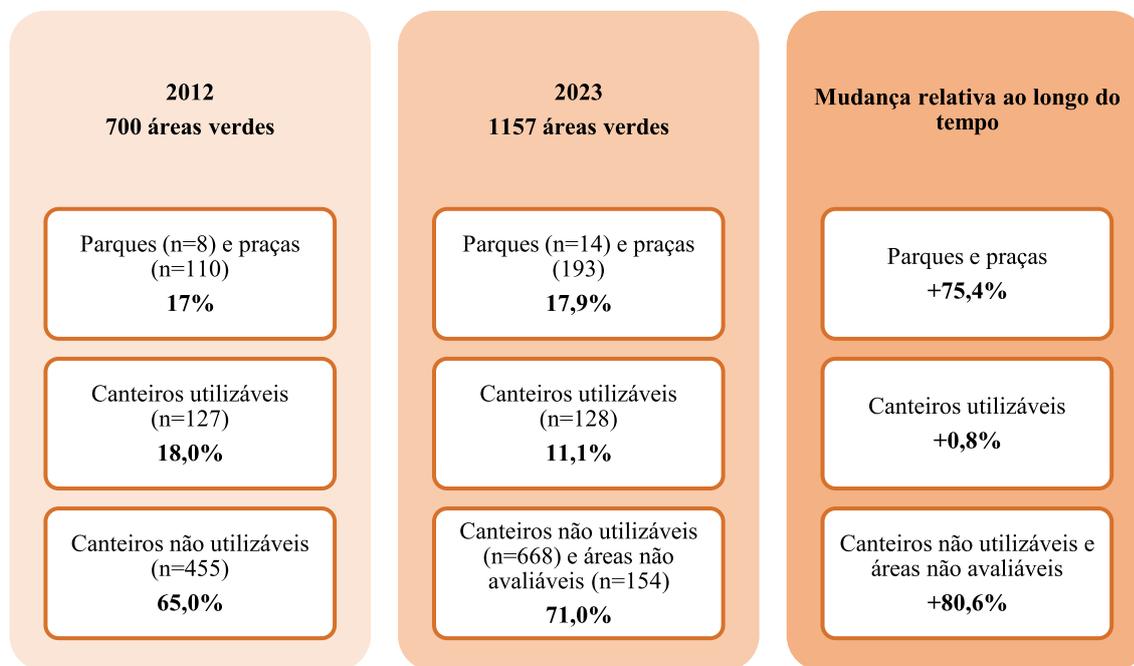
Para análise, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), composta por três fases: pré-análise (organização), exploração do material (codificação e categorização) e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).<sup>18</sup> Na fase de pré-análise, o Plano Diretor Municipal foi acessado por meio das plataformas oficiais do poder público e, em seguida, realizou-se uma leitura inicial do documento para a operacionalização e sistematização da análise. Na fase de exploração do material, foram extraídos trechos do documento que contemplavam os espaços públicos de lazer, entendidos como unidades de contexto. A partir disso, foram identificados indicadores nos trechos, estabelecendo as unidades de análise. Por fim, foi realizada a compilação das unidades, com base na semelhança de sentido, formando assim as categorias de análise.

## **RESULTADOS**

### **Componente Quantitativo**

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas, foram identificadas 700 áreas verdes em 2012 e 1157 em 2023. Após a avaliação, 65% e 71% das áreas, respectivamente em 2012 e em 2023, foram classificadas como canteiros não utilizáveis. Em 2012, foram identificados 118 espaços públicos de lazer classificados como parques ou praças e 127 classificados como canteiros passíveis de utilização

pela população. Já em 2023, as praças e parques contemplaram 207 áreas, representando um aumento de aproximadamente 75,4% em comparação com o período anterior, e os canteiros utilizáveis 128 dos espaços avaliados (Figura 1).



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

**Figura 1 – Caracterização das áreas verdes avaliadas e mudanças relativas ao longo do tempo em Pelotas, RS entre 2012 e 2023.**

A Tabela 1 descreve as estruturas para o conforto do usuário e as condições de estética, limpeza e segurança de acordo com a classificação do espaço público de lazer. Em relação à estrutura de conforto, em ambos os períodos de avaliação, mais da metade das praças e parques apresentaram bancos, correspondendo a 53,9% e 65,5% em 2012 e 2023, respectivamente; bem como, constatado um aumento da presença em termos de números absolutos entre os períodos avaliados (N=63 no ano de 2012 para N=135 no ano de 2023). Entre 2012 e 2023 foi verificado também um aumento da presença de iluminação e lixeiras. No entanto, em termos qualitativos, para ambos os períodos de avaliação, o percentual de estruturas para conforto com boa qualidade representa apenas pouco mais de um terço. Em relação aos canteiros, foi constatado o mesmo padrão de aumento da presença de bancos, iluminação e lixeiras, assim como o baixo

percentual desses atributos com boa qualidade em ambos os períodos de avaliação. Além disso, estruturas de conforto como banheiros, bebedouro e mesas de piquenique foram pouco ou não observadas nos períodos de avaliação (dados não apresentados na tabela).

Foi verificado que mais da metade das praças e parques, em 2023, não apresentavam vidros quebrados (70,0%), pichações (63,6%), sinais de vandalismo (55,5%) e evidências de uso de álcool (64,1%), assim como na avaliação realizada no ano de 2012. Porém, foi observada uma diminuição de 72,0% para 38,4% dos espaços avaliados com inexistência de mato ou grama alta no período. Além disso, a maioria das praças e parques apresentaram grande quantidade de lixo espalhado tanto em 2012 (60,7%), quanto em 2023 (64,1%). Com relação à presença de sujeira de animais, uma diminuição foi verificada (55,9% em 2012 e 31,7% em 2023). Nos canteiros, apurou-se uma mudança negativa em relação à presença de mato ou grama alta (37,5% em 2023), uma vez que 96,9% dos canteiros não apresentavam a existência de mato ou grama alta em 2012. Outrossim, foi constatado um aumento da grande quantidade de lixo espalhado em canteiros, 61,7% em 2023, visto que a presença em grande quantidade de lixo espalhado era de 38,6% no ano de 2012.



**Condições de limpeza, estética e segurança**

	Inexistência	Existência em grande quantidade	Inexistência	Existência em grande quantidade	Inexistência/Existência em grande quantidade	Inexistência/Existência em grande quantidade	Existência em grande quantidade	Inexistência	Existência em grande quantidade	Inexistência/Existência em grande quantidade
Vidro quebrado	74 (63,3)	9 (7,7)	138 (70,0)	11 (5,3)	+64 / +2	99 (78,0)	3 (2,4)	94 (73,4)	4 (3,1)	-5 / +1
Dejetos de animais	22 (18,6)	66 (55,9)	43 (20,1)	65 (31,7)	+21 / -1	58 (45,7)	23 (18,1)	56 (43,8)	15 (11,7)	-2 / -8
Animais soltos	56 (47,5)	17 (14,4)	106 (51,5)	12 (5,8)	+50 / -5	115 (90,6)	1 (0,8)	111 (86,7)	-	-4 / -1
Pichações	90 (76,3)	8 (6,8)	131 (63,6)	14 (6,8)	+41 / +6	106 (84,1)	-	89 (69,5)	8 (6,3)	-17 / +8
Lixo espalhado	17 (14,5)	71 (60,7)	9 (4,4)	132 (64,1)	-8 / +61	6 (4,7)	49 (38,6)	6 (5,7)	79 (61,7)	- / +30
Sinais de vandalismo	82 (70,1)	2 (1,7)	113 (55,4)	6 (2,9)	+31 / +4	87 (68,5)	1 (0,8)	99 (77,3)	1 (0,8)	+12 / -
Mato ou grama alta	85 (72,0)	8 (6,8)	79 (38,4)	25 (12,1)	-6 / +17	123 (96,9)	2 (1,6)	48 (37,5)	7 (5,5)	-75 / +5
Evidência de uso de álcool	79 (67,5)	2 (1,7)	132 (64,1)	10 (4,9)	+53 / +8	107 (84,3)	2 (1,6)	82 (64,6)	4 (3,2)	-25 / +2

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Nas praças e parques, em ambas as avaliações, as estruturas mais comuns foram campo/quadra/cancha de futebol e parquinhos (Tabela 2). Entretanto, foi observada uma diminuição relativa da presença de estruturas para futebol de 52,5% em 2012 para 38,2% em 2023, apesar do aumento em números absolutos (N=62 no ano de 2012 para N=79 no ano de 2023). Já em relação aos parquinhos, a presença passou de 43,2% dos espaços avaliados em 2012 para 60,2% em 2023, sendo a única estrutura avaliada presente em mais da metade das praças e parques na última avaliação. Estações de exercícios e academias ao ar livre, inexistentes em 2023, estiveram presentes em pouco menos de 10% das praças e parques. Nos canteiros, para ambos os momentos avaliados, as estruturas mais observadas foram pista/trilha de caminhada/corrida e pista/trilha de bicicleta, sendo observado um aumento considerável da presença desta última estrutura na última década (2012 n=26; 2023 n=73).

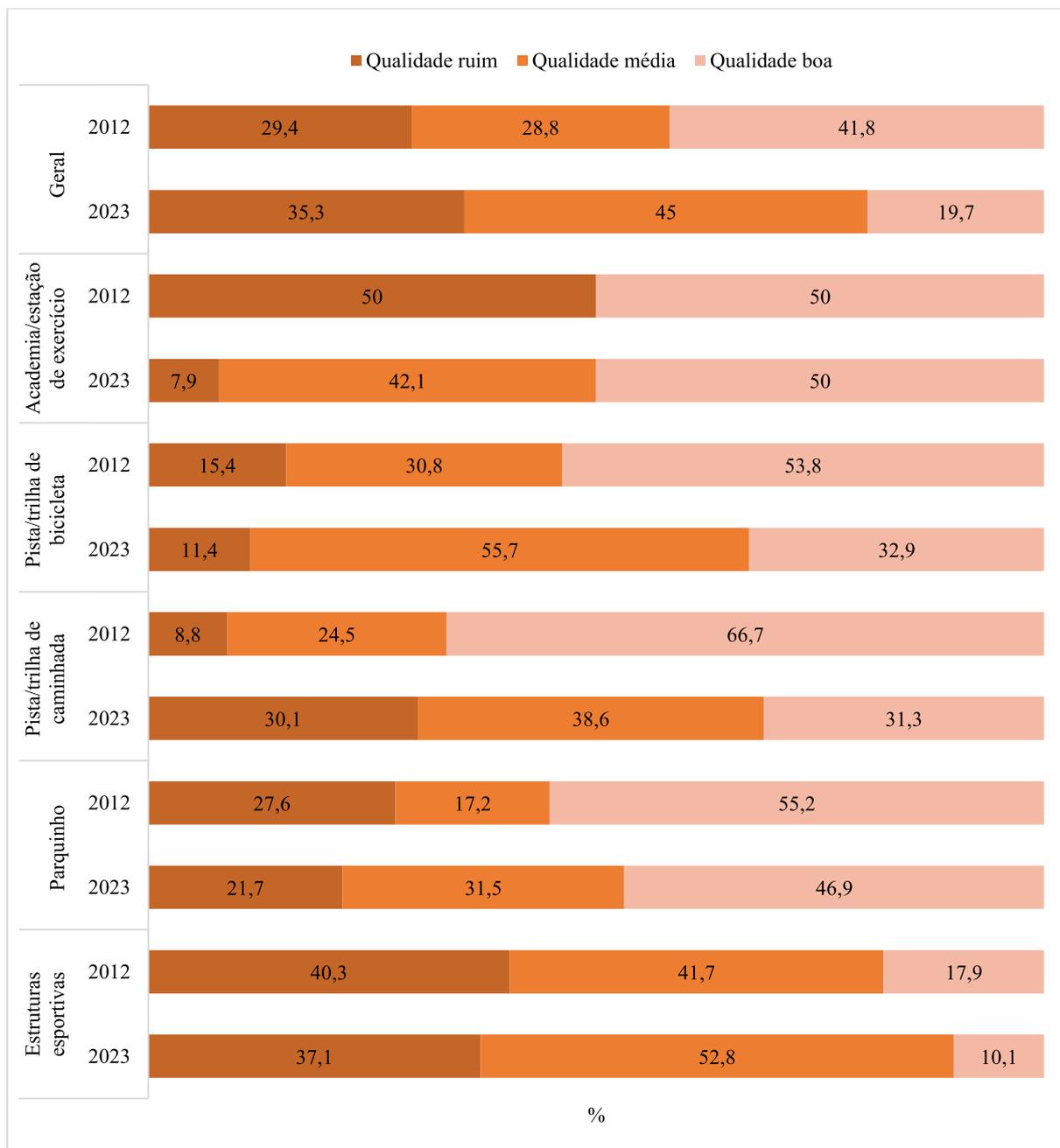
**Tabela 2 – Descrição das estruturas para a prática de atividade física dos espaços públicos de lazer de Pelotas, RS, em 2012 e 2023**

Estruturas	Praças e parques			Canteiros			
	N (%)	2012 (n=118)	2023 (n=217)	Mudança Absoluta	2012 (n=127)	2023 (n=128)	Mudança Absoluta
Campo/quadra/cancha de futebol		62 (52,5)	79 (38,2)	+17	4 (3,2)	6 (4,7)	+2
Campo/quadra/cancha de voleibol		3 (2,5)	25 (12,1)	+22	-	1 (0,8)	+1
Quadra de basquetebol		2 (1,7)	10 (4,8)	+8	-	-	-
Estação de exercício		1 (0,9)	20 (9,7)	+19	1 (0,8)	1 (0,8)	-
Academia ao ar livre		-	15 (7,3)	+15	-	8 (6,3)	+8
Parquinho		51 (43,2)	124 (60,2)	+73	7 (5,5)	19 (14,8)	+12
Pista/trilha de caminhada/corrida		2 (1,7)	35 (16,9)	+33	56 (44,1)	70 (54,7)	+14
Pista/trilha de bicicleta		-	14 (6,8)	+14	26 (20,5)	73 (57,0)	+47
Pista de skate/patins		2 (1,7)	4 (1,9)	+2	-	1 (0,8)	+1
Cancha de bocha		2 (1,7)	1 (0,5)	-1	-	1 (0,8)	+1
Campo de rugby		-	-	-	-	1 (0,8)	+1

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A Figura 2 apresenta a avaliação de qualidade dos atributos para prática de atividades físicas nos espaços públicos de lazer avaliados, contemplando uma abordagem em números relativos em geral e também específica aos atributos mais observados. Foi verificada uma diminuição do percentual de atributos com qualidade boa de 41,8% em 2012 para 19,7% em 2023 na avaliação geral das estruturas (Figura 2). Em números absolutos também foi observada uma diminuição de atributos com qualidade boa (N=61 no ano de 2012 para N=49 no ano de 2023), e foi constatado um aumento em estruturas de qualidade média (N=42 no ano de 2012 para N=112 no ano de 2023) (Figura suplementar 1). Em relação as estruturas de práticas

esportivas, o percentual de qualidade boa diminuiu de 18,5% em 2012 para 10,1% em 2023, apresentando também, uma diminuição de estruturas com qualidade boa em número absolutos entre os anos de 2012 (N=12) e 2023 (N=9) e um aumento de estruturas com qualidade média (N=28 no ano de 2012 para N=47 no ano de 2023) (Figura 2 e Figura suplementar 1, respectivamente). Na avaliação realizada em 2012, a maioria dos parquinhos (55,2%), pistas/trilhas de caminhadas (66,7%) e pista/trilha de bicicleta (53,8%) obtiveram uma boa qualidade em relação sua estrutura, no entanto, em 2023, foi observada uma diminuição desse percentual em relação a qualidade boa para todas as estruturas, com percentuais de 46,9%, 31,3% e 32,9%, respectivamente. Entretanto, em números absolutos, parquinhos com qualidade média (N=10 no ano de 2012 para N=45 no ano de 2023) e qualidade boa (N=32 no ano de 2012 para N=67 no ano de 2023) em relação sua estrutura apresentaram um aumento durante período avaliado, assim como, um aumento de pista/trilhas de bicicletas com qualidade média (N=8 no ano de 2012 para N=39 no ano de 2023) e qualidade boa (N=14 no ano de 2012 para N=26 no ano de 2023) relacionada a sua estrutura. Já em relação a pista/trilhas de caminhadas, foi evidenciado uma diminuição absoluta de estruturas com qualidade boa (N=38 no ano de 2012 para N=26 no ano de 2023) e um aumento absoluto de estruturas com qualidade média (N=14 no ano de 2012 para N=32 no ano de 2023) (Figura suplementar 1).



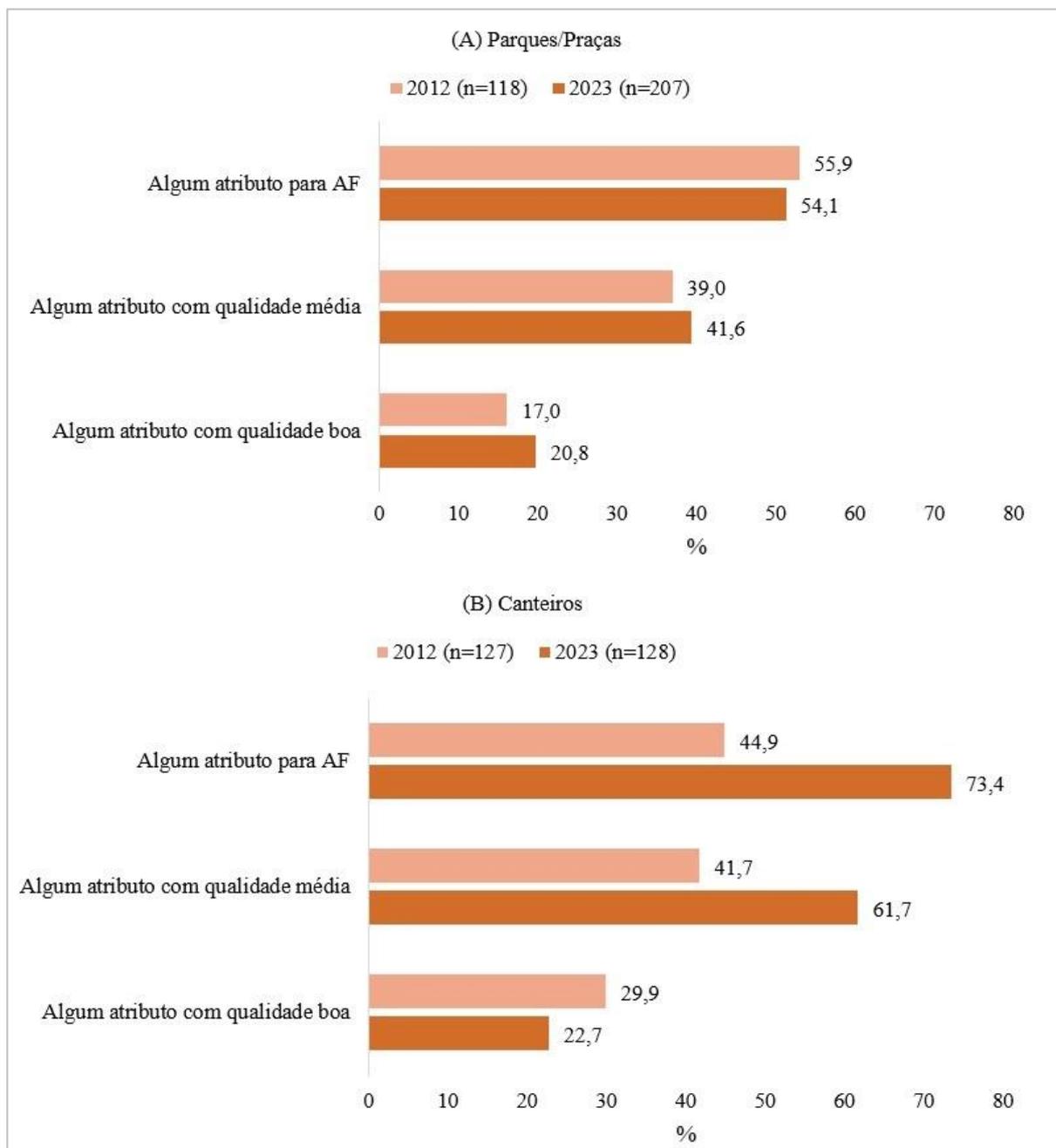
Fonte: elaborado pelos autores (2024).

**Figura 2 - Avaliação da qualidade dos atributos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer em Pelotas, RS, em 2012 e 2023.**

A avaliação da presença dos atributos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer evidenciou que, sem considerar a qualidade, mais da metade das praças e parques em ambos os períodos de avaliação apresentaram algum atributo para a prática de

atividade física. Quando observado algum atributo para prática de atividade física com, no mínimo, qualidade média ou boa, em praças e parques, não foram observadas mudanças ao longo do tempo, sendo presentes em menos da metade dos espaços. Além disso, cerca de apenas 20% das praças e parques apresentavam algum atributo com boa qualidade nos dois períodos de avaliação (Figura 3A).

Nos canteiros, foi observado um aumento da presença de algum atributo para prática de atividade física com qualidade média e independente da qualidade. Entretanto, a presença de canteiros com algum atributo com qualidade boa, diminuiu de 29,9% (2012) para 22,7% (2023) (Figura 3 B).

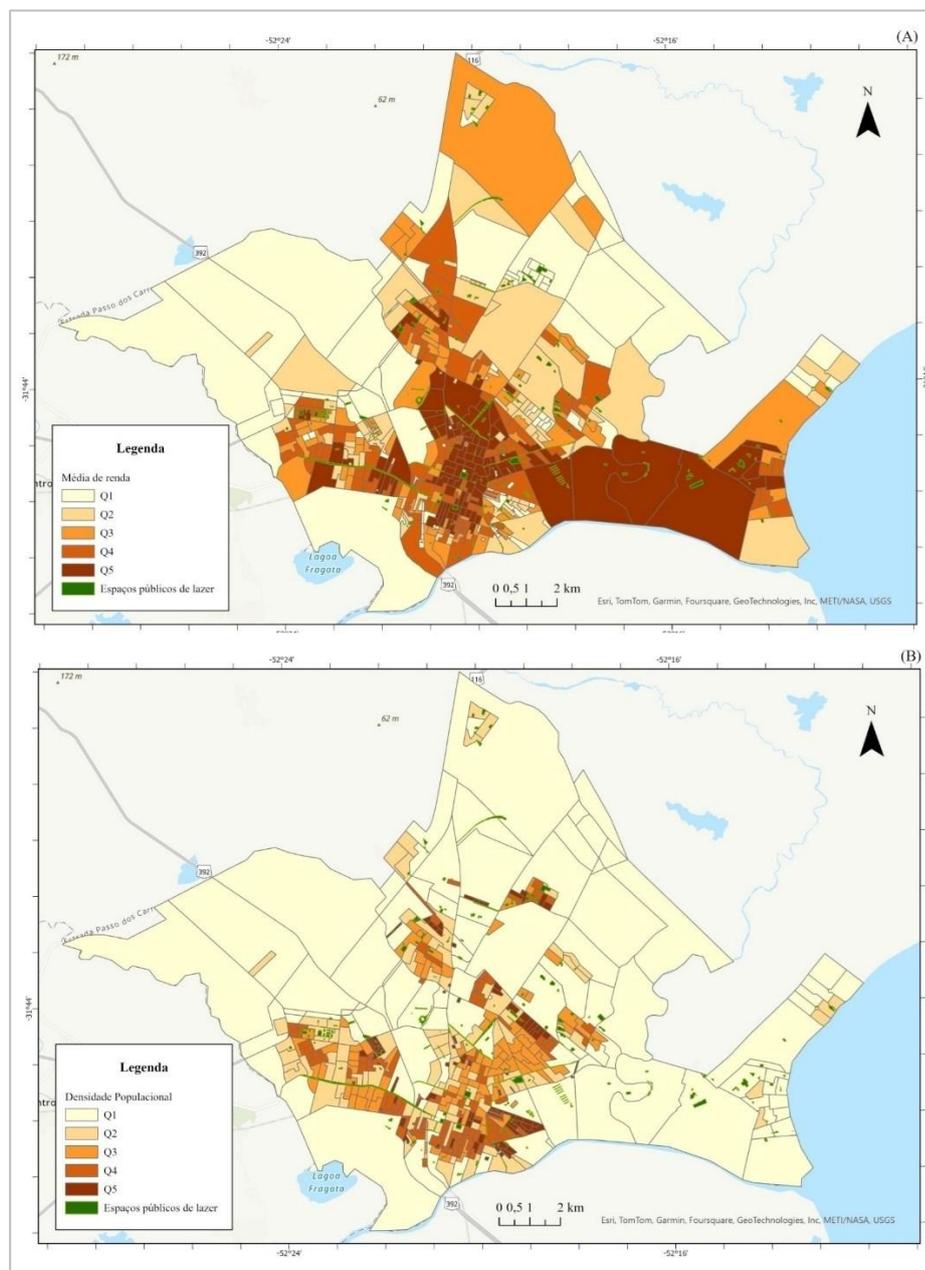


Fonte: elaborado pelos autores (2024).

**Figura 3 – Frequência de (A) parques e praças e (B) canteiros utilizáveis com atributos em diferentes padrões de qualidade para a prática de atividade física em Pelotas, RS, em 2012 e 2023.**

A Figura 4 mostra a distribuição dos espaços públicos de lazer de 2023, de acordo com (A) quintis da média de renda domiciliar e (B) densidade populacional dos setores censitários

do município. Uma correlação positiva de magnitude fraca a moderada foi encontrada entre o número de espaços públicos de lazer e uma maior média de renda domiciliar, tanto em 2012 ( $r=0,30$ ) quanto em 2023 ( $r=0,26$ ), indicando a manutenção de um padrão de quanto maior a média de renda do setor censitário, maior a disponibilidade dos espaços públicos de lazer. As mesmas direções de correlações foram verificadas quando avaliado o número de espaços públicos de lazer com algum atributo para atividade física e os espaços com atributos de qualidade boa (Tabela suplementar 1). Em relação a densidade populacional, uma correlação inversa persistiu entre em 2012 ( $r=-0,34$ ) e 2023 ( $r=-0,37$ ). De mesma forma, ainda que com coeficientes menores, as direções das correlações se mantiveram quando avaliados os espaços públicos com pelo menos algum atributo para atividade física e com atributos de qualidade boa (Tabela Suplementar 1).



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

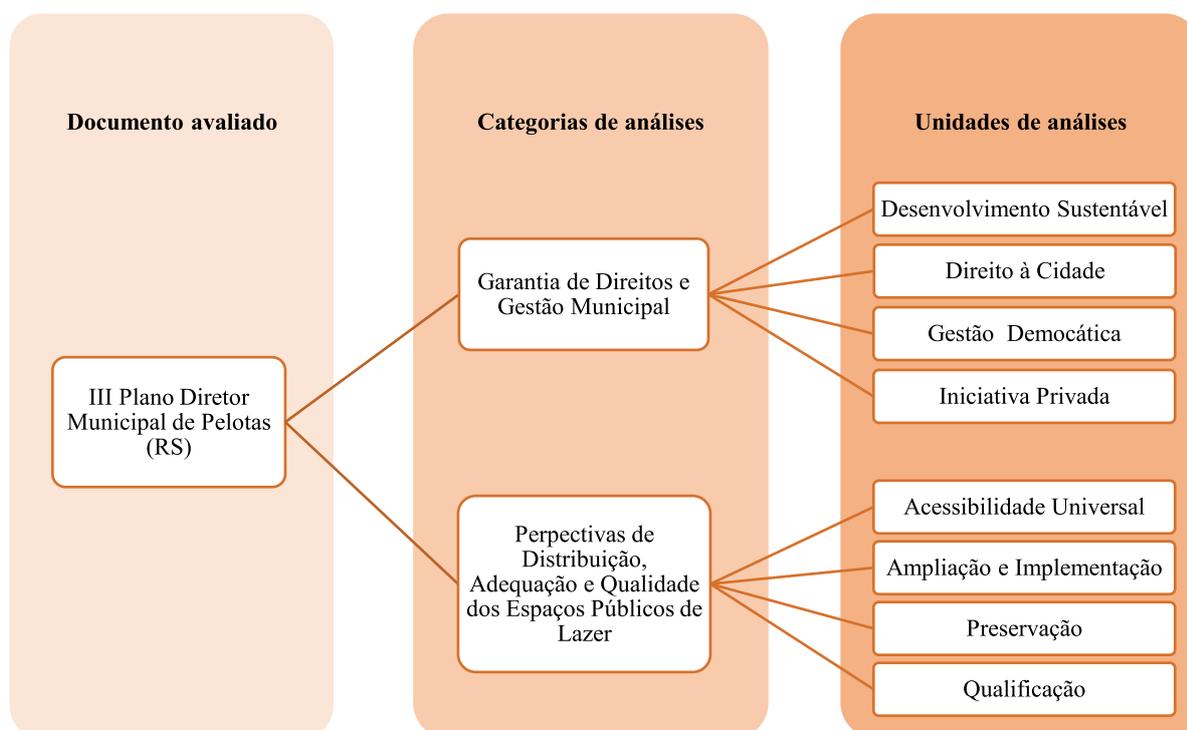
**Figura 4 – Distribuição dos espaços públicos de lazer de acordo com (A) quintis de média de renda domiciliar e (B) quintis de densidade populacional dos setores censitários em Pelotas em 2023.**

### **Componente Qualitativo**

Na análise de conteúdo implementada emergiram duas categorias de análises: Garantia de Direitos e Gestão Municipal, e Perspectivas de Distribuição, Adequação e Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer. A primeira categoria corresponde aos aspectos macro do

desenvolvimento urbano municipal, incluindo a garantia de direitos ao território, incluindo entre outros, os espaços públicos de lazer. A segunda categoria aborda diretamente a distribuição, adequação e qualidade dos espaços públicos de lazer.

Na categoria Garantia de Direitos e Gestão Municipal, emergiram unidades de contexto, que resultaram nas seguintes unidades de análise: Desenvolvimento Sustentável, Direito à Cidade, Gestão Democrática e Iniciativa Privada. Em relação a categoria de análise Perspectivas de Distribuição, Adequação e Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer, as unidades de análise resultantes foram: Acessibilidade Universal, Ampliação e Implementação, Preservação e Qualificação (Figura 5). Os Quadros Suplementares 1 e 2 ilustram os trechos que compõem as duas categorias e suas respectivas unidades de contexto e análise, conforme o III Plano Diretor Municipal de Pelotas.



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

**Figura 5 – Fluxograma das categorias e unidades de análise do Plano Diretor Municipal.**

A Garantia de Direitos e Gestão Municipal e suas unidades de análises foram observadas principalmente em trechos da política de ordenamento e desenvolvimento territorial no que tange seus princípios e diretrizes gerais. A unidade de análise Desenvolvimento Sustentável é pautada pela necessidade de garantir, para as presentes e futuras gerações, a utilização adequada do território municipal, considerando suas potencialidades naturais, culturais, sociais e econômicas, tornando o ambiente um instrumento de identidade e cidadania. A unidade de análise Direito à Cidade destaca, entre outros direitos fundamentais, o direito à infraestrutura, mencionando também o uso e ocupação de áreas especiais de interesse do ambiente natural para atividades de lazer, esportes e cultura. Quando referido sobre os vazios urbanos, o plano diretor permeia a pertinência, entre outros fatores, do aumento da infraestrutura disponível como um mecanismo importante para garantir o direito à cidade pela população.

A unidade de análise Gestão Democrática foi contemplada pela demarcação da necessidade da criação de políticas territoriais através de um processo democrático e participativo. Além disso, o plano estabelece uma justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes dos serviços de infraestrutura urbana. Também prevê a análise da demanda dos equipamentos urbanos e manutenção de áreas verdes como requisitos mínimos a serem observados. Outros aspectos relacionados à gestão democrática incluem a parceria entre o poder público e a iniciativa privada, sendo um dos princípios das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial. A cooperação entre os setores é pautada pela possibilidade de busca de recursos para a implementação e manutenção de áreas verdes.

A unidade de análise Iniciativa Privada emerge ao direcionar a implementação de infraestrutura por meio de determinados proprietários. O plano atribui algumas diretrizes mínimas a serem realizadas, denominadas Obras Complementares. Esses pressupostos mínimos contemplam a implementação de arborização e jardinagem em áreas verdes, além da

pavimentação e implementação de elementos de urbanização, como mobiliário/bancos, rede de iluminação, e componentes relacionados à prática de desportos.

Com relação às Perspectivas de Distribuição, Adequação e Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer, a unidade de análise Acessibilidade Universal destaca a necessidade qualificar o sistema viário municipal, especialmente para melhorar a acessibilidade da população a equipamento de lazer. Além disso, a implementação do sistema viário básico do parcelamento do solo em áreas especiais de interesse social deve considerar as atividades de lazer e convívio social, a implementação de equipamentos diversos e o acesso às edificações, entre outros.

A unidade de análise Ampliação e Implementação emergiu entre os objetivos relacionados à proteção do ambiente natural, a qual visa a ampliação de áreas verdes no município por meio de mecanismos de incorporação, manutenção e recuperação de áreas verdes, tanto públicas como particulares. O documento também menciona que, em todo o parcelamento de gleba em lotes com vias públicas, haverá uma parte destinada à implementação de equipamentos comunitários e urbanos e espaços livres de uso público. Ainda, o Plano Diretor enfatiza o dever do poder público em assegurar a prática do lazer como uma das finalidades para a utilização de áreas de uso institucional.

A unidade de análise Preservação é concebida pelo direcionamento do documento ao considerar que características paisagísticas, compreendida como “[...] espaços abertos com potencial de sociabilidade, através de atividades de lazer ativo e passivo [...]”<sup>13</sup> (p.17), requerem proteção especial por parte do poder público.

Por fim, a unidade de análise Qualificação aborda a qualificação de canteiros centrais e espaços abertos de estar e lazer. Este processo inclui a instalação de mobiliário urbano, como pistas de caminhadas, ciclovias, equipamentos de ginásticas, entre outros. Propõe-se, também,

proporcionar à população a sensação de conforto e permanência por meio da qualificação dessas áreas.

## **DISCUSSÃO**

O presente estudo evidenciou um aumento no número de espaços públicos de lazer e na quantidade de estruturas de conforto e estruturas para prática de atividade física durante o período avaliado. Por outro lado, houve uma diminuição nos indicadores de qualidade dos atributos para prática de atividade física e piora nas condições de limpeza, estética e segurança. Embora tenha sido evidenciado uma evolução quantitativa de 2012 a 2023, ainda há pouca diversidade de atributos para atividade física na composição dos espaços públicos de lazer. Foi constatado também a manutenção das desigualdades na distribuição dos espaços públicos de lazer durante os períodos de avaliação.

Essas mudanças ao longo do tempo precisam ser analisadas junto ao planejamento urbano, compreendido pelo direcionamento de políticas públicas a nível federal, estadual e municipal, que reforça a consolidação do direito à cidade e demais garantias sociais que foram conquistadas numa perspectiva histórica no território brasileiro.<sup>19</sup> É o planejamento urbano que tem o papel de amenizar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos no âmbito social, econômico, ambiental e cultural, através de um processo de democratização da terra urbanizada.<sup>8</sup>

O Plano Diretor Municipal de Pelotas (RS) não se omite à temática dos espaços públicos de lazer ao estabelecer um direcionamento macro do modo de desenvolvimento urbano municipal, estabelecendo diretrizes de desenvolvimento sustentável, direito à cidade, gestão democrática e corresponsabilidade com iniciativa privada. Além disso, especificamente aos espaços públicos de lazer, estabelece diretrizes relacionadas a distribuição, adequação e qualidade desses espaços, contemplando a defesa da acessibilidade universal, ampliação e implementação, preservação e qualificação. No entanto, nota-se que as ações por parte da gestão

pública municipal, em prol de consolidar os direcionamentos do Plano Diretor Municipal, parece não estar em consonância com as características de qualidade, adequação e distribuição dos espaços públicos de lazer.

Nossos achados da pesquisa documental vão ao encontro de outros estudos sobre o plano diretor, os quais, de modo geral, apontam que os documentos almejam a utilização de espaços públicos de lazer de forma efetiva e democrática, por meio da descentralização e ampliação, acessibilidade, diversidade de equipamentos, entre outros aspectos relacionados. Entretanto, segundo os autores, os documentos falham em não especificar a responsabilidade e/ou mecanismos para efetivar as políticas públicas descritas.<sup>20-21</sup> No presente estudo, nota-se a necessidade de diretrizes mais específicas em relação aos espaços públicos de lazer, a qual em muitos trechos são contemplados um olhar mais macro de planejamento urbano, principalmente no que diz respeito aos avanços necessários nas regiões periféricas da cidade, as quais necessitam de uma maior atenção por parte do poder público.

Além de análises das políticas de planejamento por meio de documentos, estudos que avaliem as possíveis mudanças das cidades são necessários. Nesse sentido, destaca-se que o monitoramento dos espaços públicos de lazer em centros urbanos é observado com escassez na literatura. Uma das iniciativas foi publicada por Teixeira e colaboradores (2022), ao descrever as mudanças longitudinais entre os anos de 2015 e 2020 na cidade de São Paulo (SP). Os autores observaram um aumento pequeno de parques e um aumento substancial de praças no período avaliado, verificando também um aumento na presença de outros atributos do ambiente construído para atividade física, com destaque para as academias ao ar livre e ciclovias, que representaram os maiores crescimentos.<sup>22</sup> Assim como no estudo anterior, em Teresina (PI), os autores de outro estudo de monitoramento identificaram a implementação de 108 equipamentos públicos de lazer entre os anos de 2014 e 2019, representando um aumento de 22% dos equipamentos.<sup>23</sup> As evidências mencionadas vão ao encontro dos resultados do presente estudo,

que também constatou o aumento quantitativo dos espaços públicos de lazer (parques, praças e canteiros utilizáveis), bem como dos atributos de conforto e para prática de atividade física, entre 2012 e 2023. Vale salientar que, é pertinente realizar a comparação entre os achados com cautela, uma vez que a cidade de Pelotas (RS) é caracterizada por ser de médio porte, e seu processo de urbanização se difere de outras cidades onde foram realizados estudos de monitoramento.

Ademais, é importante destacar que os estudos mencionados não objetivaram uma avaliação de qualidade por meio do processo de auditoria dos espaços públicos, uma vez que suas análises partiram do cruzamento entre legislações e dados públicos sobre os espaços públicos de lazer, junto a informações geoespaciais. Já no presente estudo, além do georreferenciamento das áreas verdes do município, também foi realizada uma auditoria da qualidade dessas áreas *in loco*, possibilitando o entendimento detalhado sobre as modificações ao longo do tempo, e também a verificação se de fato a área verde poderia ser considerada um espaço público de lazer. Em termos de qualidade, observou-se uma piora nos números relativos e absolutos da presença de atributos com qualidade boa, assim como piora nas condições de estética, limpeza e segurança, presença de lixo e mato e grama alta, deixando notória a necessidade desse tipo de monitoramento ao longo do tempo. Vale salientar ainda, em termos de condições de qualidade das estruturas para prática de atividade física também requer a observação por meio de números absolutos, de modo que, para algumas das estruturas, foi constatado um aumento de sua presença nos diferentes níveis de qualidade.

No cenário nacional, as desigualdades no acesso aos espaços públicos de lazer para atividade física foram apresentadas por Wendt *et al.*<sup>24</sup> ao analisar a percepção de participantes de dois inquéritos da Pesquisa Nacional de Saúde, dos anos de 2013 e 2019. As autoras evidenciaram que grupos mais ricos tanto em 2013 (58,5%) quanto em 2019 (69,3%) obtiveram

maiores prevalência de acesso a espaços públicos de lazer comparados aos mais pobres (21,7% e 36,5%, respectivamente).<sup>24</sup> Apesar do aumento de acesso observado, a persistência das desigualdades torna evidente a necessidade de monitoramento ao longo do tempo, possibilitando uma maior compreensão sobre os direcionamentos dos processos de urbanização e nas formas de organização das sociedades, bem como produzindo informações de subgrupos populacionais para auxiliar nas políticas públicas que almejam modificar uma realidade social adversa.

Em termos de distribuição dos espaços públicos de lazer, o presente estudo constatou que não houve mudança no padrão de desigualdade na última década, observando o maior número de espaços em regiões de maior renda domiciliar e menor densidade populacional dos setores censitários. Esses resultados contrastam com os achados do estudo realizado em São Paulo (SP), que observou um maior aumento de praças públicas e ciclovias em regiões de menor poder aquisitivo, em comparação com regiões de maior poder aquisitivo.<sup>22</sup> Entretanto, os autores também destacam que a presença desses atributos em abundância foi verificada em regiões consideradas mais ricas. Praças, instalações esportivas e academias ao ar livre também registraram crescimento em regiões com maior densidade populacional.<sup>22</sup>

Algumas limitações do presente estudo precisam ser consideradas. Mesmo após adaptação do instrumento a nível local, é necessário observar os resultados em relação aos canteiros com determinada cautela, visto que frequentemente são compostos por pequenos espaços físicos que acabam dificultando a existência de estrutura para o conforto dos usuários; e até mesmo, determinados canteiros tem seu direcionamento somente para existência de trilhas e pistas de caminhas com a finalidade de utilização de bicicletas ou circulação. Além disso, a contagem de canteiros, por serem contabilizados a cada intersecção de rua, pode superestimar o número de espaços públicos de lazer. Outra limitação se refere às informações renda

domiciliar e densidade populacional dos setores censitários, as quais foram extraídas do Censo Demográfico 2010, visto que informações atualizadas ainda não estão disponíveis. Além disso, a última atualização das informações de áreas verdes e rede de ruas datam de, respectivamente, 2021 e 2022, entretanto, os espaços identificados por nós, que ainda não constavam nas informações disponibilizadas, foram contabilizados e avaliados (21 no total), diminuindo a limitação. Além disso, durante o controle de qualidade da avaliação dos espaços públicos de lazer, o grau de concordância entre os avaliadores foi verificado por meio de coeficientes Kappa, o qual em determinados itens apresentaram uma concordância baixa e mediana (Sinais de vandalismo, kappa = 0,13; Mato ou grama alta, kappa = 0,23; Rampa de acessibilidade, kappa = 0,30). Sobre esse aspecto, vale salientar que alguns dos itens que apresentaram essa situação estão relacionados a características do ambiente onde sua variação é influenciada por inúmeros fatores, como por exemplo, a existência de mato ou grama alta nos espaços públicos de lazer. No componente qualitativo, cabe destacar que o Plano Diretor menciona outros documentos como Código de Obras e Código de Posturas Municipal, que também fazem parte do planejamento desenvolvimento da cidade e que não foram contemplados para a presente análise, no entanto, a análise de conteúdo objetivou o documento principal de diretrizes do município.

Entre os pontos fortes do estudo, destaca-se no componente quantitativo a adaptação do instrumento de pesquisa para auditoria dos espaços públicos de lazer a nível local, mantendo também a possibilidade de comparar os resultados com demais estudos presentes na literatura. Ainda neste componente, a avaliação contou com pelo menos três pesquisadores que estiveram envolvidos nas duas coletas de dados ao longo da década, potencializando o processo de padronização metodológica. Além do mais, o presente estudo possibilita a compreensão ampliada sobre os espaços públicos de lazer na zona urbana de Pelotas, em relação as suas

modificações ao longo de aproximadamente uma década, bem como a análise de políticas públicas que permeiam essas localidades, uma vez que, possui em sua metodologia métodos mistos, através de abordagens quantitativas e qualitativas. Por fim, é o primeiro estudo brasileiro a realizar um monitoramento sobre a temática em um período decênio.

Finalmente, destaca-se que os resultados do presente estudo evidenciam informações longitudinais do desenvolvimento e realidade dos espaços públicos de lazer da zona urbana do município de Pelotas (RS), os quais poderão auxiliar nas ações da gestão urbana e no direcionamento das políticas públicas a nível local. Com base nos resultados apresentados, nota-se que, apesar do Plano Diretor Municipal contemplar os espaços públicos de lazer no processo de planejamento urbano, as ações até o momento aumentaram quantitativamente os espaços e atributos para prática de atividade física, mas não foram suficientes em relação a melhora da qualidade dos espaços públicos de lazer, bem como da modificação das desigualdades sociais perante sua distribuição territorial. Assim sendo, entende-se que a efetivação da melhora e democratização do acesso a espaços públicos de lazer requer o engajamento da gestão pública, assim como a participação de todos os setores da sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Pelotas pela disponibilização dos dados georreferenciados das áreas verdes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## **FINANCIAMENTO**

O presente estudo ocorreu com recursos provenientes do projeto “Associação prospectiva entre o ambiente construído e a prática de atividade física ao longo de uma década

em adultos pertencentes a uma coorte de nascimentos de uma cidade de médio porte do sul do Brasil”, aprovado no Edital FAPERGS/CNPq 07/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil, protocolo número 68784.737.20202.25112022.

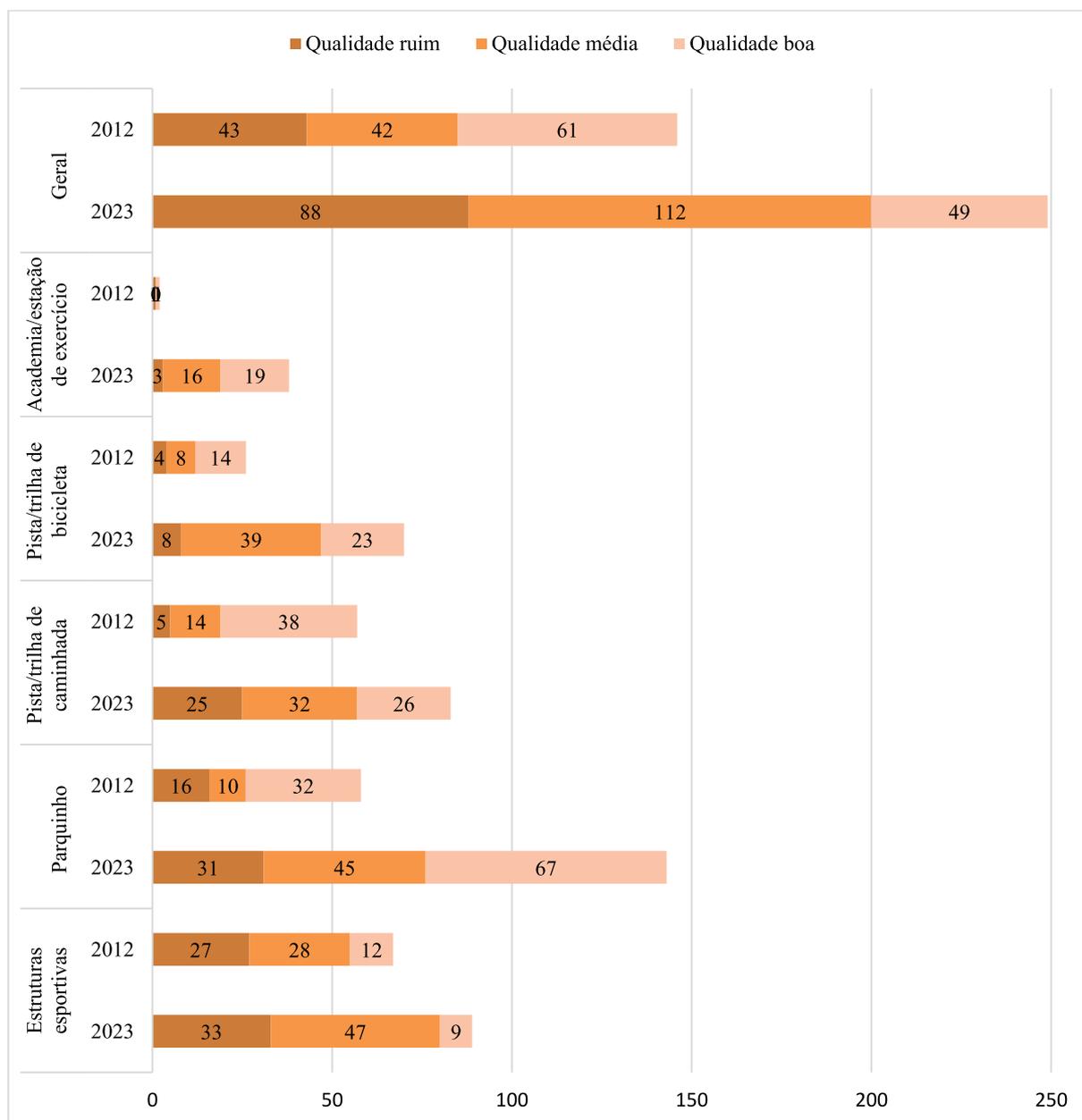
## REFERÊNCIAS

1. Indovina, F. O espaço público-tópicos sobre a sua mudança. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 2002; 5:119-123.
2. Organização das Nações Unidas. Secretariado da HABITAT III. Nova Agenda Urbana. Organização das Nações Unidas, 2017.
3. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
4. Manta SW, Reis RS, Benedetti TRB, Rech CR. Public open spaces and physical activity: disparities of resources in Florianópolis. **Revista de Saúde Pública** 2019; 53(112):1-11.
5. Dopp EVO, Nascimento WG, Goulardins GS, Kokubun E, Nakamura PM. Public spaces leisure in Rio Claro - SP (Brazil): quality, distribution, and social vulnerability. **Motriz** 2021; 27:2-9.
6. Guarda-Saavedra P, Muñoz-Quezada MT, Cortinez- O' Ryan A, Aguilar-Farías N, Vargas-Gaetes R. Benefits of green spaces and physical activity for the well-being and health of people. **Rev. méd. Chile** 2022; 150(8):1095-1107.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS**. Brasília, 2018.
8. BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 11 de junho de 2024.

9. Hino AAF, Reis RS, Florindo AA. Ambiente construído e atividade física: uma breve revisão dos métodos de avaliação. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano** 2010; 12(5):387-394.
10. Rech CR, Pazin J, Rodrigues EQ, Neto FTP, Knebel MTG, Coco TGS, Fermino RC. Como os espaços públicos abertos podem contribuir para a promoção da atividade física?. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde** 2023; 28(0295):1-6.
11. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conheça cidades e estados do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em: 11 de junho de 2024.
12. Da Silva ICM, Mielke GI, Nunes BP, Böhm AW, Blanke AO, Nachtigall MS, Cruz MF, Martins R, Müller WA, Hallal PC. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde** 2015; 20(1):82-92.
13. PELOTAS. Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/551/5502/lei-ordinaria-n-5502-2008-institui-o-plano-diretor-municipal-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-ordenamento-e-desenvolvimento-territorial-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 11 de junho de 2024.
14. PELOTAS. Lei nº 6636, de 03 de outubro de 2018. Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2018/664/6636/lei-ordinaria-n-6636-2018-altera-a-lei-municipal-n-5502-de-11-de-se-tembro-de-2008-que-dispoe-sobre-o-plano-di-retor-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 28 de junho de 2024.
15. Lee RE, Booth KM, Reese-Smith JY, Regan G, Howard HH. The physical activity resource assessment instrument: Evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity** 2005; 2(13):1-9.
16. Hino AAF, Reis R.S. Avaliação de Estruturas para Atividade Física - Protocolo de utilização e definições operacionais. Versão 1.2, p.1-9, 2011. Disponível em:

- <https://gpaq.com.br/wpcontent/uploads/2019/10/Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Estruturas-para-Atividade-F%C3%ADsica-v1.2.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2024.
17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro 2010. Rio de Janeiro: IBGE; 2011.
  18. Bardin, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
  19. Programa Cidades Sustentáveis. Guia de Introdução ao Planejamento Urbano Integrado. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/arquivos/link/guia-planejamentointegrado.pdf>. Acesso em: 8 jul de 2024.
  20. Versiani IVL, Pereira AM, Silva RAS, Fernandes JM. Direito ao lazer e políticas urbanas: análise a partir do estatuto da cidade e inserção no plano diretor. **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito** 2019; 21(1):79-101.
  21. Dos Santos LP, Chaves SVV, Vieira VCB. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: uma análise do plano diretor de ordenamento territorial de Teresina (PDOT). **Revista Equador (UFPI)** 2021; 10(3):103-123.
  22. Teixeira IP, Barbosa JPAS, Barrozo LV, Hino AAFH, Nakamura PM, Andrade DR, Mavoa S, Turrell G, Reis RS, Florindo AA. Built environments for physical activity: a longitudinal descriptive analysis of Sao Paulo city, Brazil. **Cites & Health** 2022; 2-11.
  23. Dos Santos LP, Vieira AS, Medeiros AV. Espaços públicos de lazer nas cidades: criação de espaços públicos na cidade de Teresina-PI, no período compreendido entre 2014 e 2019. **Revista Caminhos de Geografia** 2023; 24(92):258-274.
  24. Wendt A, Ricardo LIC, Costa CS, Knuth AG, Tenório MCM, Chrochemore-Silva IM. Socioeconomic and Gender Inequalities in Leisure-Time Physical Activity and Access to Public Policies in Brazil From 2013 to 2019. **Journal of Physical Activity and Health** 2021; 18(12): 1503-1510.

## MATERIAL SUPLEMENTAR



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

**Figura suplementar 1 - Avaliação da qualidade dos atributos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer em Pelotas, RS, em 2012 e 2023, em números absolutos.**

**Tabela Suplementar 1 – Coeficiente de correlação de *Spearman* entre o número de espaços públicos de lazer e a média de renda domiciliar e densidade populacional dos setores censitários em Pelotas (RS), nos anos de 2012 e 2023.**

	Média de renda domiciliar		Densidade populacional	
	2012	2023	2012	2023
Número de espaços públicos de lazer	0,30	0,26	-0,34	-0,37
Número de espaços públicos de lazer com algum atributo para atividade física	0,18	0,21	-0,24	-0,33
Número de espaços públicos de lazer com algum atributo para atividade física com qualidade boa	0,22	0,17	-0,21	-0,28

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

**Quadro Suplementar 1 – Descrição da categoria Garantia de direitos e Gestão Municipal, unidades de análise e unidades de contexto de acordo com o Plano Diretor Municipal de Pelotas (RS).**

Categoria 1: Garantia de direitos e Gestão Municipal	
Unidade de Análise	Unidade de Contexto
(a) Desenvolvimento Sustentável	<p>PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</p> <p>LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios:</p> <p>III - Desenvolvimento sustentável da cidade para as presentes e futuras gerações, utilizando adequadamente as potencialidades naturais, culturais, sociais e econômicas da região e do Município reconhecendo a multidimensionalidade deste processo.</p>
	<p>PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</p> <p>LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios:</p> <p>§ 1º Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender às seguintes exigências:</p> <p>II - Uso compatível com as condições de preservação da qualidade do ambiente natural e cultural.</p>
	<p>PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</p> <p>LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 7º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais:</p> <p>X - Preservar o meio ambiente, como forma universal de garantir a qualidade de vida, protegendo os ecossistemas e as paisagens naturais, como instrumentos de identidade e cidadania.</p>
	<p>PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</p> <p>LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 7º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais:</p> <p>XII - Proteger os recursos naturais, buscando o controle e redução dos níveis de poluição e de degradação, em quaisquer de suas formas, criando mecanismos que visem definir metas e modo de recuperar o meio ambiente e a paisagem urbana degradada.</p>
	LIVRO II - DO SISTEMA DE IDÉIAS E MODELO URBANO

	<p>Art. 15º - O Plano Diretor de Pelotas se baseia no Sistema de Ideias que identifica potencialidades para o desenvolvimento adequado e sustentável da cidade, propondo um modelo urbano através dos seguintes conceitos: VII - MATRIZ VERDE E AZUL URBANA - CIDADE QUE CONTEMPLA O CANAL: Redefinição dos limites de urbanização, através da criação de parques naturais inseridos no contexto da cidade, com objetivos simultâneos de proteger o ambiente natural e garantir o uso adequado pela população.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO III DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO DISTRITAIS</p> <p>Art. 38 - Agenda 21 Local de Pelotas é o conjunto de diretrizes que asseguram o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, na inclusão social e na proteção do ambiente próprio ou compartilhado com seus vizinhos imediatos ou remotos. É também um instrumento educativo que garante o debate socioambiental de todas as questões atinentes ao planejamento da cidade, atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer o futuro. § 1º O processo da Agenda 21 Local deverá ser conduzido pelo Fórum da Agenda 21, com participação de todos os setores da sociedade, tais como sociedade civil, setor empresarial e poder público.</p>
<b>(b) Direito à cidade</b>	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios: VII - Garantia do direito à cidade, entendido como direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra.estrutura, ao transporte e aos serviços.</p>
	<p style="text-align: center;">LIVRO II - DO SISTEMA DE IDÉIAS E MODELO URBANO</p> <p>Art. 15º - O Plano Diretor de Pelotas se baseia no Sistema de Ideias que identifica potencialidades para o desenvolvimento adequado e sustentável da cidade, propondo um modelo urbano através dos seguintes conceitos: VIII - OTIMIZAÇÃO DO SOLO URBANO: Ocupação diferenciada dos vazios urbanos, garantindo o direito à cidade por meio do aumento controlado da densidade média e da otimização do uso do solo e da infraestrutura urbana disponível.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção I - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural</p> <p>Art. 53º - Nas Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural - AEIAN é permitido o uso e ocupação para moradia, atividades de lazer, esportes, cultura, turismo, pesquisa científica, educação, hospedagem, agropecuária, e nas hipóteses de utilidade pública e interesse social previstas em lei.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção I - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural</p> <p>Art. 54º - Nas Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural - AEIANs são permitidos os usos para moradia, atividades de lazer, esportes, cultura, turismo, pesquisa, educação, hospedagem, agropecuária e hipóteses de utilidade pública e interesse social previstas em lei.</p>
<b>(c) Gestão Democrática</b>	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios: IV - Gestão democrática e participativa na execução das políticas territoriais.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESS Seção II - Das áreas Especiais de Interesse Social</p> <p>Art. 88º - As Áreas Especiais de Interesse Social atenderão às seguintes diretrizes: I - Adequar a propriedade do solo à sua função social;</p>
	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios: § 2º Considera-se sustentável o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando a garantir qualidade de vida para a população.</p>
	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p>

	<p>Art. 7º A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais:  II - Promover a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana.</p>
<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES  LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 7º A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais:  IX - Planejar e implantar a distribuição espacial adequada dos equipamentos sociais.</p>	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES  LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6º - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios:  § 1º Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender às seguintes exigências:  I - Uso adequado à disponibilidade da infraestrutura urbana e de equipamentos e serviços, atendendo aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial determinado em lei.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III - DAS INFRAÇÕES DE ATIVIDADES</p> <p>Art.315 - Os Planos Setoriais e projetos especiais indicados no Plano Diretor deverão ser implantados no prazo de dois anos, devendo ser observadas as disposições pertinentes à gestão democrática da cidade.</p>	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES  LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6 - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios:  I - Função social da cidade.</p>
<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES  LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 7º A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais:  VI - Coibir o uso e ocupação indevida das áreas públicas.</p>	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES  LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6 - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios:  II - Função social da propriedade.</p>
<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES  LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 6 - A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelos seguintes princípios:  § 3º A gestão democrática na execução das políticas territoriais dar-se-á, também, pela cooperação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada para a efetivação das políticas urbanas, nos termos do sistema de planejamento do espaço municipal, constante na presente Lei;</p>	<p style="text-align: center;">PARTE II - SISTEMA DE GESTÃO:</p> <p>Art. 25 - Parceria entre setores público e privado, por meio de incentivos fiscais, tributários e administrativos, para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo critérios técnicos de uso e preservação das áreas, estabelecidos pelo poder público.</p>
<p style="text-align: center;">TÍTULO III  DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO DISTRITAIS  PARTE III - DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL</p> <p>Art. 42- O Sistema de Planejamento do Espaço Municipal tem como princípio fundamental a participação coletiva, visando a democratização das decisões da ação municipal, mediante trabalho compartilhado entre poder público municipal e a população, bem como assegurar um processo de construção e implementação coletiva do Plano Diretor.</p>	<p style="text-align: center;">LIVRO II - PARTICIPAÇÃO AMPLIADA</p> <p>At. 27 - Para efetivar a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, incluindo equipe técnica contínua e permanente na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, estão previstos os fóruns temáticos e os fóruns locais urbanos e distritais.</p>

	<p>Serão ouvidos a Comissão Técnica do Plano Diretor, o Conselho do Plano Diretor, os Conselhos Distritais, bem como os demais conselhos temáticos, tais como Habitação, Proteção Ambiental, podendo serem criadas as Unidades de Planejamento Distritais e valorizados os NEAS - Núcleos de Educação Ambiental criados a partir da Agenda 21 Local, particularmente por ocasião da elaboração do Plano de Ocupação Territorial e dos Planos Distritais.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO I DA COMISSÃO TÉCNICA DO PLANO DIRETOR</p> <p>Art. 29 - São atribuições da Comissão Técnica do Plano Diretor: II - Propor revisões do Plano Diretor, para sua constante adequação à evolução da realidade.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO I DA COMISSÃO TÉCNICA DO PLANO DIRETOR</p> <p>Art. 29 - São atribuições da Comissão Técnica do Plano Diretor: III - Fazer o detalhamento urbanístico do Plano Diretor, para complementá-lo e adequá-lo às necessidades do desenvolvimento urbano.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA</p> <p>Art. 249 - O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo a análise das seguintes questões: V - Considerações contemplando os efeitos positivos e negativos do empreendimento, incluindo, no mínimo: b) Os equipamentos urbanos e comunitários.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA</p> <p>Art. 249 - O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo a análise das seguintes questões: IV - Análise da demanda dos equipamentos urbanos e comunitários, públicos e privados, no setor social, da educação e saúde.</p>
	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 7º A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais: XIV - Estimular o adensamento populacional da cidade em áreas denominadas de vazios urbanos e prédios ociosos, dotados de infraestrutura e condições favoráveis, visando a diminuição do impacto ambiental que a urbanização de áreas desfavoráveis causa, estimulando a distribuição espacial da população e atividades econômicas em áreas dotadas de serviços, infraestrutura e equipamentos, de forma a otimizar o aproveitamento da capacidade instalada, reduzindo os custos e deslocamentos.</p>
	<p style="text-align: center;">LIVRO II - DO SISTEMA DE IDÉIAS E MODELO URBANO</p> <p>IX - CIDADE MULTIPOLAR: Atividades direcionais descentralizadas, com reforço da identidade dos Bairros, distribuindo oportunidades de urbanidade e trabalho, criando novas centralidades adequadamente distribuídas, com a valorização da memória e presença histórica que a cidade dispõe.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO III - REGIME DE ATIVIDADES</p> <p>Art. 237 - O controle do uso do solo no território municipal deve evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos sobre o ambiente, desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população, permitindo que a legislação acompanhe, dentro de suas possibilidades, o processo de transformação contínua vivida pela cidade, valorizando a multacentralidade e a diversidade de usos.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 188 - Incumbe ao proprietário a implantação de infraestrutura do parcelamento, nas seguintes condições: II - Obras Complementares - são aquelas constantes do projeto executivo aprovado na Prefeitura Municipal e demais organismos afins, expressas em cronograma próprio, a serem executadas em Módulos Autônomos, compostas no mínimo dos seguintes itens: h) Arborização e ajardinamento das vias públicas e das áreas verdes.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 188 - Incumbe ao proprietário a implantação de infraestrutura do parcelamento, nas seguintes condições: II - Obras Complementares - são aquelas constantes do projeto executivo aprovado na Prefeitura Municipal e demais organismos afins, expressas em cronograma próprio, a serem executadas em Módulos Autônomos, compostas no mínimo dos seguintes itens:</p>

**(d) Iniciativa Privada**

	i) Pavimentação dos passeios das áreas verdes e institucionais, assim como equipamento para práticas desportivas, brinquedos infantis, ajardinamento, bancos, rede de iluminação e lixeiras de pedestres, observando critérios definidos pelo poder público.
	TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO
	Art. 188 - Incumbe ao proprietário a implantação de infraestrutura do parcelamento, nas seguintes condições: II - Obras Complementares - são aquelas constantes do projeto executivo aprovado na Prefeitura Municipal e demais organismos afins, expressas em cronograma próprio, a serem executadas em Módulos Autônomos, compostas no mínimo dos seguintes itens: j) Implantação de pavimento e equipamento desportivo adequado, composto de no mínimo, uma quadra poliesportiva para no mínimo 3 (três) modalidades de esporte.
	LIVRO I – PROGRAMAS
	Art. 21 - Os Programas são a união dos planos e projetos, com as ações necessárias à sua materialização, incluindo estratégias que busquem ações coordenadas entre os atores públicos e privados.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

### **Quadro Suplementar 2 – Descrição da categoria Perspectivas de Distribuição, Adequação e Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer, unidades de análise e unidades de contexto de acordo com o Plano Diretor Municipal de Pelotas (RS).**

<b>Categoria 2: Perspectivas de Distribuição, Adequação e Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer</b>	
<b>Unidade de Análise</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
<b>(a) Acessibilidade Universal</b>	PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL Art. 7º A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais: VIII - Promover a qualificação do sistema viário dando prioridade ao pedestre, ao ciclista e ao transporte coletivo.
	CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO Seção I - Do Sistema Viário Das áreas Especiais Art. 111 - O sistema viário básico do Parcelamento de Solo em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS deverá considerar os seguintes atributos, além das demais disposições da presente Lei, no que couber: II - Acesso às edificações.
	CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO Seção I - Do Sistema Viário Das áreas Especiais Art. 111 - O sistema viário básico do Parcelamento de Solo em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS deverá considerar os seguintes atributos, além das demais disposições da presente Lei, no que couber: IV - Atividades comerciais, de lazer e convívio social.
	CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO Seção I - Do Sistema Viário Das áreas Especiais Art. 111 - O sistema viário básico do Parcelamento de Solo em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS deverá considerar os seguintes atributos, além das demais disposições da presente Lei, no que couber: V - Implantação de redes públicas de infraestrutura.
	CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO Seção I - Do Sistema Viário Das áreas Especiais Art. 111 - O sistema viário básico do Parcelamento de Solo em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS deverá considerar os seguintes atributos, além das demais disposições da presente Lei, no que couber: VI - Implantação de equipamentos diversos.
	CAPÍTULO VI - ÁREAS INDUSTRIAIS TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO Art. 176 - A concepção dos projetos de parcelamentos de solo urbano, em todas suas classificações, privados e públicos, devem atender aos princípios do desenho universal, os quais tratam da acessibilidade universal, e demais legislações e normas pertinentes, bem como as disposições da presente Lei, no que couber.

	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO</p> <p>Art. 102 - Constituem diretrizes amplas da mobilidade urbana e sistema viário: VI - Melhorar a acessibilidade da população aos locais de emprego, de serviços e de equipamentos de lazer;</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO</p> <p>Art. 102 - Constituem diretrizes amplas da mobilidade urbana e sistema viário: XXIII - Garantir a implantação, a qualificação e a manutenção das calçadas, prioritariamente, daquelas que acessam equipamentos públicos e comunitários.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II - DA MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO</p> <p>Art. 102 - Constituem diretrizes amplas da mobilidade urbana e sistema viário: XX - Revitalizar e construir passeios para qualificar a circulação de pedestres, assegurando a acessibilidade universal, em especial na Mesorregião CE 3, conforme mapa U-06 anexo à presente lei.</p>
<b>(b) Ampliação e Implementação</b>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção I - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural</p> <p>Art. 52 - Constituem objetivos da proteção ao ambiente natural: IV - Ampliar o sistema de áreas verdes do município e incentivar a adoção de áreas verdes e arborização municipal, garantindo o tratamento adequado da vegetação, configurando-a como elemento integrador na composição da paisagem urbana.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 187- Em todo o parcelamento de gleba em lotes com vias públicas se fará reserva da área destinada a sistema de circulação, implantação de equipamento comunitário e urbano, bem como espaços livres de uso público, com um mínimo de: I - 5% (cinco por cento) de área a parcelar, para espaços de uso público com finalidade de lazer ativo, com colocação de equipamentos que permitam a atividade física, tais como, exemplificadamente, mobiliário de playground, academia, quadra poliesportiva, pista de caminhada etc.; (Redação dada pela Lei nº 6636/2018).</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 187- Em todo o parcelamento de gleba em lotes com vias públicas se fará reserva da área destinada a sistema de circulação, implantação de equipamento comunitário e urbano, bem como espaços livres de uso público, com um mínimo de: II - 5% (cinco por cento) de área a parcelar, para espaços de uso público com finalidade de implantação de área verde arborizada para lazer passivo; (Redação dada pela Lei nº 6636/2018).</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 187- Em todo o parcelamento de gleba em lotes com vias públicas se fará reserva da área destinada a sistema de circulação, implantação de equipamento comunitário e urbano, bem como espaços livres de uso público, com um mínimo de: III - 5% (cinco por cento) de área a parcelar, para espaços de uso público, representado por arborização de passeios, considerando a largura útil mínima não impermeabilizada de 1,00m (um metro), por toda a extensão dos passeios do parcelamento, com plantio dos espécimes seguindo as instruções de plantio, porte, espécie e distanciamento determinadas pelo Plano Diretor de Arborização Urbana de Pelotas, em quantidade e distribuição nunca inferiores às de testadas de lotes. Quando houver a impossibilidade de se atingir os 5% citados acima, deverá o remanescente ser incluído nos 5% de área verde de lazer passivo; (Redação dada pela Lei nº 6636/2018).</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 187- Em todo o parcelamento de gleba em lotes com vias públicas se fará reserva da área destinada a sistema de circulação, implantação de equipamento comunitário e urbano, bem como espaços livres de uso público, com um mínimo de: § 2º O Município destinará as áreas de uso institucional exclusivamente para a instalação de edifícios públicos e de equipamentos com finalidades educativas, culturais, sanitárias, administrativas ou de lazer.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 187- Em todo o parcelamento de gleba em lotes com vias públicas se fará reserva da área destinada a sistema de circulação, implantação de equipamento comunitário e urbano, bem como espaços livres de uso público, com um mínimo de: § 5º As áreas verdes de lazer ativo deverão permitir a inscrição de um círculo com no mínimo 8m (oito metros) de diâmetro, admitindo-se valores inferiores desde que analisadas e autorizadas pela CTPD. (Redação acrescida pela Lei nº 6636/2018).</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção I - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural</p> <p>Art. 52 - Constituem objetivos da proteção ao ambiente natural:</p>

	<p>V - Criar meios de estímulo para incorporar as áreas verdes ocupadas por particulares ao sistema de adoção e manutenção e recuperação de áreas verdes do município, vinculando-as às ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 73 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - Parque Linear Avenida Domingos de Almeida, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir: IV - FEIC - Obelisco Republicano - c) Diretrizes: Preservação da área sem a presença de edificações e implantação de praça ao redor do monumento.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO IV - INSTRUMENTOS DA LEI FEDERAL ESTATUTO DA CIDADE</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS OPERAÇÕES CONSORCIADAS</p> <p>Art. 270 - São finalidades das operações urbanas consorciadas: I - Implantação de equipamentos urbanos relevantes para a realização da função social da cidade;</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO IV - INSTRUMENTOS DA LEI FEDERAL ESTATUTO DA CIDADE</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS OPERAÇÕES CONSORCIADAS</p> <p>Art. 270 - São finalidades das operações urbanas consorciadas: V - Implantação de espaços públicos.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO IV - INSTRUMENTOS DA LEI FEDERAL ESTATUTO DA CIDADE</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS OPERAÇÕES CONSORCIADAS</p> <p>Art. 270 - São finalidades das operações urbanas consorciadas: VII - Melhorar e ampliar infraestrutura.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção II - Das áreas Especiais de Interesse Social</p> <p>Art. 88 - As Áreas Especiais de Interesse Social atenderão às seguintes diretrizes: V - Prover a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 73 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - Parque Linear Avenida Domingos de Almeida, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir: V - FEIC - Cacimba da Nação - c) Diretrizes: preservação e identificação turística e histórica da cacimba propriamente dita, com retirada da floreira e implantação de praça no atual canteiro central.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 174 - O Município poderá: III - Exigir áreas verdes e de uso institucional em percentuais superiores ao estabelecido no art. 187 desta lei, para preservação das florestas e outras formas de vegetação, nas Áreas Especiais de Interesse Ambiental e Cultural.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 224 - Os parcelamentos de solo em AEIS deverão atender aos seguintes requisitos mínimos, além das disposições da presente Lei, no que couber: I - Os parcelamentos de solo em AEIS deverão estar servidos, no mínimo, pela seguinte infraestrutura: f) Arborização: todas as vias públicas, praças e áreas de uso comunitário deverão ser arborizadas, nos termos da legislação municipal vigente.</p>
	<p style="text-align: center;">TÍTULO II - DO PARCELAMENTO DO SOLO</p> <p>Art. 231 - As reservas para áreas verdes e áreas de uso comunitário e institucional deverão obedecer aos percentuais e proporções mínimas estabelecidas pelo art. 187 para o local de implantação do parcelamento. Parágrafo único. As áreas verdes deverão ser entregues implantadas, equipadas e arborizadas, evitando assim a ocupação indevida.</p>
	<p style="text-align: center;">PARTE I - OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</p> <p style="text-align: center;">LIVRO I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL</p> <p>Art. 7º A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município deve se pautar pelas seguintes diretrizes gerais: XVII - Criar Programas e Projetos Especiais que venham incentivar a adoção de áreas verdes públicas e a arborização municipal, construindo mecanismos de estímulo para que as áreas verdes particulares também sejam integradas ao sistema de Adoção, Manutenção e Recuperação de Áreas Verdes do Município.</p>
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII - DIREITO DE PREEMPÇÃO</p>

	<p>Art. 284 - O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos artigos 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade.</p> <p>Parágrafo único. O Direito de Preferência será exercido para realização de, pelo menos, uma das seguintes finalidades:</p> <p>IV - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.</p>
<b>(c) Preservação</b>	<p>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p>Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p>Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 65 - São características essenciais que determinam a necessidade de proteção especial do Poder Público Municipal, mediante a delimitação das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural - AEIAC:</p> <p>IV - Paisagísticas - quando apresentam paisagem peculiar, caracterizada por espaços abertos com potencial de sociabilidade, através de atividades de lazer ativo e passivo.</p>
	<p>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p>Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p>Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 65 - São características essenciais que determinam a necessidade de proteção especial do Poder Público Municipal, mediante a delimitação das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural - AEIAC:</p> <p>V - Práticas sociais - quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade.</p>
	<p>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p>Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p>Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 71 - A Área Especial de Interesse Cultural - AEIAC-ZPPC, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir: II - FEIC - Praça Coronel Pedro Osório: ) Diretrizes: preservação das características urbanas existentes com geração de condições de conforto e permanência para as pessoas e priorização da área para ciclistas e pedestres. Estímulo ao uso mais frequente por parte da população, incentivando as práticas sociais na área.</p>
	<p>CAPÍTULO VIII - DIREITO DE PREEMPÇÃO</p> <p>Art. 284 - O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos artigos 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade.</p> <p>Parágrafo único. O Direito de Preferência será exercido para realização de, pelo menos, uma das seguintes finalidades:</p> <p>VII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.</p>
	<p>TÍTULO IV - INSTRUMENTOS DA LEI FEDERAL ESTATUTO DA CIDADE</p> <p>CAPÍTULO I - DAS OPERAÇÕES CONSORCIADAS</p> <p>Art. 270 - São finalidades das operações urbanas consorciadas:</p> <p>VI - Preservação, valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico.</p>
<b>(d) Qualificação</b>	<p>TÍTULO IV - INSTRUMENTOS DA LEI FEDERAL ESTATUTO DA CIDADE</p> <p>CAPÍTULO I - DAS OPERAÇÕES CONSORCIADAS</p> <p>Art. 270 - São finalidades das operações urbanas consorciadas:</p> <p>II - Revitalização e otimização de áreas degradadas ou consideradas subutilizadas.</p>
	<p>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p>Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p>Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural:</p> <p>III - AEIAC - Parque Linear Avenida Domingos de Almeida, compreende a delimitação e características descritas a seguir: c) Diretrizes: qualificação do canteiro central, através de projeto paisagístico incluindo mobiliário urbano, vegetação, sinalização indicativa e turística, ciclovia, pista de caminhadas, assim como espaços de estar e lazer, promovendo a integração da avenida com seus respectivos focos de interesse.</p>
	<p>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p>Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p>Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural:</p> <p>IV - AEIAC - Parque Linear Arroio Pepino, compreende a delimitação e características descritas a seguir: c) Diretrizes: qualificação urbana da via, do canal e de suas margens, com implantação de ciclovia e de mobiliário urbano.</p>

	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</b> Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural: V - AEIAC - Parque Linear Avenidas Dom Joaquim e República do Líbano, compreende a delimitação e características descritas a seguir: c) Diretrizes: qualificação da área através de projeto paisagístico incluindo mobiliário urbano, equipamentos de ginástica, ciclovia, vegetação, assim como espaços de estar e lazer, com a manutenção das características atuais gerando condições de conforto e permanência para as pessoas. Qualificação da praça, prevista na esquina da Rua Guilherme Wetzel e Avenida Dom Joaquim e implantação de percurso de caminhada na Avenida República do Líbano.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</b> Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural: VI - AEIAC - Parque Linear Bairro Fragata, compreende a delimitação e características descritas a seguir: c) Diretrizes: qualificação da área através de projeto paisagístico incluindo mobiliário urbano, equipamentos de ginástica, ciclovia, vegetação, assim como, espaços de estar e lazer e integração com seus respectivos focos de interesse; gerando condições de conforto e permanência para as pessoas.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</b> Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural: IX - AEIAC - Cohab Fragata, compreende a delimitação e características descritas a seguir: b) Caracterização: Área de uso residencial projetada aproximadamente na década de setenta e que mantém sua configuração original. Algumas residências sofreram alterações, porém, mantendo as características fundamentais que dão identidade à área. Caracteriza-se por um traçado viário ortogonal com implantação de residências térreas com recuo frontal, as quais compõem um conjunto de unidades semelhantes, com o uso residencial preservado sem conflitos com o entorno. Presença de muitos espaços abertos, previstos como praças, com potencial para implantação de equipamentos e mobiliário urbano. c) Diretrizes: qualificação dos espaços abertos da área, através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamento urbano, vegetação, assim como, espaços de estar e lazer, com manutenção do traçado viário e preservação das tipologias construtivas existentes e incentivo ao uso predominantemente residencial;</p>
	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</b> Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural: X - AEIAC - Cohab Tablada, compreende a delimitação e características descritas a seguir: b) Caracterização: Área de uso residencial projetada na década de setenta e que mantém sua configuração original. Algumas residências sofreram alterações, porém, mantendo as características fundamentais que dão identidade à área. Caracteriza-se por um traçado viário ortogonal com implantação de residências térreas com recuo frontal, as quais compõem um conjunto de unidades semelhantes, com o uso residencial preservado sem conflitos com o entorno. Presença de espaços abertos, previstos como praças, com potencial para implantação de equipamentos e mobiliários urbanos. c) Diretrizes: qualificação dos espaços abertos da área, através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, vegetação, assim como, espaços de estar e lazer, com manutenção do traçado viário e preservação das tipologias construtivas existentes e incentivo ao uso predominantemente residencial.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</b> Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural: VIII - AEIAC - Hipódromo, compreende a delimitação e características descritas a seguir: b) Caracterização: Configura-se como importante área aberta, de grandes dimensões, inserida no meio urbano com potencial para qualificação do espaço e manutenção das atividades de esporte e lazer ao ar livre. Presença de elemento arquitetônico referencial para a comunidade, com caráter histórico-cultural. c) Diretrizes: manutenção da área como espaço aberto, preservando as edificações com suas características arquitetônicas existentes. Proibição de parcelamento do solo e possibilidade de aplicação do instrumento do estatuto da cidade "direito de preempção".</p>
	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</b> Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 70 - São Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural:</p>

	<p>VII - AEIAC do Entorno da Estação Rodoviária, compreende a delimitação e características descritas a seguir: c) Diretrizes: qualificação da área, através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer com a preservação das características ambientais e controle das ocupações fundiárias e da implantação de atividades.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 71 - A Área Especial de Interesse Cultural - AEIAC-ZPPC, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p> <p>IV - FEIC - Praça Cipriano de Barcellos: c) Diretrizes: qualificação da área através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamentos urbanos, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer; gerando condições de conforto e permanência para as pessoas. Resgate da característica de espaço aberto com presença de águas e integração da área terraplanada do antigo leito à Praça Dr. Cypriano Barcelos e desta à Av. Saldanha Marinho.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 71 - A Área Especial de Interesse Cultural - AEIAC-ZPPC, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p> <p>VI - FEIC - Praça Piratinino de Almeida; c) Diretrizes: qualificação da área através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamentos urbanos, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer; gerando condições de conforto e permanência para as pessoas.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 71 - A Área Especial de Interesse Cultural - AEIAC-ZPPC, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p> <p>VII - FEIC Catedral São Francisco de Paula; c) Diretrizes: qualificação da área através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamentos urbanos, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer; gerando condições de conforto e permanência para as pessoas e priorização da área para ciclistas e pedestres.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 71 - A Área Especial de Interesse Cultural - AEIAC-ZPPC, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p> <p>VIII - FEIC Avenida Bento Gonçalves e Parque Dom Antônio Zattera; c) Diretrizes: qualificação urbana do Parque e do canteiro central da avenida através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamentos urbanos, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer, gerando condições de conforto e permanência para as pessoas. Ordenamento e padronização das atividades ambulantes existentes no Parque e no canteiro central e da utilização dos passeios públicos.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 73 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - Parque Linear Avenida Domingos de Almeida, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p> <p>I - FEIC - Parque da Baronesa: c) Diretrizes: qualificação do Parque e dos espaços públicos além de seus limites, através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário e equipamento urbano, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer, gerando condições de conforto e permanência para as pessoas. Regularização da área e recuperação dos muros de fechamento do Parque.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 73 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - Parque Linear Avenida Domingos de Almeida, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p>	

	<p>III - FEIC - Cohab Areal - c) Diretrizes: qualificação dos espaços abertos da área, através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamento urbano, vegetação, assim como, espaços de estar e lazer, com manutenção do traçado viário e preservação das tipologias construtivas existentes, e incentivo ao uso predominantemente residencial. Recuperação da área institucional do loteamento (Rua Paul Harris, esquina Avenida Ferreira Vianna) e qualificação da Praça (quarteirão formado pelas Ruas Antônio J. Dias, Paul Harris, Avenida Ferreira Vianna e Avenida República).</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 74 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - Parque Linear Bairro Fragata, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:</p> <p>II - FEIC - Faculdade de Medicina e Quartel do 9º BIM: c) Diretrizes: qualificação dos espaços abertos, através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer, com ordenamento dos estacionamentos internos e do entorno da área.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III - PROJETOS ESPECIAIS</p> <p>Art. 119 - São Projetos Especiais que complementam o Sistema Temático do Modelo Espacial os seguintes: III - Qualificação da Orla do Laranjal.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 76 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - ZPPC, compreende os seguintes Eixos de Ligação:</p> <p>VI - Eixo Avenida Saldanha Marinho: entre o Largo de Portugal e Praça Cipriano Barcellos. b) Diretrizes: qualificação urbana da avenida através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário urbano, vegetação e sinalização indicativa e turística, assim como espaços de estar e lazer, que integrem a avenida ao Largo de Portugal e Área da Estação e incentivo à reciclagem de usos das edificações ociosas.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III - REGIME URBANÍSTICO DAS ÁREAS ESPECIAIS</p> <p style="text-align: center;">Seção I - áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Ambiente Cultural</p> <p>Art. 159 - As edificações realizadas na AEIAC Cohab Fragata deverão obedecer ao seguinte regramento: V - Qualificação dos espaços abertos - praças e avenidas - através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, equipamento urbano, vegetação, assim como, espaços de estar e lazer.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 76 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - ZPPC, compreende os seguintes Eixos de Ligação:</p> <p>VII - Eixo Rua Barão de Santa Tecla: entre Praça Cipriano Barcellos e Avenida Bento Gonçalves. a) Caracterização: apresenta potencial para requalificação da via fortalecendo seu caráter de uso pelo pedestre e pelo ciclista, representa um importante eixo viário de estruturação e potencialização da área interligando dois focos de interesse: Praça Piratinino de Almeida e Avenida Bento Gonçalves. b) Diretrizes: incentivo à manutenção e qualificação das características, já existentes na via.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Das áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Das áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural</p> <p>Art. 76 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - ZPPC, compreende os seguintes Eixos de Ligação:</p> <p>II - Eixo Rua Padre Anchieta: entre Praça José Bonifácio e Praça Cel. Pedro Osório. b) Diretriz: manutenção e incremento dos visuais da praça e da catedral.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO II - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA</p> <p>Art. 249 - O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo a análise das seguintes questões:</p> <p style="text-align: center;">XVI - Manutenção de áreas verdes.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III - REGIME URBANÍSTICO DAS ÁREAS ESPECIAIS</p> <p style="text-align: center;">Seção I - áreas Especiais de Interesse Ambiental</p> <p style="text-align: center;">Subseção II - Ambiente Cultural</p> <p>Art. 160 - As edificações realizadas na AEIAC Cohab Tablada deverão obedecer ao seguinte regramento:</p>	

	III - Qualificação dos espaços abertos - praças e avenidas - através de projeto paisagístico, incluindo mobiliário, vegetação, assim como, espaços de estar e lazer.
--	--

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

#### **4 COMUNICADO DE IMPRESSA**

*(Dissertação de mestrado Matheus de Lima Weege)*

## **ESTUDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS AVALIOU OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER AO LONGO DE UMA DÉCADA E OS DIRECIONAMENTOS DAS DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO URBANO**

*Matheus de Lima Weege é professor de Educação Física e, através de seu estudo de Mestrado, avaliou os espaços públicos de lazer do perímetro urbano de Pelotas e o direcionamento do Plano Diretor Municipal a esses espaços.*

Na tentativa de contribuir para melhorias das políticas públicas voltadas aos espaços públicos de lazer na cidade de Pelotas, o estudo do mestrando Matheus de Lima Weege avaliou mudanças da distribuição, qualidade e adequação desses espaços no período de uma década. Além, também, de verificar o direcionamento do Plano Diretor Municipal em relação aos espaços públicos de lazer. A pesquisa foi conduzida no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas e orientada pelos professores Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva e Dr. Werner de Andrade Müller.

Uma primeira avaliação dos espaços públicos de lazer ocorreu em 2012, fruto da pesquisa de Mestrado do orientador principal e, 11 anos depois, foi reproduzida a fim de verificar as mudanças ao longo do decênio. Um processo de auditoria nos parques, praças e canteiros passíveis de utilização pela população avaliou a quantidade e a qualidade de estruturas para a prática de atividade física e conforto do usuário, além de condições de estética, limpeza e segurança, em ambos os períodos. Além disso, a distribuição dos espaços públicos de lazer foi correlacionada com informações da média de renda domiciliar e densidade populacional dos setores censitários do município. Por fim, a partir do emprego de outra técnica de pesquisa,

de caráter qualitativa, foi realizada uma análise documental no Plano Diretor Municipal em relação ao direcionamento das diretrizes sobre os espaços públicos de lazer.

O estudo verificou um aumento no número de espaços públicos de lazer entre os anos de 2012 e 2023, correspondendo a 75,4% em praças e parques. Foram identificados oito espaços públicos que se caracterizaram como parques, considerando suas dimensões, na primeira avaliação, e 14 na segunda. O número de espaços com dimensões de praças aumentou de 110 para 193. A presença de estruturas de conforto para usuário, como bancos, iluminação e lixeiras, também aumentou. No entanto, na avaliação qualitativa, a presença dessas estruturas com qualidade avaliada como boa foi pouco mais de um terço.

Em parques e praças foi observada uma diminuição da inexistência de mato ou grama alta nesse período (72,0% para 38,4%), bem como um aumento de quantidade de lixo espalhado (60,7% para 64,1%). Nos canteiros, também foi evidenciado uma diminuição da inexistência de mato ou grama alta, correspondendo a 96,9% em 2012 e 37,5% em 2023. Assim como nos parques e praças, a quantidade de lixo espalhado nos canteiros aumentou de 38,6% para 61,7% no período.

Em termos de estruturas para atividade física, espaços para a prática de futebol e parquinhos foram as instalações mais comuns em ambos períodos. Nos canteiros, pistas/trilhas destinadas ao uso da bicicleta obtiveram o maior aumento. Entretanto, apesar do aumento em números, as estruturas para a prática de atividade física apresentaram uma diminuição do percentual de instalações com qualidade considerada boa, de 41,8% em 2012 para 19,7% em 2023.

Em uma análise da distribuição espacial dos espaços públicos com estruturas de lazer, o estudo constatou a persistência de desigualdades no período avaliado. Um

maior número de espaços públicos de lazer foi observado em regiões de maior média de renda domiciliar e, ao mesmo tempo, em regiões de menor densidade populacional, considerando as informações dos setores censitários do município.

Além disso, o estudo constatou que o Plano Diretor Municipal permeia os espaços públicos de lazer em direcionamentos macro do desenvolvimento urbano, incluindo aspectos como desenvolvimento sustentável, direito à cidade, gestão democrática e iniciativa privada. Também, ele contempla posicionamentos sobre a distribuição, adequação e qualidade dos espaços públicos de lazer, envolvendo menções à acessibilidade universal, ampliação e implementação, preservação e qualificação dos espaços públicos de lazer. No entanto, a qualidade, adequação e distribuição dos espaços públicos de lazer parece não estar em consonância com os direcionamentos do documento analisado.

Os resultados da pesquisa ajudam a compreender as mudanças ocorridas nos espaços públicos de lazer na última década, assim como o direcionamento das políticas públicas de planejamento urbano em relação a esses espaços. Apesar do aumento no número de espaços abertos destinados ao lazer, é evidente a necessidade de melhora em termos de qualidade e distribuição desses espaços na cidade, visando, entre outras questões, a ampliação e democratização do acesso ao lazer, e por consequência, oportunizando espaços destinados às práticas corporais e atividades físicas à população. Por fim, destaca-se que a perspectiva de mudança para melhoria dos espaços públicos de lazer exige um maior engajamento dos gestores públicos, não esquecendo, também, a participação dos diferentes setores da sociedade.

**ANEXOS**



## ANEXO 2

### **Avaliação de Estruturas para Atividade Física**

Versão 1.2 (adaptada)

### **Protocolo de utilização e definições operacionais**



**Outubro de 2023**

**Versão adaptada a partir da elaboração de:**  
Adriano Akira Ferreira Hino; Rodrigo Siqueira Reis  
Grupo de Pesquisa em Atividade Física e Qualidade de Vida

## **Objetivo**

O presente instrumento foi desenvolvido tendo como base o *Physical Activity Resource Assessment (PARA)*

<sup>1</sup> e possui como objetivo avaliar a disponibilidade e a qualidade de equipamentos para a prática de atividade física em espaços públicos. O instrumento também permite avaliar atributos presentes nesses locais como regras de uso, estruturas para conforto dos usuários, condições de limpeza, estética, segurança, acessibilidade e serviços disponíveis. Este instrumento é recomendado para avaliação de uma grande quantidade de locais e que necessite ser realizada de maneira rápida e com poucos recursos, uma vez que é necessário apenas papel e caneta e cada local pode ser avaliado em aproximadamente 10 minutos. Para avaliações mais detalhadas recomenda-se instrumentos mais completos, porém, que demandam mais tempo para aplicação como o BRAT-DO <sup>2</sup>.

## **Procedimentos de segurança**

Verifique as condições de segurança do espaço público antes de adentrar ao local. Se algo parecer perigoso ou suspeito, registre na área específica para observações e não realize a avaliação e dirija-se para o próximo espaço público a ser avaliado. Se durante uma avaliação já iniciada algo parecer perigoso ou suspeito, pare a avaliação, registre no campo específico esta ocorrência e vá para o próximo espaço público a ser avaliado. Nestas situações entre em contato com o supervisor de campo.

## **Delimitação do local de avaliação**

O espaço público de avaliação deve ser delimitado de acordo com as seguintes situações:

1. Nos locais em que existem cercas ou muros ao redor estes passam a ser utilizados como limite.
2. Nos locais em que tais estruturas não existem, mas existem calçadas ao redor, estas passam a ser consideradas como limite.
3. Quando cercas, muros ou calçadas não estão presentes as ruas adjacentes devem ser utilizadas como limite para a avaliação.

## **Avaliação**

Para a avaliação, percorra todo o local e visite todos os espaços. Ao terminar, certifique-

se que não se esqueceu de visitar nenhum local.

### **Preenchendo o cabeçalho**

Antes de iniciar a avaliação do local, preencha o cabeçalho. Indique:

**1. Data:** Dia, mês e ano que esta sendo realizada a avaliação (dia/mês/ano).

**2. Avaliador:** Número de identificação do avaliador.

**3. D do local:** Número de identificação do local.

**4a. Horário Inicial:** Horário de inicio da avaliação.

**4b. Horário Final:** Horário final de avaliação. Este item deve ser preenchido somente após o preenchimento do item 15 do formulário.

### **5. Tipo da estrutura**

**(1) Parque/bosque:** Locais que ocupam mais do que uma quadra/quarteirão padrão ( $\approx 120\text{m} \times 120\text{m}$ ).

**(2) Praça/jardim:** Locais que ocupam até uma quadra/quarteirão padrão ( $\approx 120\text{m} \times 120\text{m}$ ).

**(3) Canteiro utilizável:** Canteiros passíveis de uso por parte da população (presença de algum atributo para a população como bancos, pistas de caminhadas (pavimentação ou trilhas), entre outros.

**(4) Canteiro não utilizável:** Canteiros sem atributos para utilização por parte da população (mais estreitos, separadores de pistas etc). Neste caso, registre o ID do local e encerre a avaliação.

### **5b. Ocupa toda quadra/quarteirão?**

**Sim:** a estrutura ocupa toda a extensão de uma quadra ou quarteirão.

**Não:** a estrutura ocupa parte de uma quadra ou quarteirão.

### **6. Horário de funcionamento visível**

**Sim:** Existem placas ou sinalizações indicando o horário de funcionamento.

**Não:** Não existem placas indicando o horário de funcionamento. Neste caso pule para o item 8.

### **7. Horário de abertura e fechamento do espaço público**

Preencha nos espaços qual o horário de abertura e fechamento nos dias de semana e finais

de semana. Se a placa não discriminar dias de semana de finais de semana, marcar o mesmo horário para as duas opções.

### **8. É completamente cercado**

**Sim:** Existem cercas/muros por **todos** os lados do espaço público.

**Não:** O espaço público não é completamente fechado.

### **9. Sinalização de regras visível**

**Sim:** Existem placas ou faixas sinalizando regras de utilização como se é permitido cachorros, bicicletas, skates, etc.

**Não:** Não existem placas ou faixas sinalizando as regras de utilização.

### **10a. Módulo policial (público) no local**

**Sim:** Existe um posto ou módulo policial ativo dentro dos limites\* do espaço público.

**Não:** Não existe posto ou módulo policial. Assinalar este item caso exista um, mas esta desativado.

\* De acordo com as delimitações pré-determinadas.

### **10b. Módulo de segurança privada no local**

**Sim:** Existe um posto ou módulo de segurança privada ativo nos arredores do espaço público.

**Não:** Não existe posto ou módulo de segurança privada. Assinalar este item caso exista um, mas esta desativado.

### **11. Estruturas presentes para atividade física**

Neste item, deverão ser avaliadas as estruturas existentes para a prática de atividades físicas e a qualidade destas. Por definição serão considerados “campos” as áreas com superfície coberta por grama, “canchas” as áreas cobertas por areia, “quadras” as áreas pavimentadas (cimento/asfalto). As pistas (estruturas de asfalto ou cimento) e trilhas (estruturas de areia ou terra) somente serão consideradas se estiverem sinalizadas para este tipo de uso, como por exemplo, com uma placa, faixa, sinalização no chão, etc.

A opção zero (0) deve ser assinalada para a ausência da estrutura. Os espaços em branco dos itens “q” a “x” devem ser utilizados quando existir mais de um dos itens existentes (itens “a” a “p”) ou algum equipamento não incluído na lista (exemplo: existem duas quadras de voleibol ou um campo de punhobol). No caso de inserir uma estrutura que não estava contida na lista, devem ser utilizadas as “Definições Gerais” para a avaliação qualitativa. Abaixo estão as definições operacionais para classificação das condições de uso de estruturas que frequentemente são encontradas em espaços públicos.

Estrutura presente para atividade física	Condições para Uso		
	Ruim (1)	Médio (2)	Bom (3)
Definições gerais	A estrutura está presente, porém, não apresenta condições de uso	A estrutura pode ser utilizada, porém, não está em condições ideais, possui itens faltando e/ou necessita algumas melhorias	A estrutura pode ser utilizada e apresenta todas as suas características em bom estado
a. Campo de futebol (grama)	Há grama apenas em parte do campo (<50%) e/ou o terreno é irregular ou possui entulhos. Não existem traves ou não estão em condições de uso.	Falta grama em alguns locais e/ou terreno apresenta um ou outro desnível ou alguma sujeira. Existem traves que podem ser utilizadas.	Há grama em todo o campo e não existe desnível. As traves estão em plenas condições de uso.
b. Campo de voleibol (grama)	Existe grama em uma pequena parte do campo (<50%) e/ou o terreno é irregular ou possui entulhos. Não existem postes para as redes ou não estão em condições de uso.	Falta grama em alguns locais e/ou terreno apresenta algum desnível ou pouca sujeira. Existem postes para as redes que podem ser utilizados.	Há grama em todo o campo e não existe desnível. Os postes estão em plenas condições de uso.
c. Cancha de futebol (areia)	Existe areia em uma pequena parte da cancha (<50%) e/ou o terreno é irregular ou possui entulhos. Não existem traves ou não estão em condições de uso.	Falta areia em alguns locais e/ou terreno apresenta um ou outro desnível ou alguma sujeira. Existem traves que podem ser utilizadas.	A areia cobre toda a cancha e o terreno não possui nenhum desnível ou sujeiras. As traves estão em plenas condições de uso.
d. Cancha de voleibol (areia)	Existe areia em uma pequena parte da cancha (<50%) e/ou o terreno é irregular ou possui entulhos. Não existem postes para as redes ou não estão em condições de uso.	Falta areia em alguns locais e/ou terreno apresenta algum desnível ou alguma sujeira. Existem postes para as redes que podem ser utilizados.	A areia cobre toda a cancha e o terreno não possui nenhum desnível ou sujeiras. Os postes estão em plenas condições de uso.
e. Quadra de futebol (cimento/asfalto)	Existe cimento/asfalto em apenas uma parte da quadra e/ou a quadra é irregular ou possui buracos. Não existem traves ou não estão em condições de uso.	Existe cimento/asfalto sobre toda a quadra com alguns buracos, rachaduras e/ou desníveis. Existem traves que podem ser utilizadas.	A quadra é toda asfaltada (pavimentada). Não existem desníveis, buracos ou rachaduras. As traves estão em plenas condições de uso.
f. Quadra de voleibol (cimento/asfalto)	Existe cimento/asfalto em apenas uma parte da quadra e/ou a quadra é irregular ou possui buracos. Não existem postes para as redes ou não estão em condições de uso.	Existe cimento/asfalto sobre toda a quadra com alguns buracos, rachaduras e/ou desníveis. Existem postes para as redes que podem ser utilizados.	A quadra toda está devidamente asfaltada ou com cimento. Não existem desníveis, buracos ou rachaduras. Existem postes para as redes que podem ser utilizados.

g. Quadra de basquete (cimento/asfalto)	Existe cimento/asfalto em apenas uma parte da quadra e/ou a quadra é irregular ou possui buracos. Não existem tabelas com aros ou não estão em condições de uso (ex: somente a tabela sem o aro).	Existe cimento/asfalto sobre toda a quadra com alguns buracos, rachaduras e/ou desníveis. Existem tabelas com aros que podem ser utilizadas.	A quadra toda está devidamente asfaltada ou com cimento. Não existem desníveis, buracos ou rachaduras. Existem tabelas com aros que podem ser utilizadas.	
h. Quadra de tênis(cimento/asfalto)	Existe cimento/asfalto em apenas uma parte da quadra e/ou a quadra é irregular ou possui buracos. Não existem postes para as redes ou não estão em condições de uso.	Existe cimento/asfalto sobre toda a quadra com alguns buracos, rachaduras e/ou desníveis. Existem postes para as redes que podem ser utilizadas.	A quadra toda está devidamente asfaltada ou com cimento. Não existem desníveis, buracos ou rachaduras. Existem postes para as redes que podem ser utilizados.	
i. Estação de exercício	A maioria dos equipamentos ( <b>de 30 a 100%</b> )* não está em condições de uso (ex: sujo, quebrado, enferrujado). Existem entulhos ou sujeiras no local.	Boa parte dos equipamentos ( <b>de 31% a 89%</b> )* está em condições de uso (ex: não esta sujo, quebrado, enferrujado). O local está limpo e sem entulhos.	Quase todos ( <b>de 90 a 100%</b> )* os equipamentos estão em condições de uso e o local esta limpo.	
j. Academia ao ar livre	A maioria dos equipamentos ( <b>de 30 a 100%</b> )* não está em condições de uso (ex: sujo, quebrado, enferrujado). Existem entulhos ou sujeiras no local.	Boa parte dos equipamentos ( <b>de 31% a 89%</b> )* está em condições de uso (ex: não esta sujo, quebrado, enferrujado). O local está limpo e sem entulhos.	Quase todos ( <b>de 90 a 100%</b> )* os equipamentos estão em condições de uso e o local esta limpo.	
k1. Parquinho	A maioria dos brinquedos ( <b>de 30 a 100%</b> )* não está em condições de uso (ex: sujo, quebrado, enferrujado). A superfície do local é irregular e/ou possui buracos. Existem entulhos e/ou sujeiras no local.	Boa parte dos brinquedos ( <b>de 31% a 89%</b> )* está em condições de uso (ex: não esta sujo, quebrado, enferrujado). A superfície do local não possui buracos e/ou desníveis. O local está limpo e sem entulhos.	Quase todos ( <b>de 90 a 100%</b> )* os brinquedos estão em condições de uso. A superfície do local não possui buracos e/ou desníveis. O local está limpo e sem entulhos.	
k2. Nº de brinquedos no parquinho* Registre o número de brinquedos.	Existe apenas 1 brinquedo funcionando.  Se haver uma estrutura para balanço com 2 balanços, considere como 1 brinquedo apenas.	Existem de 2 a 3 brinquedos funcionando.	Existem 4 ou mais brinquedos funcionando.  Aqui está incluído o brinquedo multifunção (estrutura com escorregador, gangorra, balanço, etc, conjugados).	
k.3 Qual o material do parquinho?	0 = Material predominante de madeira	1= Madeira naturalizada (elementos naturais, como troncos de árvores sem a utilização de pinturas, por exemplo).	2= Material predominantes de metal	3= Material predominante de plástico.
l.Pista de caminhada/corrida (asfalto/cimento)	A superfície da pista possui buracos, irregularidades ou não está coberta por asfalto/cimento em boa parte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ). Existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira atrapalhando a passagem em boa parte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ).	Boa parte da pista ( <b>de 31 a 89%</b> ) está em boas condições de uso (não possui buracos, irregularidades e esta devidamente coberta por asfalto/cimento). Existem poucos entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeiras que permitem passagem dos usuários com <b>segurança (sem risco de se machucar)</b>	Quase toda a pista ( <b>de 90 a 100%</b> ) está coberta por asfalto/cimento e não existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que <b>coloqueem risco</b> o usuário.	

m.Triha de caminhada/corrida (areia/terra)	A superfície da trilha possui buracos, irregularidades ou não está coberta por areia/terra em boa parte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ). Existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira atrapalhando a passagem em boaparte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ).	Boa parte da trilha ( <b>de 31 a 89%</b> ) está em boas condições de uso (não possui buracos, irregularidades e esta devidamente coberta por areia/terra). Existem poucos entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que permitem passagem dos usuárioscom <b>segurança (sem risco de se machucar)</b>	Quase toda a trilha ( <b>de 90 a 100%</b> ) está coberta por areia/terra e não existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que <b>coloqueem risco</b> o usuário.
n.Pista de bicicleta(cimento/asfalto)	A superfície da pista possui buracos, irregularidades ou não esta coberta por cimento/asfalto em boa parte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ). Existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira atrapalhando a passagem em boaparte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ).	Boa parte da pista ( <b>de 31 a 89%</b> ) esta em boas condições de uso (não possui buracos, irregularidades e esta devidamente coberta por cimento/asfalto). Existem poucos entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que permitem passagem dos usuárioscom <b>segurança (sem risco de se machucar)</b>	Quase toda a pista ( <b>de 90 a 100%</b> ) esta coberta por cimento/asfalto e não existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que <b>coloqueem risco</b> o usuário.
o.Trilha de bicicleta (areia/terra)	A superfície da trilha possui buracos, irregularidades ou não está coberta por areia/terra em boa parte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ). Existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira atrapalhando a passagem em boaparte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ).	Boa parte da trilha ( <b>de 31 a 89%</b> )está em boas condições de uso (não possui buracos, irregularidades e esta devidamente coberta por areia/terra). Existem poucos entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que permitem passagem dos usuárioscom <b>segurança (sem risco de se machucar)</b>	Quase toda a trilha ( <b>de 90 a 100%</b> ) esta coberta por areia/terra e não existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que <b>coloqueem risco</b> o usuário.
p.Pista de skate/patins/rolimã	A superfície da pista possui buracos, irregularidades ou não esta coberta por cimento/asfalto em boa parte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ). Existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira atrapalhando a passagem em boaparte do trajeto ( <b>de 30 a 100%</b> ).	Boa parte da pista ( <b>de 31 a 89%</b> ) esta em boas condições de uso (não possui buracos, irregularidades e esta devidamente coberta por cimento/asfalto). Existem poucos entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que permitem passagem dos usuárioscom <b>segurança (sem risco de se machucar)</b> .	Quase toda a pista ( <b>de 90 a 100%</b> ) esta coberta por cimento/asfalto e não existem entulhos, galhos de arvores, desníveis ou sujeira que <b>coloque em risco</b> o usuário.

\*Utilize o campo de "Observações" para registrar o nº de equipamentos se necessário.

## 12. Estruturas para conforto do usuário

Neste item, devem ser avaliadas estruturas que podem tornar o uso de um determinado espaço público mais confortável, como a presença de banheiros, vestiários, coberturas, mesas, bancos, entre outros. A opção zero (**0**) deve ser assinalada para a ausência do respectivo equipamento. Uma avaliação das condições para o uso é realizada para as estruturas presentes, variando de 1 a 3, sendo 3 atribuído para estruturas com bom estado e em boas condições de uso e 1 para estruturas que apesar de presentes não estão em condições de serem utilizadas. Abaixo seguem as definições operacionais para esta avaliação.

Estruturas para conforto do usuário	<b>Ruim (1)</b>	Condições para Uso <b>Médio (2)</b>	<b>Bom (3)</b>
-------------------------------------	-----------------	--	----------------

Definições gerais	A estrutura está presente, porém, não esta em condições de ser utilizada	A estrutura pode ser utilizada, porém, não está em boas condições com alguns itens faltando ou não esta em bom estado	A estrutura pode ser utilizada e apresenta todas as suas características em bom estado
a. Banheiros (uso gratuito) b. Banheiros (usopago)	Os banheiros estão sujos (cheios de sujeiras ou pichações), sem portas, sem iluminação, sem papel, toalha, sabonete, etc.	Os banheiros estão limpos (apenas algumas pichações e ou papeis no chão), o banheiro possui ao menos um dos “boxes” em bom estado com porta e tranca na porta, descarga funcionando. Possui iluminação e ao menosuma pia com papel e toalha.	Os banheiros estão bem limpos (sem sujeiras ou pichações), com portas e tranca nas portas e descarga funcionando em todos os “boxes”, com iluminação, com papel, toalha, sabonete e pia funcionando.
c. Bancos	Boa parte dos bancos <b>(30 a 100%)* NÃO ESTÁ</b> em condição de ser utilizada. Estão quebrados ou muito sujos.	Apenas alguns bancos <b>NÃO PODEM</b> ser utilizados <b>(até 30%)*</b> por estarem quebrados ou muito sujos.	Todos ou quase todos <b>(90 a 100%)*</b> os bancos <b>ESTÃO EM BOM ESTADO</b> para serem utilizados. Não estão quebrados ou sujos.
d. Bebedouro	Boa parte dos bebedouros existentes <b>(30 a 100%)* NÃO ESTÁ</b> funcionando, estão muito sujos ou a água é imprópria para consumo.	Apenas alguns dos bebedouros existentes <b>(até 30%)* NÃO ESTÃO FUNCIONANDO</b> , estão muito sujos ou a água é imprópria para consumo.	Todos ou quase todos <b>(90 a 100%)*</b> os bebedouros <b>ESTÃO FUNCIONANDO</b> e oferecem locais limpos e com água própria para o consumo.
e. Iluminação	Existem postes de iluminação, porém, <b>aparentam NÃO ESTAR</b> funcionando.	Existem postes de iluminação que <b>aparentam</b> estar funcionando, no entanto, não estão presentes em todas as áreas do local. (ex: existem algumas regiões do local onde o número de postes parece insuficiente).	Todas as regiões do local são bem servidas de postes de iluminação que <b>aparentam</b> estar funcionando.
f. Mesas de picnic	Boa parte das mesas de picnic existentes <b>(30 a 100%)* NÃO ESTÁ</b> em condições de ser utilizada. Estão quebradas, sem cadeiras ou sujas.	Apenas algumas mesas de picnic <b>NÃO PODEM</b> ser utilizadas <b>(até 30%)*</b> por estarem quebradas, sem cadeiras ou sujas.	Todas as ou quase todas <b>(90 a 100%)*</b> as mesas de picnic <b>ESTÃO EM CONDIÇÕES DE USO</b> (com cadeiras/bancos e limpas)
g. Mesas de picnic com cobertura	Boa parte das mesas de picnic com cobertura <b>(30 a 100%)* NÃO ESTÁ</b> em condições de ser utilizada. Estão quebradas, sem cobertura, destelhadas, sem cadeiras ou sujas.	Apenas algumas mesas de picnic <b>NÃO PODEM</b> ser utilizadas <b>(até 30%)*</b> por estarem quebradas, sem cobertura, destelhadas, sem cadeiras ou sujas.	Todas ou quase todas <b>(90 a 100%)*</b> mesas de picnic com cobertura <b>ESTÃO EM CONDIÇÕES DE USO</b> (com cadeiras/bancos e limpas, cobertura em bom estado que protege do sol e chuva)
h. Vestiário	Os vestiários estão sem condições de uso, sujos (cheios de sujeiras ou pichações), sem portas, sem iluminação, etc.	Os vestiários estão limpos (apenas algumas pichações e ou papeis no chão), com porta e tranca na porta. Possuem boa iluminação, bancos e cabides (ganchos para pendurar roupa)	Os banheiros estão bem limpos (sem sujeiras ou pichações), com portas e tranca nas portas, com iluminação, banco e cabides (ganchos para pendurar roupa).
i. Lixeiras	Boa parte das lixeiras existentes <b>(30 a 100%)* NÃO PODE</b> ser utilizada por estarem furadas ou transbordando lixo.	Apenas algumas lixeiras <b>(até 30%)* NÃO PODEM</b> ser utilizadas por estarem furadas ou transbordando lixo.	Todas ou quase todas <b>(90 a 100%)*</b> as lixeiras existentes <b>ESTÃO EM CONDIÇÕES DE USO</b> , não estão transbordando lixo e estão “limpas” (sem lixo no entorno)
j. Arborização interna	A estrutura apresenta de 1 a 5 árvores dentro dos seus limites, sem contar com as calçadas laterais.	A estrutura apresenta de 6 a 10 árvores dentro dos seus limites, sem contar com as calçadas laterais.	A estrutura apresenta mais de 11 árvores dentro dos seus limites, sem contar com as calçadas laterais.

k. Arborização na calçada	A estrutura apresenta de 1 a 5 árvores, apenas nas calçadas que delimitam a estrutura.	A estrutura apresenta de 6 a 10 árvores, apenas nas calçadas que delimitam a estrutura.	A estrutura apresenta mais de 11 árvores, apenas nas calçadas que delimitam a estrutura.
---------------------------	--	---	--

### 13. Condições de limpeza, estética e segurança

No item 13 são avaliadas condições de limpeza, estética e segurança do local. A opção zero (0) deve ser assinalada para a ausência do respectivo item avaliado e que indica melhores condições, uma vez que não apresenta sujeira, lixo, pichações etc. Conforme aumenta o valor atribuído, pior é a qualidade do local no respectivo atributo. Abaixo seguem as definições operacionais para esta avaliação.

Condições de limpeza, estética e Insegurança	Condições do local		
	Bom (1)	Médio (2)	Ruim (3)
Definições gerais	O local está em boas condições, mas alguns poucos sinais de sujeiras, vandalismos ou insegurança são observados.	As condições do local em termos de limpeza, estética e segurança não são as ideais e diversas melhorias são necessárias.	As condições do local em termos de limpeza, estética e segurança não são boas. Existem indícios que o local é perigoso, sujo e desagradável de ser frequentado.
a. Vidro quebrado	Poucos pedaços de vidros quebrados (equivalente a 1 garrafa).	Alguns pedaços de vidros quebrados (2 a 4 garrafas de vidro).	Muitos pedaços de vidros quebrados (5 ou mais garrafas de vidro).
b. Sujeira de animais (fezes)	Um local com fezes de animais.	Existem fezes de animais em alguns locais da área (2 a 4 locais com sujeira(s)).	Existem fezes de animais em diversos locais da área (5 ou mais locais com sujeira(s)).
c. Cachorro solto	Um cachorro solto no local.	Alguns cachorros soltos no local (2 a 4 cachorros).	Muitos cachorros soltos no local (5 ou mais cachorros).
d. Outro animal (preso ou solto)	Um outro animal preso ou solto, como cavalo, vaca, ovelha etc. Pássaro não conta.	Alguns outros animais presos ou soltos (2 a 4), como cavalos, vacas, ovelhas etc. Pássaros não contam.	Muitos outros animais presos ou soltos (5 ou mais), como cavalos, vacas, ovelhas etc. Pássaros não contam.
e. Pichações	Um local (ex: muro, escultura, chão) está pichado.	Alguns locais (ex: muros, esculturas, chão) estão pichados (2 a 4 locais).	Diversos locais (ex: muros, esculturas, chão) estão pichados (5 ou mais locais).
f. Lixo espalhado (sujeira)	Pouca sujeira pelo local (até 5 itens como papel, caixa de papelão, copo de plástico, etc.)	Alguma sujeira pelo local (de 5 a 10 itens como papel, caixa de papelão, copo de plástico, etc.).	Existe muita sujeira espalhada pelo local (11 ou mais itens como papel, caixa de papelão, copo de plástico, etc.).
g. Sinais de vandalismo	Apenas um local possui equipamentos quebrados (bancos, banheiros, lixeiras, etc.) ou faltando.	Em algumas áreas existem equipamentos quebrados (bancos, banheiros, lixeiras, etc.) ou faltando.	Por toda a área existem equipamentos quebrados (bancos, banheiros, lixeiras, etc.) ou faltando.
h. Mato ou grama "alta"	Existem mato ou grama "alta" em apenas um local e que não impede o acesso ou uso do local ou equipamentos.	Existe mato ou grama "alta" em algumas áreas. Pode atrapalhar o acesso a alguns locais.	Existe mato ou grama "alta" por toda a área de tal forma que dificulte o acesso pelo espaço ou uso dos equipamentos.
i. Evidência de uso de álcool	Uma garrafa ou lata de cerveja, cachaça, vodca ou outra bebida alcoólica está visível.	Algumas garrafas ou latas de cerveja, cachaça, vodca ou outra bebida alcoólica estão visíveis (2 a 4).	Diversas garrafas ou latas de cerveja, cachaça, vodca ou outra bebida alcoólica estão visíveis (5 ou mais).

j. Usuário de álcool	Há uma pessoa consumindo álcool na área avaliada.	Algumas pessoas estão consumindo álcool na área avaliada (2 a 4 usuários de álcool).	Muitas pessoas estão consumindo álcool na área avaliada (5 ou mais usuários de álcool).
k. Evidência de uso de drogas	Um vestígio de uso de drogas (piteira, bituca de maconha, cocaína, cachimbo, colher e isqueiro, pino de cocaína, entre outras) está visível.	Alguns vestígios (2 a 4) de uso de drogas (piteira, bituca de maconha, cocaína, cachimbo, colher e isqueiro, pino de cocaína, entre outras) estão visíveis.	Diversos vestígios (5 ou mais) de uso de drogas (piteira, bituca de maconha, cocaína, cachimbo, colher e isqueiro, pino de cocaína, entre outras) estão visíveis.
l. Usuário de drogas	Há uma pessoa que, aparentemente, está consumindo drogas na área avaliada.	Algumas pessoas estão, aparentemente, consumindo drogas na área avaliada (2 a 4 usuários de drogas).	Muitas pessoas estão, aparentemente, consumindo drogas na área avaliada (5 ou mais usuários de drogas).
m. Evidência de moradia de rua	Um vestígio de moradia de rua (roupas, sacolas, papelão, coberta, alimento, lona, barraca).	Alguns vestígios (2 a 4) de moradias de rua (roupas, sacolas, papelões, cobertas, alimentos, lonas, barracas).	Muitos vestígios (5 ou mais) de moradias de rua (roupas, sacolas, papelões, cobertas, alimentos, lonas, barracas).
n. Pessoa em situação de rua	Há uma pessoa que está, aparentemente, em situação de moradia de rua no local.	Algumas pessoas (2 a 4) estão, aparentemente, em situação de moradia de rua no local.	Muitas pessoas (5 ou mais) estão, aparentemente, em situação de moradia de rua no local.
o. Casa/edificação abandonada *	Há uma casa/edificação abandonada (infraestrutura com deterioração, vegetação alta, sinais de pichações, vandalismo, vidros quebrados, dentre outras) no entorno do local avaliado.	De 2 a 4 casas/edificações estão abandonadas (infraestrutura com deterioração, vegetação alta, sinais de pichações, vandalismo, vidros quebrados, dentre outras) no entorno do local avaliado.	Muitas (5 ou mais) casas/edificações estão abandonadas (infraestrutura com deterioração, vegetação alta, sinais de pichações, vandalismo, vidros quebrados, dentre outras) no entorno do local avaliado.
p. Lote vago/terreno baldio *	Há um lote vago/terreno baldio no entorno do local avaliado.	Existem alguns (2 a 4) lotes vagos/terrenos baldios no entorno do local avaliado.	Existem muitos (5 ou mais) lotes vagos/terrenos baldios no entorno do local avaliado.
q. Evidência de prática sexual	Um preservativo ou embalagem de preservativo ou lubrificante íntimo está visível.	Alguns preservativos ou embalagens de preservativo ou lubrificante íntimo estão visíveis (2 a 4).	Diversos preservativos ou embalagens de preservativo ou lubrificante íntimo estão visíveis (5 ou mais).

\* Para os itens “n” e “o”, a avaliação deverá abranger o entorno do local avaliado e não somente as delimitações do espaço. Por exemplo, se do outro lado da rua do local avaliado há uma casa abandonada ou lote vago, esses atributos devem ser contemplados na avaliação. Se estiver em uma rua que não faz parte do entorno do local, não deve ser considerado. Locais que possuem portões de entrada e são cercados por todos os lados, a avaliação deverá ser feita do(s) portão(ões). Locais que não possuem portões o avaliador deverá percorrer todo o perímetro do espaço público e considerar o que pode ser observado nas ruas que o circundam.

#### 14. Serviços

Neste item, é avaliada a existência de serviços dentro das delimitações do espaço que esta sendo avaliado. Os seguintes itens devem ser considerados:

- a. **Lanchonetes:** Deve ser assinalada esta opção caso existam lanchonetes, quiosques ou pontos “fixos” de venda de alimentos e bebidas.
- b. **Vendedor ambulante:** Deve ser assinalada esta opção caso exista vendedor ambulante (carrinhos de pipoca, cachorro quente, caldo de cana, suco natural, frutas, etc.) que comercialize alimentos e bebidas.
- c. **Aulas de atividades físicas gratuitas:** Deve ser assinalada esta opção quando houver oferta de aulas de atividades físicas gratuitas para a comunidade,

independentemente da faixa etária, tais como aulas de ginástica, aulas de futebol, caminhadas orientadas, etc. Pergunte para alguém caso seja necessário.

- d. **Aulas de atividades físicas pagas:** Esta opção deve ser assinalada quando houver oferta de aulas de atividades físicas que são pagas ou a utilização do espaço para esta finalidade, como aulas de ginástica, aeróbica, dança, personal trainer, etc.
- e. **Empréstimo de materiais esportivos:** Deve ser assinalada caso exista algum serviço de empréstimo gratuito de materiais esportivos no local esta opção deve ser assinalada (ex: bolas, redes, raquetes, etc.)
- f. **Locação de materiais esportivos:** Deve ser assinalada caso exista algum serviço de locação (serviço pago) de materiais esportivos no espaço público esta opção deve ser assinalada (ex: bolas, redes, raquetes, etc.)

## 15. Acessibilidade

O último item avalia a capacidade do local em permitir que as pessoas cheguem até o espaço público de diversas formas, como por exemplo, de ônibus, carro, moto, bicicleta etc.

**Observação:** *A avaliação deste item não é restrita às delimitações do espaço público, devendo ser considerada a existência de todos os itens que podem ser observados de dentro do espaço público. Locais que possuem portões de entrada e são cercados por todos os lados, a avaliação deverá ser feita do(s) portão(ões). Locais que não possuem portões o avaliador deverá percorrer todo o perímetro do espaço público e considerar o que pode ser observado nas ruas que o circundam.*

Condições de acessibilidade	Condições do local		
	Não possui (0)	Médio (1)	Bom (2)
a. Ponto de ônibus	Não possui ponto de ônibus.	Possui ponto de ônibus, mas apenas uma placa indicativa.	Possui ponto de ônibus, com cobertura e/ou bancos.
b. Estacionamento para carros	Não possui estacionamento para carros.	Possui estacionamento para carros, mas é pago.	Possui estacionamento para carros, e é gratuito.
c. Ciclovia	Não possui ciclovia.	Possui ciclovia, mas está um pouco apagada ou sem sinalização.	Possui ciclovia, com sinalização e bem pintada.
d. Bicicletário	Não possui bicicletário.	Possui bicicletário, mas em más condições de uso.	Possui bicicletário, com boas condições de uso para estacionar e prender a bicicleta.

e. Estação de aluguel de bicicleta*	Não possui estação de aluguel de bicicleta.	Possui a estação, mas as bicicletas estão em más condições de uso.	Possui a estação, mas as bicicletas estão em boas condições de uso.
f. Calçada	Não possui calçada nos limites da área.	Possui calçada nos limites da área apenas em algumas partes.	Possui calçada por toda a extensão da área.
g. Meio-fio	Não possui meio-fio (cordão da calçada) nos limites da área.	Possui meio-fio (cordão da calçada) apenas em algumas partes da área.	Possui meio-fio (cordão da calçada) por toda a extensão da área.
h. Rampa de acessibilidade	Não possui rampa de acessibilidade.	Possui rampa(s) de acessibilidade, porém apresenta buracos, entulhos, desníveis, degraus ou irregularidades que obstruem a passagem e/ou impossibilitam ou dificultam a sua utilização.	Possui rampas de acessibilidade em boas condições de uso que possibilitam sua utilização.
i. Faixa de segurança	Não possui faixa de segurança.	Possui faixa de segurança, mas está um pouco e/ou totalmente apagada e/ou sem sinalização e/ou obstruída.	Possui faixa de segurança, com sinalização e com pintura adequada.
j. Sinalização tátil no piso na calçada	Não possui sinalização tátil no piso ao redor (calçadas) da área avaliada.	Possui sinalização tátil no piso ao redor da área (calçada), mas não está em condições ideais de uso (pedras soltas/faltando, desgastadas/apagadas ou sinalização obstruída).	Possui sinalização tátil no piso, em boas condições, ao redor da área avaliada.
k. Sinalização tátil no piso na área interna	Não possui sinalização tátil no piso na área interna avaliada.	Possui sinalização tátil no piso na área interna, mas não está em condições ideais de uso (pedras soltas/faltando, desgastadas/apagadas ou sinalização obstruída).	Possui sinalização tátil no piso, em boas condições, no espaço interno da área.
l. Iluminação interna/externa	Não possui postes de iluminação.	Possui postes de iluminação apenas no entorno do espaço. Ou seja, aqueles que estão na calçada.	Possui postes de iluminação no interior do espaço, independente de haver no entorno/calçada. Ou seja, que ilumine a parte de dentro da área.
m. Parque infantil adaptado	Não possui parque infantil adaptado.	Possui parque infantil adaptado, mas em condições de uso ruins ou médias (ferrugem, quebrado, falta de atributos, etc – idem item 11).	Possui parque infantil adaptado, em boas condições de uso – idem item 11.

\*Se tiver bicicletas no local, independente da condição de uso, anotar o número de bicicletas.

## 16. Sensação de segurança durante a avaliação

Aqui você deve relatar como você se sentiu em relação à sua sensação de segurança enquanto percorreu o espaço para a avaliação.

16.a Marque a alternativa que melhor descreve se você se sentiu seguro(a) ao percorrer o local avaliado.

(1) Nunca (2) Raramente (3) A maior parte do tempo (4) Todo o tempo

16.b Se durante a avaliação, você foi abordado por alguém, seja por curiosos ou mesmo alguém questionando o trabalho, marque sim e descreva o que ocorreu.

Não / Sim

16.c Se você foi abordado por alguém, marque a alternativa que melhor descreve se você se sentiu preocupado(a) com essa abordagem.

(1) Nada preocupado (2) Pouco preocupado (3) Muito preocupado

### **17.Observações**

Qualquer observação com relação a eventos ou acontecimentos, dúvidas e considerações deverão ser realizadas neste espaço. De preferência, algum dos supervisores de campo deve ser contatados para sanar eventuais dúvidas.

Finalmente, **NÃO SE ESQUEÇA** de anotar o horário final da observação (**Item 4b. Horário Final**)

### **Referências:**

1. Lee RE, Booth KM, Reese-Smith JY, Regan G, Howard HH. The Physical Activity Resource Assessment (PARA) instrument: evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. *Int J Behav Nutr Phys Act* 2005; 2:13.
2. Bedimo-Rung AL, Gustat J, Tompkins BJ, Rice J, Thomson J. Development of a Direct Observation Instrument to Measure Environmental Characteristics of Parks for Physical Activity. *Journal of Physical Activity and Health* 2006; 3:S176-S89.

## ANEXO 3

### Normas de submissão de artigo da Revista *Ciência & Saúde Coletiva*



#### INSTRUÇÕES PARA COLABORADORES

*Ciência & Saúde Coletiva* publica debates, análises e resultados de investigações sobre um tema específico considerado relevante para a saúde coletiva; e artigos de discussão e análise do estado da arte da área e das subáreas, mesmo que não versem sobre o assunto do tema central. A revista, de periodicidade mensal, tem como propósitos enfrentar os desafios, buscar a consolidação e promover uma permanente atualização das tendências de pensamento e das práticas na saúde coletiva, em diálogo com a agenda contemporânea da Ciência & Tecnologia.

*Política de Acesso Aberto - Ciência & Saúde Coletiva é publicada sob o modelo de acesso aberto e é, portanto, livre para qualquer pessoa a ler e download, e para copiar e divulgar para fins educacionais.*

A Revista *Ciência & Saúde Coletiva* aceita artigos em *preprints* de bases de dados nacionais e internacionais reconhecidas academicamente.

No momento em que você apresenta seu artigo, é importante estar atento ao que constitui um *preprint* e como você pode proceder para se integrar nesta primeira etapa da Ciência Aberta. O *preprint* disponibiliza artigos e outras comunicações científicas de forma imediata ou paralela à sua avaliação e validação pelos periódicos. Desta forma, acelera a comunicação dos resultados de pesquisas, garante autoria intelectual, e permite que o autor receba comentários que contribuam para melhorar seu trabalho, antes de submetê-lo a algum periódico. Embora o artigo possa ficar apenas no repositório de *preprints* (caso o autor não queira mandá-lo para um periódico), as revistas continuam exercendo as funções fundamentais de validação, preservação e disseminação das pesquisas. Portanto:

- (1) Você pode submeter agora seu artigo ao servidor *SciELO preprints* (<https://preprints.scielo.org>) ou a outro servidor confiável. Nesse caso, ele será avaliado por uma equipe de especialistas desses servidores, para verificar se o manuscrito obedece a critérios básicos quanto à estrutura do texto e tipos de documentos. Se aprovado, ele receberá um *doi* que garante sua divulgação internacional imediata.
- (2) Concomitantemente, caso você queira, pode submetê-lo à Revista *Ciência & Saúde Coletiva*. Os dois processos são compatíveis.
- (3) Você pode optar por apresentar o artigo apenas à Revista *Ciência & Saúde Coletiva*.

A submissão a repositório *preprint* não é obrigatória.

A partir de 20 de janeiro de 2021, será cobrada uma **taxa de submissão** de **R\$ 100,00** (cem reais) **para artigos nacionais** e **US\$ 25,00** (vinte e cinco dólares) **para artigos internacionais**. O valor não será devolvido em caso de recusa do material. Para pagamento da taxa de submissão, acesse o site da Revista (<https://cienciaesaudecoletiva.com.br/>). Este apoio dos autores é indispensável para financiar o custeio da Revista, viabilizando a publicação com acesso universal dos leitores. **Não é cobrada taxa de publicação**. Caso o artigo vá para avaliação e receba o parecer Minor Revision (Pequena revisão) ou Major Revision (Grande Revisão) não é necessário pagar a taxa novamente quando enviar a revisão com as correções solicitadas. Somente os artigos de chamada pública com recursos próprios estão isentos de pagamento de taxa de submissão.

## Recomendações para a submissão de artigos

### Notas sobre a Política Editorial

A Revista Ciência & Saúde Coletiva reafirma sua missão de **veicular artigos originais, que tragam novidade e proporcionem avanço no conhecimento da área de saúde coletiva**. Qualquer texto que caiba nesse escopo é e será sempre bem-vindo, dentro dos critérios descritos a seguir:

- (1) O artigo não deve tratar apenas de questões de interesse local ou situar-se somente no plano descritivo.
- (2) Na sua introdução, o autor precisa deixar claro o caráter inédito da contribuição que seu artigo traz. Também é altamente recomendado que, na carta ao editor, o autor explicita, de forma detalhada, porque seu artigo constitui uma novidade e em que ele contribui para o avanço do conhecimento.
- (3) As discussões dos dados devem apresentar uma análise que, ao mesmo tempo, valorize especificidade dos achados de pesquisa ou da revisão, e coloque esses achados em diálogo com a literatura nacional e internacional.
- (4) O artigo qualitativo precisa apresentar, de forma explícita, análises e interpretações ancoradas em alguma teoria ou reflexão teórica que promova diálogo das Ciências Sociais e Humanas com a Saúde Coletiva. Exige-se também que o texto valorize o conhecimento nacional e internacional.
- (5) Quanto aos artigos de cunho quantitativo, a revista prioriza os de base populacional e provenientes de amostragem aleatória. Não se encaixam na linha editorial: os que apresentam amostras de conveniência, pequenas ou apenas descritivas; ou análises sem fundamento teórico e discussões e interpretações superficiais.
- (6) As revisões não devem apenas sumarizar o atual estado da arte, mas precisam interpretar as evidências disponíveis e produzir uma síntese que contribua para o avanço do conhecimento. Assim, a nossa orientação é publicar somente revisões de alta relevância, abrangência, originalidade e consistência teórica e metodológica, que de fato tragam novos conhecimentos ao campo da Saúde Coletiva.

Nota importante - Dado o exponencial aumento da demanda à Revista, todos os artigos

passam por uma triagem inicial, realizada pelos editores-chefes. Sua decisão sobre o aceite ou não é baseada nas prioridades citadas e no mérito do manuscrito quanto à originalidade, pertinência da análise estatística ou qualitativa, adequação dos métodos e riqueza interpretativa da discussão. Levando em conta tais critérios, apenas uma pequena proporção dos originais, atualmente, é encaminhada para revisores e recebe parecer detalhado.

A revista *C&SC* adota as “Normas para apresentação de artigos propostos para publicação em revistas médicas”, Vancouver, da Comissão Internacional de Editores de Revistas Médicas, cuja versão para o português encontra-se publicada na *Rev Port Clin Geral* 1997; 14:159-174. O documento está disponível em vários sítios na World Wide Web, como por exemplo, [www.icmje.org](http://www.icmje.org) ou **Recomenda-se aos autores a sua leitura atenta. Consulte os exemplos no final das Normas.**

### Seções da publicação

**Editorial:** de responsabilidade dos editores chefes ou dos editores convidados, deve ter no máximo 4.000 caracteres com espaço.

**Artigos Temáticos:** devem trazer resultados de pesquisas de natureza empírica, experimental, conceitual e de revisões sobre o assunto em pauta. Os textos de pesquisa não deverão ultrapassar os 40.000 caracteres. Os artigos temáticos são selecionados da seguinte forma: por chamada pública, convite ou por coletânea de artigos já aprovados.

**Artigos de Temas Livres:** devem ser de interesse para a saúde coletiva por livre apresentação dos autores através da página da revista em fluxo contínuo. Devem ter as mesmas características dos artigos temáticos: máximo de 40.000 caracteres com espaço, resultarem de pesquisa e apresentarem análises e avaliações de tendências teórico-metodológicas e conceituais da área.

**Artigos de Revisão:** devem ser textos baseados exclusivamente em fontes secundárias, submetidas a métodos de análises já teoricamente consagrados, podendo alcançar até o máximo de 45.000 caracteres com espaço.

**Opinião:** texto que expresse posição qualificada de um ou vários autores ou entrevistas realizadas com especialistas no assunto em debate na revista; deve ter, no máximo, 20.000 caracteres com espaço.

**Resenhas:** análise crítica de livros relacionados ao campo temático da saúde coletiva, publicados nos últimos dois anos, cujo texto não deve ultrapassar 10.000 caracteres com espaço. O autor deve atribuir um título para a resenha no campo título resumido (*running head*) quando fizer a submissão. Os autores da resenha devem incluir no início do texto a referência completa do livro. As referências citadas ao longo do texto devem seguir as mesmas regras dos artigos. No momento da submissão da resenha os autores devem inserir em anexo no sistema uma reprodução, em alta definição da capa do livro em formato jpeg. Não é necessário resumo e abstract.

**Cartas:** com apreciações e sugestões a respeito do que é publicado em números anteriores da revista (máximo de 4.000 caracteres com espaço). Não é necessário resumo e abstract.

Observação: Em artigos temáticos, temas livres, revisão e opinião, o limite máximo de

caracteres leva em conta os espaços e inclui da palavra introdução e vai até a última referência bibliográfica.

O resumo/abstract com no máximo 1400 caracteres com espaço cada (incluindo a palavra-resumo/abstract até a última palavra-chave/keyword). O total de ilustrações (figuras/ tabelas e quadros) são até cinco por artigo e são contabilizados à parte.

### **Apresentação de manuscritos**

1. Os originais podem ser escritos em português, espanhol, francês e inglês. Os textos em português e espanhol devem ter título, resumo e palavras-chave na língua original e em inglês. Os textos em francês e inglês devem ter título, resumo e palavras-chave na língua original e em português. **Não serão aceitas notas de pé-de-página ou no final dos artigos.**
2. Os textos têm de ser digitados em espaço duplo, na fonte Times New Roman, no corpo 12, margens de 2,5 cm, formato Word (de preferência na extensão .docx) e encaminhados apenas pelo endereço eletrônico (<http://mc04.manuscriptcentral.com/csc-scielo>) segundo as orientações do site.
3. Os artigos publicados serão de propriedade da revista *C&SC*, ficando proibida a reprodução total ou parcial em qualquer meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem a prévia autorização dos editores-chefes da Revista. A publicação secundária deve indicar a fonte da publicação original.
4. Os artigos submetidos à *C&SC* não podem ser propostos simultaneamente para outros periódicos.
5. As questões éticas referentes às publicações de pesquisa com seres humanos são de inteira responsabilidade dos autores e devem estar em conformidade com os princípios contidos na Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1989, 1996 e 2000).
6. Os artigos devem ser encaminhados com as autorizações para reproduzir material publicado anteriormente, para usar ilustrações que possam identificar pessoas e para transferir direitos de autor e outros documentos.
7. Os conceitos e opiniões expressos nos artigos, bem como a exatidão e a procedência das citações são de exclusiva responsabilidade dos autores.
8. Os textos são em geral (mas não necessariamente) divididos em seções com os títulos Introdução, Métodos, Resultados e Discussão, às vezes, sendo necessária a inclusão de subtítulos em algumas seções. Os títulos e subtítulos das seções não devem estar organizados com numeração progressiva, mas com recursos gráficos (caixa alta, recuo na margem etc.).
9. O título deve ter 120 caracteres com espaço e o resumo/abstract, com no máximo 1.400 caracteres com espaço (incluindo a palavra resumo até a última palavra-chave), deve explicitar o objeto, os objetivos, a metodologia, a abordagem teórica e os resultados do estudo ou investigação. Logo abaixo do resumo os autores devem indicar até no máximo, cinco (5) palavras-chave/keywords. Chamamos a atenção para a importância da clareza e objetividade na redação do resumo, que certamente contribuirá no interesse do leitor pelo artigo, e dos descritores, que auxiliarão a indexação múltipla do artigo. As palavras-chave na língua original e em inglês devem constar obrigatoriamente no DeCS/MeSH. (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/e> <http://decs.bvs.br/>).

10. Passa a ser obrigatória a inclusão do ID ORCID no momento da submissão do artigo. Para criar um ID ORCID acesse: <http://orcid.org/content/initiative10>. Na submissão dos artigos na plataforma da Revista, é obrigatório que apenas um autor tenha o registro no ORCID (Open Researcher and Contributor ID), mas quando o artigo for aprovado e para ser publicado no SciELO, todos os autores deverão ter o registro no ORCID. Portanto, aos autores que não o têm ainda, é recomendado que façam o registro. Para se registrar no ORCID, entre no site (<https://orcid.org/>) e para inserir o ORCID no ScholarOne, acesse o site (<https://mc04.manuscriptcentral.com/csc-scielo>), e atualize o seu cadastro.

### **Autoria**

1. As pessoas designadas como autores devem ter participado na elaboração dos artigos de modo que possam assumir publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo. A qualificação como autor deve pressupor: a) a concepção e o delineamento ou a análise e interpretação dos dados, b) redação do artigo ou a sua revisão crítica, e c) aprovação da versão a ser publicada.
2. O limite de autores por artigo é de oito autores, se exceder esse limite, os demais terão seus nomes incluídos nos agradecimentos. Há artigos com mais autores em se tratando de grupos de pesquisa ou em casos excepcionais com autorização dos editores.
3. Em nenhum arquivo inserido, deverá constar identificação de autores do manuscrito.

### **Nomenclaturas**

1. Devem ser observadas rigidamente as regras de nomenclatura de saúde pública/saúde coletiva, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser evitadas abreviaturas no título e no resumo.

2. A designação completa à qual se refere uma abreviatura deve preceder a primeira ocorrência desta no texto, a menos que se trate de uma unidade de medida padrão.

## **Ilustrações e Escalas**

1. O material ilustrativo da revista *C&SC* compreende tabela (elementos demonstrativos como números, medidas, percentagens, etc.), quadro (elementos demonstrativos com informações textuais), gráficos (demonstração esquemática de um fato e suas variações), figura (demonstração esquemática de informações por meio de mapas, diagramas, fluxogramas, como também por meio de desenhos ou fotografias). Vale lembrar que a revista é impressa em apenas uma cor, o preto, e caso o material ilustrativo seja colorido, será convertido para tons de cinza.

2. O número de material ilustrativo deve ser de, **no máximo, cinco por artigo (com limite de até duas laudas cada)**, salvo exceções referentes a artigos de sistematização de áreas específicas do campo temático. Nesse caso os autores devem negociar com os editores-chefes.

3. Todo o material ilustrativo deve ser numerado consecutivamente em algarismos arábicos, com suas respectivas legendas e fontes, e a cada um deve ser atribuído um breve título. Todas as ilustrações devem ser citadas no texto.

4. Tabelas e quadros devem ser confeccionados no programa Word ou Excel e enviados com título e fonte. OBS: No link do IBGE (<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>) estão as orientações para confeccionar as tabelas. Devem estar configurados em linhas e colunas, sem espaços extras, e sem recursos de “quebra de página”. Cada dado deve ser inserido em uma célula separada. Importante: tabelas e quadros devem apresentar informações sucintas. As tabelas e quadros podem ter no máximo 15 cm de largura X 18 cm de altura e não devem ultrapassar duas páginas (no formato A4, com espaço simples e letra em tamanho 9).

5. Gráficos e figuras podem ser confeccionados no programa Excel, Word ou PPT. O autor deve enviar o arquivo no programa original, separado do texto, em formato editável (que permite o recurso “copiar e colar”) e também em pdf ou jpeg, TONS DE CINZA ou coloridos. Gráficos gerados em programas de imagem devem ser enviados em jpeg, TONS DE CINZA ou coloridos, resolução mínima de 200 dpi e tamanho máximo de 20cm de altura x 15 cm de largura. As ilustrações coloridas só serão publicadas na versão online. Quando houver impressão da Revista, as ilustrações serão todas em TONS DE CINZA sem exceção. É importante que a imagem original esteja com boa qualidade, pois não adianta aumentar a resolução se o original estiver comprometido. Gráficos e figuras também devem ser enviados com título e fonte. As figuras e gráficos têm que estar no máximo em uma página (no formato A4, com 15 cm de largura x 20cm de altura, letra no tamanho 9).

6. Arquivos de figuras como mapas ou fotos devem ser salvos no (ou exportados para o) formato JPEG, TIF ou PDF. Em qualquer dos casos, deve-se gerar e salvar o material na maior resolução (300 ou mais DPI) e maior tamanho possíveis (dentro do limite de

21cm de altura x 15 cm de largura). Se houver texto no interior da figura, deve ser formatado em fonte Times New Roman, corpo 9. Fonte e legenda devem ser enviadas também em formato editável que permita o recurso “copiar/colar”. Esse tipo de figura também deve ser enviado com título e fonte.

7. Os autores que utilizam escalas em seus trabalhos devem informar explicitamente na carta de submissão de seus artigos, se elas são de domínio público ou se têm permissão para o uso.

### Agradecimentos

1. Quando existirem, devem ser colocados antes das referências bibliográficas.
2. Os autores são responsáveis pela obtenção de autorização escrita das pessoas nomeadas nos agradecimentos, dado que os leitores podem inferir que tais pessoas subscrevem os dados e as conclusões.
3. O agradecimento ao apoio técnico deve estar em parágrafo diferente dos outros tipos de contribuição.

### Financiamento

RC&SC atende Portaria N<sup>o</sup> 206 do ano de 2018 do Ministério da Educação/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Gabinete sobre obrigatoriedade de citação da CAPES para os trabalhos produzidos ou publicados, em qualquer mídia, que decorram de atividades financiadas, integral ou parcialmente, pela CAPES. Esses trabalhos científicos devem identificar a fonte de financiamento através da utilização do código 001 para todos os financiamentos recebidos.

### Referências

1. As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. No caso de as referências serem de mais de dois autores, no corpo do texto deve ser citado apenas o nome do primeiro autor seguido da expressão *et al.*

2. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos, conforme exemplos abaixo:

ex. 1: “Outro indicador analisado foi o de maturidade do PSF” <sup>11</sup> (p.38).

ex. 2: “Como alerta Maria Adélia de Souza <sup>4</sup>, a cidade...”

As referências citadas somente nos quadros e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto.

3. As referências citadas devem ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos *Requisitos uniformes para manuscritos apresentados a periódicos biomédicos* ([http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform\\_requirements.html](http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html)).

4. Os nomes das revistas **devem** ser abreviados de acordo com o estilo usado no Index Medicus (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/nlmcatalog/journals>)

5. O nome de pessoa, cidades e países devem ser citados na língua original da publicação.

## **Exemplos de como citar referências**

### **Artigos em periódicos**

1. Artigo padrão (**incluir todos os autores sem utilizar a expressão *et al.***)

Pelegrini MLM, Castro JD, Drachler ML. Equidade na alocação de recursos para a saúde: a experiência no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cien Saude Colet* 2005; 10(2):275-286.

Maximiano AA, Fernandes RO, Nunes FP, Assis MP, Matos RV, Barbosa CGS, Oliveira-Filho EC. Utilização de drogas veterinárias, agrotóxicos e afins em ambientes hídricos: demandas, regulamentação e considerações sobre riscos à saúde humana e ambiental. *Cien Saude Colet* 2005; 10(2):483-491.

2. Instituição como autor

The Cardiac Society of Australia and New Zealand. Clinical exercise stress testing. Safety and performance guidelines. *Med J Aust* 1996; 164(5):282-284.

3. Sem indicação de autoria

Cancer in South Africa [editorial]. *S Afr Med J* 1994; 84(2):15.

4. Número com suplemento

Duarte MFS. Maturação física: uma revisão de literatura, com especial atenção à criança brasileira. *Cad Saude Publica* 1993; 9(Supl.1):71-84.

5. Indicação do tipo de texto, se necessário

Enzensberger W, Fischer PA. Metronome in Parkinson's disease [carta]. *Lancet* 1996; 347(9011):1337.

### **Livros e outras monografias**

6. Indivíduo como autor

Cecchetto FR. *Violência, cultura e poder*. Rio de Janeiro: FGV; 2004.

Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco; 2004.

7. Organizador ou compilador como autor

Bosi MLM, Mercado FJ, organizadores. *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis: Vozes; 2004.

#### 8. Instituição como autor

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). *Controle de plantas aquáticas por meio de agrotóxicos e afins*. Brasília: DILIQ/IBAMA; 2001.

#### 9. Capítulo de livro

Sarcinelli PN. A exposição de crianças e adolescentes a agrotóxicos. In: Peres F, Moreira JC, organizadores. *É veneno ou é remédio*. Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 43-58.

#### 10. Resumo em Anais de congressos

Kimura J, Shibasaki H, organizadores. Recent advances in clinical neurophysiology. *Proceedings of the 10th International Congress of EMG and Clinical Neurophysiology*; 1995 Oct 15-19; Kyoto, Japan. Amsterdam: Elsevier; 1996.

#### 11. Trabalhos completos publicados em eventos científicos

Coates V, Correa MM. Características de 462 adolescentes grávidas em São Paulo. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de adolescência*; 1993; Belo Horizonte. p. 581-582.

#### 12. Dissertação e tese

Carvalho GCM. *O financiamento público federal do Sistema Único de Saúde 1988-2001* [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; 2002.

Gomes WA. *Adolescência, desenvolvimento puberal e sexualidade: nível de informação de adolescentes e professores das escolas municipais de Feira de Santana – BA* [dissertação]. Feira de Santana (BA): Universidade Estadual de Feira de Santana; 2001.

### **Outros trabalhos publicados**

#### 13. Artigo de jornal

Novas técnicas de reprodução assistida possibilitam a maternidade após os 40 anos. *Jornal do Brasil*; 2004 Jan 31; p. 12

Lee G. Hospitalizations tied to ozone pollution: study estimates 50,000 admissions annually. *The Washington Post* 1996 Jun 21; Sect. A:3 (col. 5).

#### 14. Material audiovisual

*HIV+/AIDS: the facts and the future* [videocassette]. St. Louis (MO): Mosby-Year Book; 1995.

#### 15. Documentos legais

Brasil. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1990; 19 set.

### **Material no prelo ou não publicado**

Leshner AI. Molecular mechanisms of cocaine addiction. *N Engl J Med*. In press 1996.  
Cronenberg S, Santos DVV, Ramos LFF, Oliveira ACM, Maestrini HA, Calixto N. Trabeculectomia com mitomicina C em pacientes com glaucoma congênito refratário. *Arq Bras Oftalmol*. No prelo 2004.

### **Material eletrônico**

#### 16. Artigo em formato eletrônico

Morse SS. Factors in the emergence of infectious diseases. *Emerg Infect Dis* [serial on the Internet]. 1995 jan-mar [cited 1996 Jun 5];1(1):[about 24 p.]. Available from: <http://www.cdc.gov/ncidod/EID/eid.htm>

Lucena AR, Velasco e Cruz AA, Cavalcante R. Estudo epidemiológico do tracoma em comunidade da Chapada do Araripe – PE – Brasil. *Arq Bras Oftalmol* [periódico na Internet]. 2004 mar-abr [acessado 2004 Jul 12];67(2): [cerca de 4 p.]. Disponível em: <http://www.abonet.com.br/abo/672/197-200.pdf>

#### 17. Monografia em formato eletrônico

*CDI, clinical dermatology illustrated* [CD-ROM]. Reeves JRT, Maibach H. CMEA Multimedia Group, producers. 2ª ed. Version 2.0. San Diego: CMEA; 1995.

#### 18. Programa de computador

Hemodynamics III: the ups and downs of hemodynamics [computer program]. Version 2.2. Orlando (FL): Computerized Educational Systems; 1993.

Os artigos serão avaliados através da Revisão de pares por no mínimo três consultores da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, de comprovada produção científica. Após as devidas correções e possíveis sugestões, o artigo será aceito se tiver dois pareceres favoráveis e rejeitado quando dois pareceres forem desfavoráveis.

**ANEXO 4****Parecer de aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Características do ambiente social e construído e suas associações com desfechos de saúde em uma cidade de médio porte

**Pesquisador:** Inácio Crochemore Mohnsam da Silva

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 74383523.0.0000.5313

**Instituição Proponente:** Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio  
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.628.709

**Apresentação do Projeto:**

Este projeto irá analisar dados secundários oriundos do Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social e Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Pelotas e do Censo Demográfico. Além disso, será conduzida a avaliação do ambiente relevante à prática de atividade física em Pelotas e serão analisadas as mudanças no período de uma década. Os desfechos principais serão analisados em nível individual, a partir de dados já coletados e aprovados pelo Comitê de Ética a partir de 2010 nos acompanhamentos das Coortes de Pelotas e do estudo "Como vai".

Nesses estudos, os dados secundários a serem utilizados são informações que já foram coletadas nos acompanhamentos dos estudos e, portanto, já tiveram aprovação pelos Comitês de Ética em Pesquisa aos quais foram submetidos (Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina e Comitê de Ética em

**Endereço:** Luis de Camões,625 prédio da direção da ESEF sala do CEP ESEF s/n ao lado da sala da recepção

**Bairro:** Tablada

**CEP:** 96.055-630

**Município:** PELOTAS

**Telefone:** (53)3284-4332

**E-mail:** etica.esef@ufpel.edu.br

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL



utilizados exclusivamente para a pesquisa mantendo o anonimato e confiabilidade das respostas dos participantes. O Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, que congrega as coordenações responsáveis por esses estudos e organiza a possibilidade de utilização desses dados de acordo com os procedimentos éticos aprovados em cada acompanhamento, expressou concordância com a utilização desses dados mediante carta de anuência anexa a esse projeto.

Para a geodificação dos participantes das Coortes de Pelotas serão combinadas informações individuais verificadas através do endereço de moradia dos membros das Coortes, a partir das informações coletadas nos acompanhamentos, e de informações referentes à malha urbana de Pelotas (rede de ruas com nomes e números) que serão fornecidas pela Secretaria

Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas. As variáveis ambientais serão geradas a partir de informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Pelotas, assim como oriundas do Censo Demográfico (2010 e 2022). As informações específicas a serem utilizadas estão descritas especificamente no item de dados secundários. Em suma, essas informações ambientais serão analisadas de forma que os participantes das Coortes possam ser classificados em cada acompanhamento de acordo com diferentes níveis de exposição a características do ambiente. Ou seja, os membros serão classificados com maior ou menor exposição à criminalidade na vizinhança, com maior ou menor disponibilidade (e qualidade) das áreas verdes, com diferentes padrões de rede de ruas, entre outros. Além das utilizações de dados secundários, para as variáveis sobre o ambiente construído, uma equipe de avaliadores será treinada a fim de realizar uma avaliação de todas as áreas verdes, parques, praças e ciclovias/ciclofaixas da cidade de Pelotas. Nesse componente não haverá qualquer tipo de coleta de dados com seres humanos, será realizado apenas uma avaliação dos espaços públicos a partir da aplicação do

instrumento denominado Physical Activity Resource Assessment (PARA). Este instrumento permite avaliar os atributos de parques, praças, canteiros utilizáveis pela população, entre outros espaços. Todos os espaços existentes com alguma adequação a prática de atividade física serão registrados e avaliados de acordo com sua qualidade, bem como características de segurança, organização, acessibilidade, limpeza e infraestrutura também serão avaliadas. Os dados dessa pesquisa serão mantidos em arquivo digital, sob guarda dos pesquisadores responsáveis, por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Eles serão armazenados nos discos rígidos do computador do responsável pela pesquisa

**Endereço:** Luis de Camões,625 prédio da direção da ESEF sala do CEP ESEF s/n ao lado da sala da recepção

**Bairro:** Tablada

**CEP:** 96.055-630

**Município:** PELOTAS

**Telefone:** (53)3284-4332

**E-mail:** etica.esef@ufpel.edu.br

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL



**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar a associação longitudinal das características do ambiente social e construído com desfechos de saúde como a prática de atividade física, envolvimento com a violência, indicadores de saúde mental, entre outros desfechos já coletados nas Coortes de Pelotas a partir de 2010.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

De acordo com o pesquisador responsável:

Riscos:

Embora toda a coleta de dados precise considerar potenciais riscos aos participantes, nem que seja por meio de desconforto na resposta de questionários, esse estudo irá trabalhar com os dados já coletados. As coletas de dados a serem utilizadas já atenderam aos aspectos éticos previstos na legislação vigente, incluindo os potenciais riscos.

Benefícios:

A pesquisa resultará na melhor compreensão da associação entre o ambiente social construído e desfechos de saúde como a prática de atividade física, aspectos relacionados à violência e saúde mental. Espera-se assim que, assim, os resultados sejam incorporados ao conhecimento científico e, posteriormente, contribuirão ao planejamento de políticas e intervenções em saúde pública.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um projeto de pesquisa com a utilização de dados secundários dos estudos de Coorte e "como vai?" de Pelotas, além de dados da Prefeitura Municipal de Pelotas. Projeto pertinente, com metodologia clara e de acordo com os objetivos propostos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos adequados

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Prezado(a) Pesquisador(a)

O CEP considera o protocolo de pesquisa adequado, conforme parecer APROVADO, emitido pelo(a) relator(a). Solicita-se que o(a) pesquisador(a) responsável retorne com o RELATÓRIO FINAL ao término do estudo, considerando o cronograma estabelecido e atendendo à Resolução CNS nº510/2016.

**Endereço:** Luis de Camões,625 prédio da direção da ESEF sala do CEP ESEF s/n ao lado da sala da recepção  
**Bairro:** Tablada **CEP:** 96.055-630  
**Município:** PELOTAS  
**Telefone:** (53)3284-4332 **E-mail:** etica.esef@ufpel.edu.br

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL



Att,

Elizabeth Helbig

Coordenadora do CEP/ESEF/UFPEL

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2217933.pdf	13/12/2023 21:30:20		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_2.pdf	13/12/2023 21:27:33	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Carta_de_Correcao_2.pdf	13/12/2023 21:23:29	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Carta_de_correcoes.pdf	08/12/2023 17:56:57	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_BROCHURA.pdf	08/12/2023 17:46:09	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Projeto_FAPERGS.pdf	08/12/2023 17:44:23	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Aprovacao_CEP_estudos_coortes.pdf	08/12/2023 17:41:55	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Anexo_Termo_de_Anuencia_SGCMU_assinado.pdf	08/12/2023 17:40:24	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Anexo_Termo_de_anuencia_Observatorio_assinado.pdf	08/12/2023 17:39:37	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada_ok.pdf	08/12/2023 17:37:03	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	ANUENCIA_Coortes.pdf	21/09/2023 09:31:20	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
Outros	Oficio_SMGCMU.pdf	21/09/2023 09:02:45	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Solicitacao_dispensa_TCLE.pdf	21/09/2023 08:35:36	Inácio Crochemore Mohnsam da Silva	Aceito

**Situação do Parecer:**

**Endereço:** Luis de Camões,625 prédio da direção da ESEF sala do CEP ESEF s/n ao lado da sala da recepção  
**Bairro:** Tablada **CEP:** 96.055-630  
**Município:** PELOTAS  
**Telefone:** (53)3284-4332 **E-mail:** etica.esef@ufpel.edu.br

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PELOTAS, 30 de Janeiro de 2024

---

**Assinado por:**

**ELIZABETE HELBIG**

**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Luis de Camões,625 prédio da direção da ESEF sala do CEP ESEF s/n ao lado da sala da recepção

**Bairro:** Tablada

**CEP:** 96.055-630

**Município:** PELOTAS

**Telefone:** (53)3284-4332

**E-mail:** etica.esef@ufpel.edu.br